PayTech
consórcios

Guia **Interativo**
do Contemplado

Imóvel

ENTRAR

Jornada de Imóvel

Navegue pelos botões

PayTech consórcios

1. Contemplação

- Sorteio
- Lance Recurso Próprio
- Lance Embutido
- Lance FGTS

2. Documentos da Análise de Crédito

- Assalariado
- Assalariado Renda Variável
- Autônomo
- Aposentado
- Empresário
- Funcionário Público
- Motorista de Caminhão
- Motorista de Táxi | Escolar
- Motorista de Aplicativo
- Produtor Rural
- Profissional Liberal
- Locador | Proprietário
- Pessoa Jurídica

3. Análise de Crédito

4. Documentos do Imóvel para Faturamento

- Aquisição de Imóvel
- Construção | Reforma Ampliada
- Imóvel na Planta
- Quitação de Financiamento
- Reforma não Ampliada
- Crédito em Espécie

5. Documentos Pessoais de Compra e Venda

6. Assinatura de Contrato

7. Pagamento do Bem

8. Entrega do Bem



PayTech
consórcios

Parabéns pela contemplação!

Pode comemorar, porque seu sonho está muito perto de se tornar realidade! Este guia foi elaborado especialmente para você, que conquistou a tão esperada contemplação! Aqui você verá em detalhes todos os processos e documentos necessários para sua análise de crédito e faturamento do bem que deseja.

Ah, e não se esqueça: Se sua contemplação foi por meio de um lance vencedor, você deve realizar o pagamento do boleto de lance em até cinco dias úteis da data da assembleia. Caso contrário, sua contemplação será cancelada. Boa leitura! 🤓

Escolha do Imóvel

O bem ou serviço escolhidos impactam nos documentos que deverão ser apresentados durante o processo.

Por isso, é fundamental você já escolher o que deseja adquirir para acessar a lista correta de documentos, ok?



PayTech
consórcios

VOCÊ ESTÁ AQUI

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Contemplação

Sorteio

Lance Recurso Próprio

Lance Embutido

Lance FGTS

PayTech
consórcios

Qual a modalidade de contemplação?

Se não souber, consulte o app ou a área logada do site

Sorteio

Lance

Qual a modalidade da oferta de lance?

Lance **Recurso Próprio**

Lance **Embutido**

Lance **FGTS**

Sorteio

Se você foi o sortudo ou sortuda da vez!

Os sorteios são feitos via aproveitamento dos prêmios da Loteria Federal. Pelo menos um dos contemplados do seu grupo será sorteado nas assembleias. A numeração da sua cota nos sorteios pode ser obtida na área de clientes no site ou no app.

Se você foi contemplado por sorteio, já pode seguir para a etapa de **envio de documentações da análise de crédito**.



Lance Recurso Próprio

Neste caso, você deve realizar o pagamento do boleto de lance em até cinco dias úteis da data da assembleia. Esse prazo não pode ser alterado.

Baixe o boleto na na aba “boletos” do app do Consórcio ou da área logada do site. Realize o pagamento para iniciar o processo de análise de crédito.

Ao ofertar um lance, é você quem fica responsável por acompanhar sua cota e efetuar o pagamento do boleto de lance em caso de contemplação, certo? 😉



Menu

Atendimento

Lance Embutido

O valor do lance embutido será descontado diretamente da sua carta de crédito, não sendo necessária a realização de pagamentro através de boleto. Com o lance confirmado você já pode verificar os documentos da análise de crédito.



Lance FGTS

Atenção: O prazo para regularização do lance é de 5 dias úteis, a contar da data da sua contemplação. Entre em contato nos nossos canais de atendimento para garantir a sua contemplação por lance FGTS.

Mas preste atenção! Para que o lance seja válido, a lista de documentos abaixo precisa ser entregue na sua agência aos cuidados do seu gerente de conta, no máximo em até 24h após a data da contemplação.

Será solicitada a assinatura de um Termo de Aceite de Utilização do FGTS. Verifique se o valor do extrato FGTS supre o valor ofertado de lance. Caso contrário, o pagamento da diferença do lance também deve ser realizado em até 5 dias úteis a contar da data da sua contemplação. O valor do lance FGTS será descontado diretamente da sua carta de crédito. Com o lance confirmado, você verifica os documentos da análise de crédito.





Lance FGTS

Você escolheu utilizar o FGTS pra te ajudar a realizar o seu sonho. As regras e os procedimentos do uso do FGTS não são criados pela Administradora, mas pela Caixa Econômica Federal. Contudo, sabemos o quanto tudo isso pode ser confuso para você. Por isso, vamos tentar te explicar tudinho, ok?

Primeiro, você precisa ter no mínimo 3 anos de trabalho sob regime FGTS somando os períodos trabalhados, consecutivos ou não, na mesma ou em empresas diferentes. Para usar o FGTS, o imóvel que você escolher tem que estar: na mesma cidade onde você trabalha, ou em cidades vizinhas ou que sejam da mesma região metropolitana, ou na mesma cidade onde você comprove a sua residência há mais de um ano. Além disso, você não pode ser proprietário de nenhum outro imóvel nas mesmas regiões citadas anteriormente.

A carta de consórcio e o imóvel residencial adquirido deverão estar em nome do trabalhador titular da conta FGTS vinculada a ser utilizada. O valor máximo de avaliação do imóvel, na data de aquisição, não pode exceder ao limite estabelecido para as operações do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

O titular da conta não poderá ser detentor de financiamento ativo do Sistema Financeiro de Habitação, em qualquer parte do país. O cliente contemplado por lance FGTS deve, em caso de demissão e aposentadoria, apresentar documentação. Vamos disponibilizar a documentação correta nas páginas seguintes.

Lance FGTS

Além disso, o imóvel escolhido **não** pode ter sido, nos últimos 3 anos, objeto de uso de FGTS para os seguintes tipos de aquisição/construção:

- Aquisição/construção de imóvel comercial.
- Reforma ampliação e/ou melhoria de imóvel residencial ou comercial.
- Realização de infraestrutura interna.
- Aquisição de lotes e terrenos.
- Aquisição de moradia para familiares, dependentes ou terceiros.

Se você não se enquadrar nas regras, pode mudar a modalidade de lance desde que esteja dentro do prazo de pagamento.
É vetada a transferência da cota contemplada com lance pago com recursos do FGTS.



Bloqueio e Liberação do FGTS

Você pode fazer a liberação do FGTS em qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou através de agentes hipotecários, mediante custos não relacionados com a Admnistradora. Lembre-se que primeiro você deve bloquear o saldo do FGTS para depois solicitar a liberação desse saldo para o vendedor do bem.

A Admnistradora não é um agente hipotecário e não pode realizar este processo.



Lance FGTS
Documentos

1. Extrato do FGTS

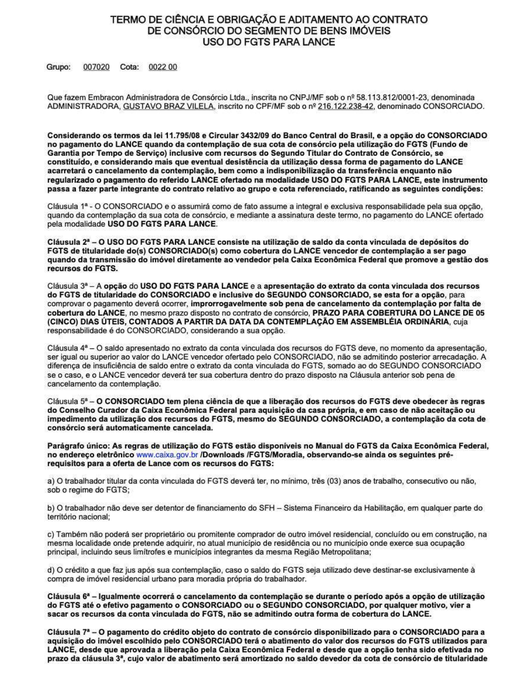


Você poderá emitir em terminal eletrônico;

Ou enviar extrato recebido na residência;

Ou PDF extraído direto do app da Caixa Econômica Federal.

2. Termo de Aceite FGTS



TERMO DE CIÊNCIA E OBRIGAÇÃO E ADITAMENTO AO CONTRATO
DE CONSÓRCIO DO SEGMENTO DE BENS IMÓVEIS
USO DO FGTS PARA LANCE

Grupo: 007020 Cota: 0022 00

Que fazem Embracon Administradora de Consórcio Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.113.812/0001-23, denominada ADMINISTRADORA, GUSTAVO BRAZ VILELA, inscrito no CPF/MF sob o nº 216.122.238-42, denominado CONSORCIADO.

Considerando os termos da lei 11.795/08 e Circular 3432/09 do Banco Central do Brasil, e a opção do CONSORCIADO no pagamento do LANCE quando da contemplação de sua cota de consórcio pela utilização do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) inclusive com recursos do Segundo Titular do Contrato de Consórcio, se constituído, e considerando mais que eventual desistência da utilização dessa forma de pagamento do LANCE acarretará o cancelamento da contemplação, bem como a indisponibilização da transferência enquanto não regularizado o pagamento do referido LANCE ofertado na modalidade USO DO FGTS PARA LANCE, este instrumento passa a fazer parte integrante do contrato relativo ao grupo e cota referenciado, ratificando as seguintes condições:

Cláusula 1ª - O CONSORCIADO e o assumirá como de fato assume a integral e exclusiva responsabilidade pela sua opção, quando da contemplação da sua cota de consórcio, e mediante a assinatura deste termo, no pagamento do LANCE ofertado pela modalidade **USO DO FGTS PARA LANCE**.

Cláusula 2ª – O USO DO FGTS PARA LANCE consiste na utilização de saldo da conta vinculada de depósitos do FGTS de titularidade do(s) CONSORCIADO(s) como cobertura do LANCE vencedor de contemplação a ser pago quando da transmissão do imóvel diretamente ao vendedor pela Caixa Econômica Federal que promove a gestão dos recursos do FGTS.

Cláusula 3ª – A **opção** do **USO DO FGTS PARA LANCE** e a **apresentação do extrato da conta vinculada dos recursos do FGTS de titularidade do CONSORCIADO e inclusive do SEGUNDO CONSORCIADO, se esta for a opção**, para comprovar o pagamento deverá ocorrer, **improrrogavelmente sob pena de cancelamento da contemplação por falta de cobertura do LANCE**, no mesmo prazo disposto no contrato de consórcio, **PRAZO PARA COBERTURA DO LANCE DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA CONTEMPLAÇÃO EM ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA**, cuja responsabilidade é do CONSORCIADO, considerando a sua opção.

Cláusula 4ª – O saldo apresentado no extrato da conta vinculada dos recursos do FGTS deve, no momento da apresentação, ser igual ou superior ao valor do LANCE vencedor ofertado pelo CONSORCIADO, não se admitindo posterior arrecadação. A diferença de insuficiência de saldo entre o extrato da conta vinculada do FGTS, somado ao do SEGUNDO CONSORCIADO se o caso, e o LANCE vencedor deverá ter sua cobertura dentro do prazo disposto na Cláusula anterior sob pena de cancelamento da contemplação.

Cláusula 5ª – **O CONSORCIADO tem plena ciência de que a liberação dos recursos do FGTS deve obedecer às regras do Conselho Curador da Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria, e em caso de não aceitação ou impedimento da utilização dos recursos do FGTS, mesmo do SEGUNDO CONSORCIADO, a contemplação da cota de consórcio será automaticamente cancelada.**

Parágrafo único: As regras de utilização do FGTS estão disponíveis no Manual do FGTS da Caixa Econômica Federal, no endereço eletrônico www.caixa.gov.br **/Downloads /FGTS/Moradia, observando-se ainda os seguintes pré-requisitos para a oferta de Lance com os recursos do FGTS:**

a) O trabalhador titular da conta vinculada do FGTS deverá ter, no mínimo, três (03) anos de trabalho, consecutivo ou não, sob o regime do FGTS;

b) O trabalhador não deve ser detentor de financiamento do SFH – Sistema Financeiro da Habilitação, em qualquer parte do território nacional;

c) Também não poderá ser proprietário ou promitente comprador de outro imóvel residencial, concluído ou em construção, na mesma localidade onde pretende adquirir, no atual município de residência ou no município onde exerce sua ocupação principal, incluindo seus limítrofes e municípios integrantes da mesma Região Metropolitana;

d) O crédito a que faz jus após sua contemplação, caso o saldo do FGTS seja utilizado deve destinar-se exclusivamente à compra de imóvel residencial urbano para moradia própria do trabalhador.

Cláusula 6ª – Igualmente ocorrerá o cancelamento da contemplação se durante o período após a opção de utilização do FGTS até o efetivo pagamento o CONSORCIADO ou o SEGUNDO CONSORCIADO, por qualquer motivo, vier a sacar os recursos da conta vinculada do FGTS, não se admitindo outra forma de cobertura do LANCE.

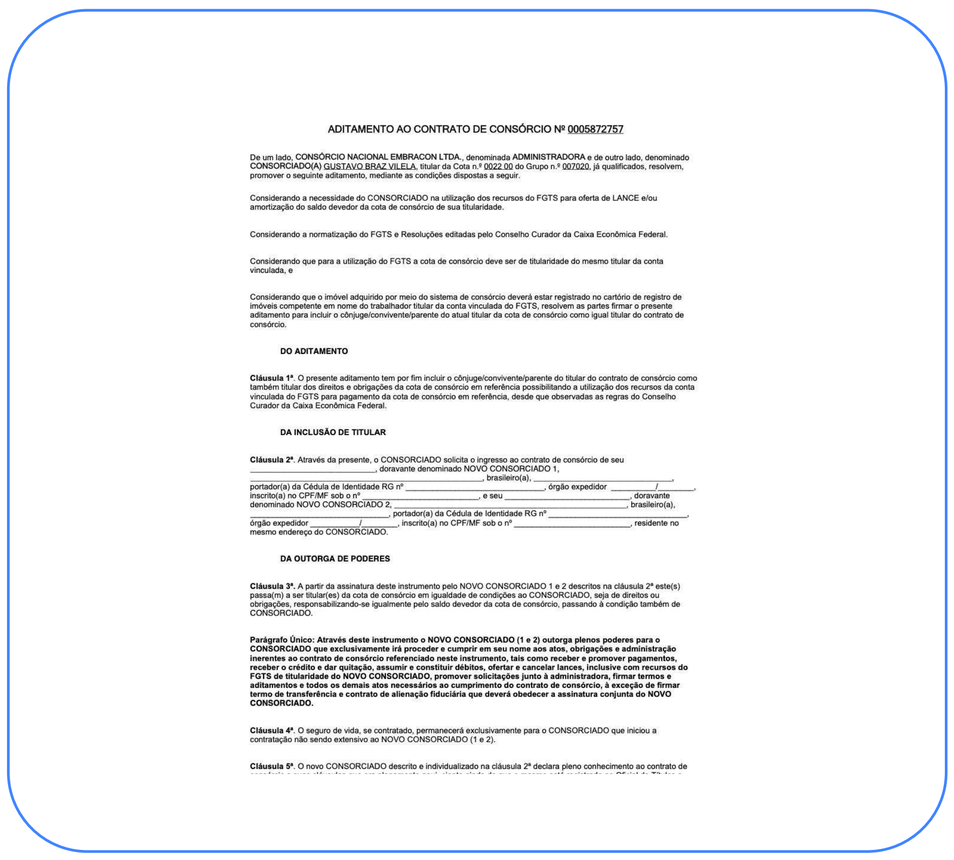
Cláusula 7ª – O pagamento do crédito objeto do contrato de consórcio disponibilizado para o CONSORCIADO para a aquisição do imóvel escolhido pelo CONSORCIADO terá o abatimento do valor dos recursos do FGTS utilizados para LANCE, desde que aprovada a liberação pela Caixa Econômica Federal e desde que a opção tenha sido efetivada no prazo da cláusula 3ª, cujo valor de abatimento será amortizado no saldo devedor da cota de consórcio de titularidade

Pedimos um Termo de Aceite FGTS cujo modelo deve ser solicitado para sua agência. Rubricado em todas as páginas e assinado na segunda página pelo cliente

Lista de documentos **continua...**

Lance FGTS
Documentos

3. Aditamento ao Contrato de Adesão titular FGTS



ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO Nº 0005872757

De um lado, **CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON LTDA.**, denominada **ADMINISTRADORA** e de outro lado, denominado **CONSORCIADO(A)** GUSTAVO BRAZ VILELA, titular da Cota n.º 0022 00 do Grupo n.º 007020, já qualificados, resolvem, promover o seguinte aditamento, mediante as condições dispostas a seguir.

Considerando a necessidade do CONSORCIADO na utilização dos recursos do FGTS para oferta de LANCE e/ou amortização do saldo devedor da cota de consórcio de sua titularidade.

Considerando a normatização do FGTS e Resoluções editadas pelo Conselho Curador da Caixa Econômica Federal.

Considerando que para a utilização do FGTS a cota de consórcio deve ser de titularidade do mesmo titular da conta vinculada, e

Considerando que o imóvel adquirido por meio do sistema de consórcio deverá estar registrado no cartório de registro de imóveis competente em nome do trabalhador titular da conta vinculada do FGTS, resolvem as partes firmar o presente aditamento para incluir o cônjuge/convivente/parente do atual titular da cota de consórcio como igual titular do contrato de consórcio.

DO ADITAMENTO

Cláusula 1ª. O presente aditamento tem por fim incluir o cônjuge/convivente/parente do titular do contrato de consórcio como também titular dos direitos e obrigações da cota de consórcio em referência possibilitando a utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS para pagamento da cota de consórcio em referência, desde que observadas as regras do Conselho Curador da Caixa Econômica Federal.

DA INCLUSÃO DE TITULAR

Cláusula 2ª. Através da presente, o CONSORCIADO solicita o ingresso ao contrato de consórcio de seu _____, doravante denominado NOVO CONSORCIADO 1, _____, _____, brasileiro(a), _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, órgão expedidor _____/_____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, e seu _____, doravante denominado NOVO CONSORCIADO 2, _____, _____, brasileiro(a), _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, órgão expedidor _____/_____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente no mesmo endereço do CONSORCIADO.

DA OUTORGA DE PODERES

Cláusula 3ª. A partir da assinatura deste instrumento pelo NOVO CONSORCIADO 1 e 2 descritos na cláusula 2ª este(s) passa(m) a ser titular(es) da cota de consórcio em igualdade de condições ao CONSORCIADO, seja de direitos ou obrigações, responsabilizando-se igualmente pelo saldo devedor da cota de consórcio, passando à condição também de CONSORCIADO.

Parágrafo Único: Através deste instrumento o NOVO CONSORCIADO (1 e 2) outorga plenos poderes para o CONSORCIADO que exclusivamente irá proceder e cumprir em seu nome aos atos, obrigações e administração inerentes ao contrato de consórcio referenciado neste instrumento, tais como receber e promover pagamentos, receber o crédito e dar quitação, assumir e constituir débitos, ofertar e cancelar lances, inclusive com recursos do FGTS de titularidade do NOVO CONSORCIADO, promover solicitações junto à administradora, firmar termos e aditamentos e todos os demais atos necessários ao cumprimento do contrato de consórcio, à exceção de firmar termo de transferência e contrato de alienação fiduciária que deverá obedecer a assinatura conjunta do NOVO CONSORCIADO.

Cláusula 4ª. O seguro de vida, se contratado, permanecerá exclusivamente para o CONSORCIADO que iniciou a contratação não sendo extensivo ao NOVO CONSORCIADO (1 e 2).

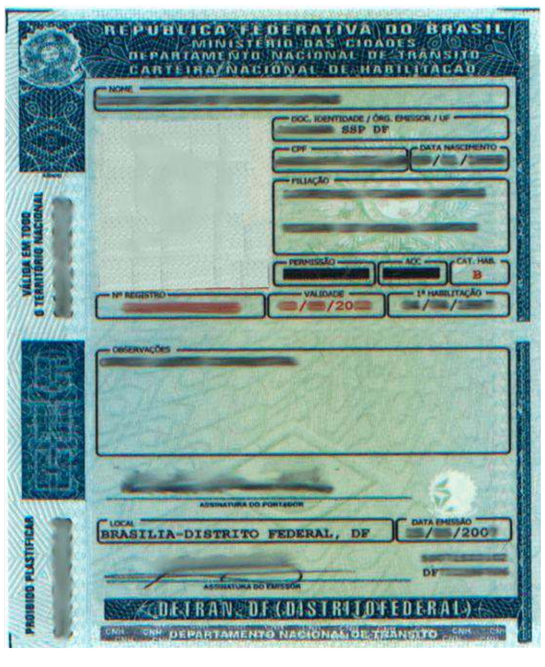
Cláusula 5ª. O novo CONSORCIADO descrito e individualizado na cláusula 2ª declara pleno conhecimento ao contrato de

Caso necessite de um segundo titular para utilizar FGTS. O documento de aditamento deve conter as seguintes assinaturas:

Cliente: cliente assina.

Novo cliente (a): Segundo titular assina.

4. RG ou CNH



RG ou CNH do cliente.

Lista de documentos **continua...**

PayTech consórcios

VOCÊ ESTÁ AQUI

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Documentos da Análise de Crédito

- Assalariado
- Assalariado Renda Variável
- Autônomo
- Aposentado
- Empresário
- Funcionário Público
- Motorista de Caminhão
- Motorista de Táxi | Escolar
- Motorista de Aplicativo
- Produtor Rural
- Profissional Liberal
- Locador | Proprietário
- Pessoa Jurídica

Início da análise de crédito

Após a contemplação é necessário passar por uma análise de crédito. Acesse agora você pode entrar em contato com a sua agência e verifique se sua análise foi aprovada automaticamente.

Em caso de aprovação automática, você seguirá para o processo de faturamento. Se ainda não obteve a aprovação, envie documentos para a sua agência para te apoiar com o processo de análise . Independente do seu caso, não se esqueça de atualizar o seu cadastro no link ao lado, ok?

Atualize o seu cadastro!

Análise de crédito aprovada automaticamente

Análise de crédito não aprovada
Verificar documentos adicionais

Menu

Atendimento

PayTech consórcios

Você é...

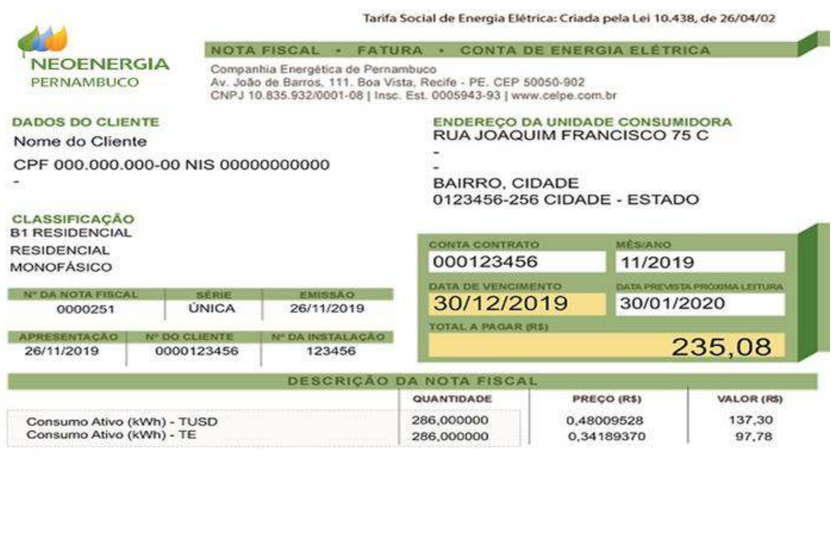
Pessoa Física

Pessoa Jurídica

Pessoa Jurídica - **Documentos**

Enviar documentação do Sócio Administrador

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no nome da empresa. O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise.

2. Documento de identificação do sócio administrador



RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Jurídica - **Documentos**

Enviar documentação do Sócio Administrador

3. Ficha cadastral



FICHA CADASTRAL - PESSOA JURÍDICA

Razão Social
Grupo | Cota
CNPJ | Inscrição estadual
Inscrição municipal | Nome Fantasia
Endereço sede social
Nº | Complemento
Bairro | Cidade
UF | CEP
País de origem | E-mail
Celular com DDD | Telefone com DDD

Dados da empresa

Ramo de atividade | Data da constituição ___/___/_____
Nº de empregados | Capital social
Faturamento médio mensal

Principais produtos e serviços

Nome | Faturamento (%)
Nome | Faturamento (%)
Nome | Faturamento (%)

Acionistas/Sócios Cotista/Administradores

Nome | CPF
RG | Cargo
Data de ingresso na sociedade ___/___/_____ | Mandato até ___/___/_____
Cotas/Ações (R$)

Administração Consórcio Embracon

Preencher ficha cadastral PJ com os dados da empresa e a ficha cadastral PF com os dados dos sócios.

Clique aqui para baixar a ficha de Pessoa Física

Clique aqui para baixar a ficha de Pessoa Jurídica

4. Comprovante de renda do sócio administrador



RECIBO DE PAGAMENTO AUTÔNOMO - RPA							Nº RECIBO	Nº TALÃO
RAZÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO							MATRÍCULA (CNPJ)	
RECEBI DE							ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO	
DOS SERVIÇOS							, A IMPORTÂNCIA DE	R$
SALÁRIO REFERENTE	SALÁRIO BASE	HORAS TRABALHADAS	INSS PATRONAL	VALOR PARA INSS	ESPECIFICAÇÃO:			
					VALOR DO SERVIÇOS PRESTADOS			R$
R$	R$			R$	DESCONTOS:			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO					IRRF:			R$
INSS/PIS					ISS:			R$
CPF					INSS:			R$
RG					VALOR LÍQUIDO:			R$
NÚMERO					ASSINATURA			
ORGÃO EXPEDIDOR								
LOCALIDADE			DATA		NOME COMPLETO			

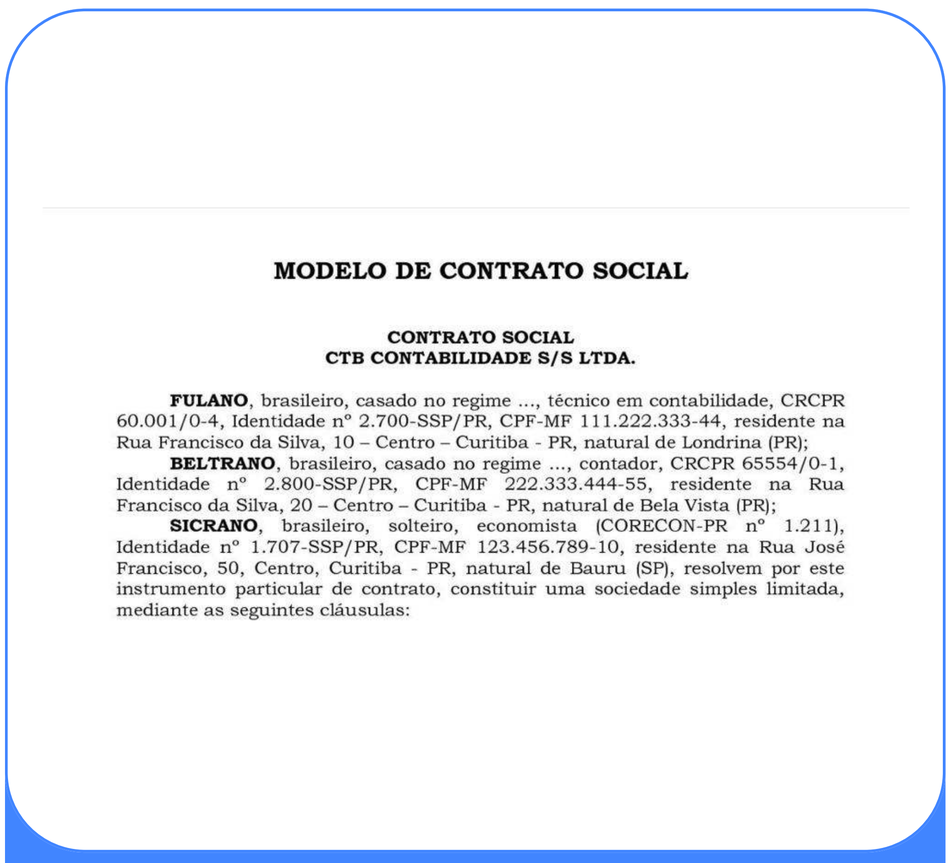
- 3 (três) últimos extratos da conta Pessoa Física ou;
- Imposto de Renda com recibo de entrega do ano mais recente declarado.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Jurídica - **Documentos**

Enviar documentação do Sócio Administrador

5. Comprovante da capacidade financeira da empresa



MODELO DE CONTRATO SOCIAL

CONTRATO SOCIAL
CTB CONTABILIDADE S/S LTDA.

FULANO, brasileiro, casado no regime ..., técnico em contabilidade, CRCPR 60.001/0-4, Identidade nº 2.700-SSP/PR, CPF-MF 111.222.333-44, residente na Rua Francisco da Silva, 10 – Centro – Curitiba - PR, natural de Londrina (PR);
BELTRANO, brasileiro, casado no regime ..., contador, CRCPR 65554/0-1, Identidade nº 2.800-SSP/PR, CPF-MF 222.333.444-55, residente na Rua Francisco da Silva, 20 – Centro – Curitiba - PR, natural de Bela Vista (PR);
SICRANO, brasileiro, solteiro, economista (CORECON-PR nº 1.211), Identidade nº 1.707-SSP/PR, CPF-MF 123.456.789-10, residente na Rua José Francisco, 50, Centro, Curitiba - PR, natural de Bauru (SP), resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade simples limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Obs: Caso a documentação esteja sendo apresentada entre janeiro e março, será exigido os 02 (dois) últimos balanços e DREs encerrados e não há necessidade de envio do balancete.

- Simples: recibo, declaração e extrato dos últimos 12 (doze) meses do SIMEI ou;
- Balancete do último trimestre do ano vigente, assinado e com dados de identificação do contador, **e uma das opções abaixo**:

1. Escrituração Contábil Fiscal (ECF) atual, com recibo de entrega e páginas do Balanço do último trimestre e DRE com todos os trimestres ou;
2. Escrituração Contábil Digital (ECD) com recibo de entrega, Balanço e DRE anuais ou;
3. Balanço encerrado com DRE do último ano assinado e com dados de identificação do contador e sócio (s) da empresa;
4. Contrato Social.

Documentos adicionais para empresas do ramo de transportes

- Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Agregação, e;
- Relação de Frota ou certificados CRLV de licenciamento dos veículos (Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos).

Em caso de entidade sem fins lucrativos, devem ser apresentados

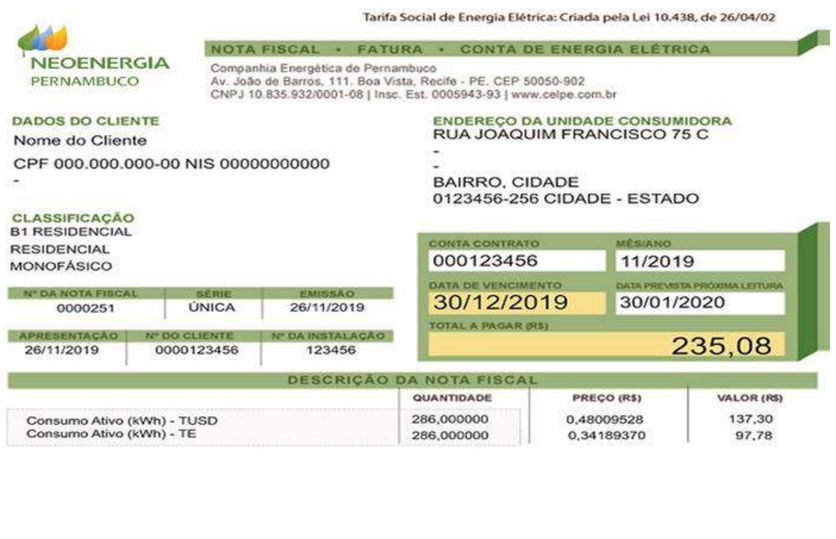
- Comprovante de renda do responsável ma Ata;
- Comprovante de residência do responsável na Ata;
- Garantidor/devedor solidário que obrigatoriamente deve ter como fonte de renda uma atividade externa à entidade.

Qual a sua Fonte de Renda?

- Assalariado
- Assalariado Renda Variável
- Aposentado
- Autônomo
- Funcionário Público
- Empresário
- Motorista de Táxi/Escolar
- Motorista de Caminhão
- Locador ou Proprietário de Imóveis
- Motorista de Aplicativo
- Produtor Rural
- Profissional Liberal

Pessoa Física Assalariado
Documentos

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020
TOTAL A PAGAR (R$)	
235,08	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Assalariado
Documentos

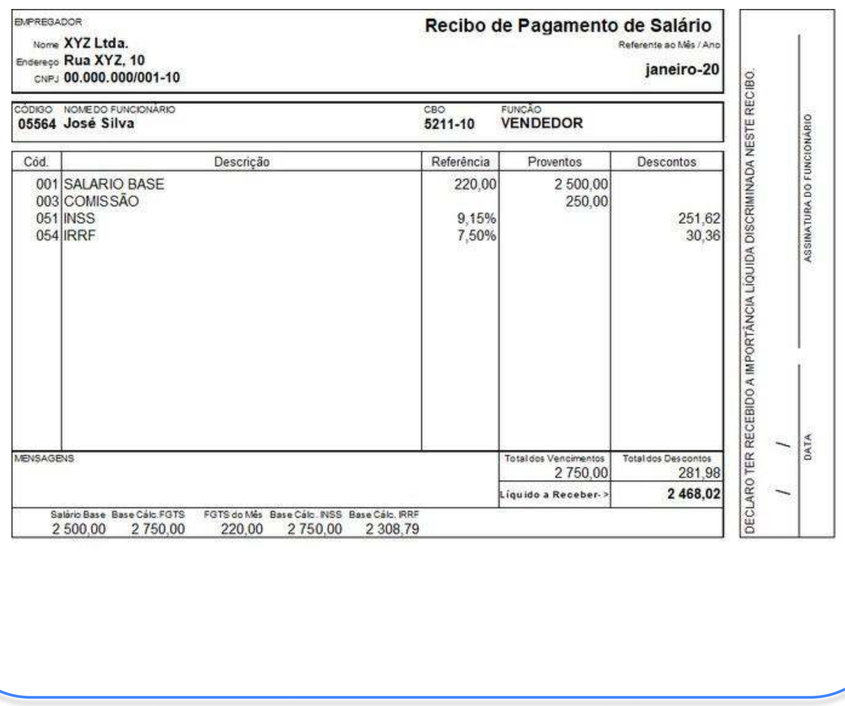
2. Documento de identificação



Aceitamos

RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

3. Comprovante de renda



EMPREGADOR
Nome XYZ Ltda.
Endereço Rua XYZ, 10
CNPJ 00.000.000/001-10

Recibo de Pagamento de Salário
Referente ao Mês / Ano
janeiro-20

CÓDIGO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CBO	FUNÇÃO
05564	José Silva	5211-10	VENDEDOR

Cód.	Descrição	Referência	Proventos	Descontos
001	SALARIO BASE	220,00	2 500,00	
003	COMISSÃO		250,00	
051	INSS	9,15%		251,62
054	IRRF	7,50%		30,36

MENSAGENS

Total dos Vencimentos	Total dos Descontos
2 750,00	281,98
Líquido a Receber->	2 468,02

Salário Base	Base Cálc. FGTS	FGTS do Mês	Base Cálc. INSS	Base Cálc. IRRF
2 500,00	2 750,00	220,00	2 750,00	2 308,79

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.
/ / DATA
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

- 1 (um) holerite ou contracheque (o último desde que não seja o holerite de férias ou adiantamento salarial) e;
- Declaração de Imposto de Renda atual junto com o recibo de entrega.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Assalariado
Documentos

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão __ / __ / ____ Data de Nascimento __ / __ / ____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

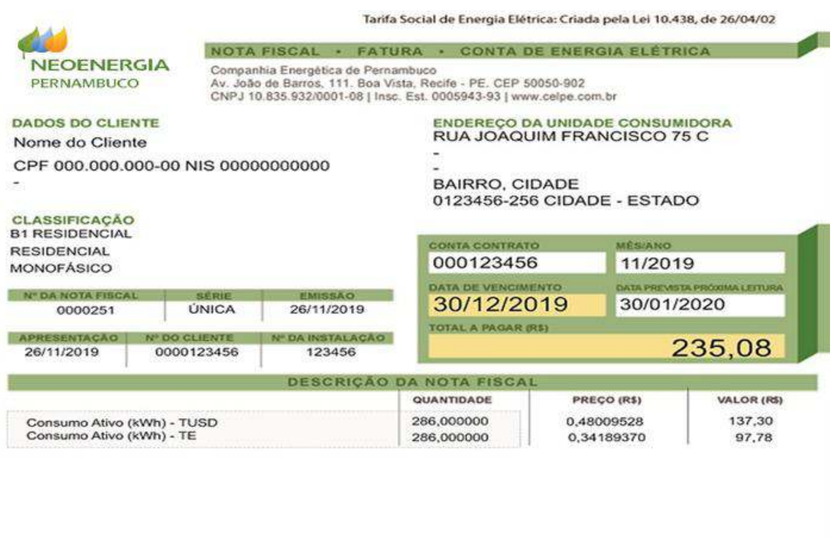
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Pessoa Física Renda Variável
Documentos

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020
TOTAL A PAGAR (R$)	
235,08	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Renda Variável
Documentos

2. Documento de identificação



Aceitamos

RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

3. Comprovante de renda



EMPREGADOR
Nome XYZ Ltda.
Endereço Rua XYZ, 10
CNPJ 00.000.000/001-10

Recibo de Pagamento de Salário
Referente ao Mês / Ano
janeiro-20

CÓDIGO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CBO	FUNÇÃO
05564	José Silva	5211-10	VENDEDOR

Cód.	Descrição	Referência	Proventos	Descontos
001	SALARIO BASE	220,00	2 500,00	
003	COMISSÃO		250,00	
051	INSS	9,15%		251,62
054	IRRF	7,50%		30,36

MENSAGENS

Total dos Vencimentos	Total dos Descontos
2 750,00	281,98
Líquido a Receber->	2 468,02

Salário Base	Base Cálc. FGTS	FGTS do Mês	Base Cálc. INSS	Base Cálc. IRRF
2 500,00	2 750,00	220,00	2 750,00	2 308,79

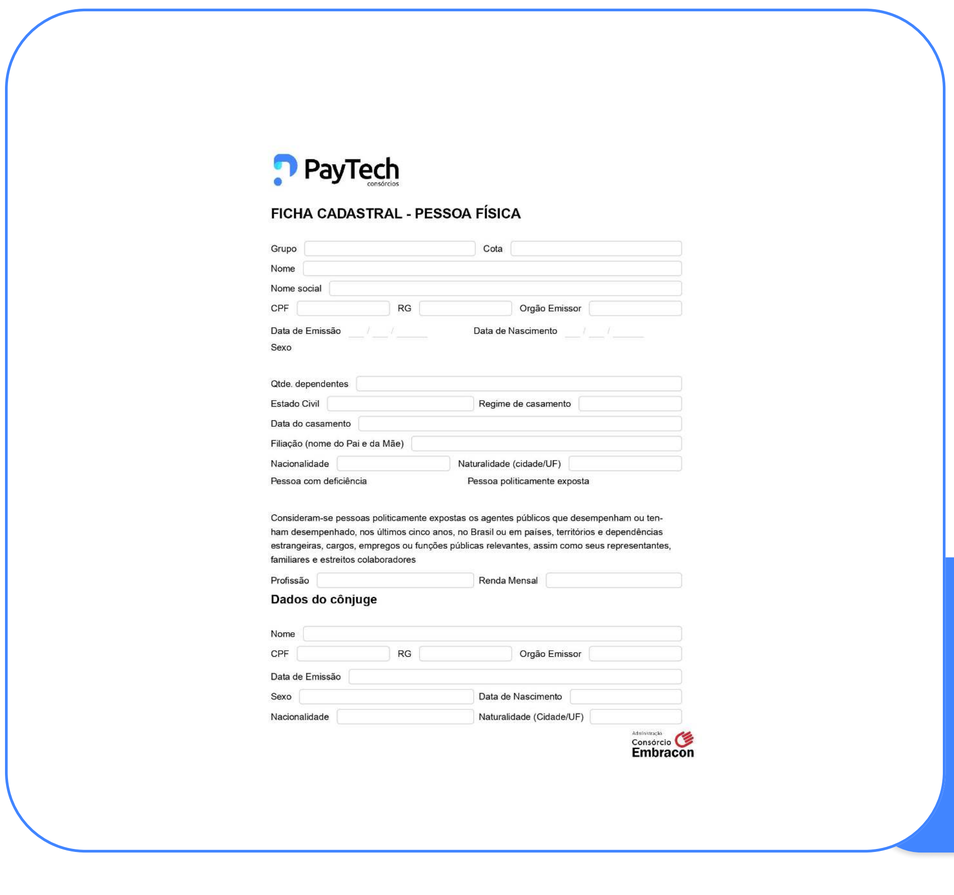
DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO.
/ / DATA
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

- 3 (três) holerite ou contracheque (desde que não seja o holerite de férias ou adiantamento salarial) e;
- Declaração de Imposto de Renda atual junto com o recibo de entrega.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Renda Variável
Documentos

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

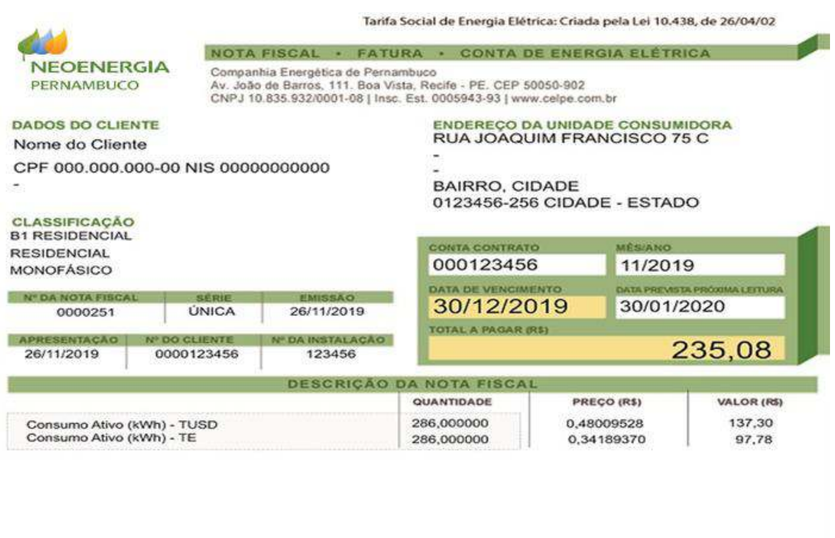
Administradora Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Pessoa Física Autônomo
Documentos

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos

RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Autônomo
Documentos

3. Comprovante de renda

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [redacted] Ano-Calendário: [redacted]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[redacted]
CNPJ: [redacted]
[redacted]
CEP [redacted] tel ([redacted]) [redacted]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com o recibo de entrega ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Física Autônomo
Documentos

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

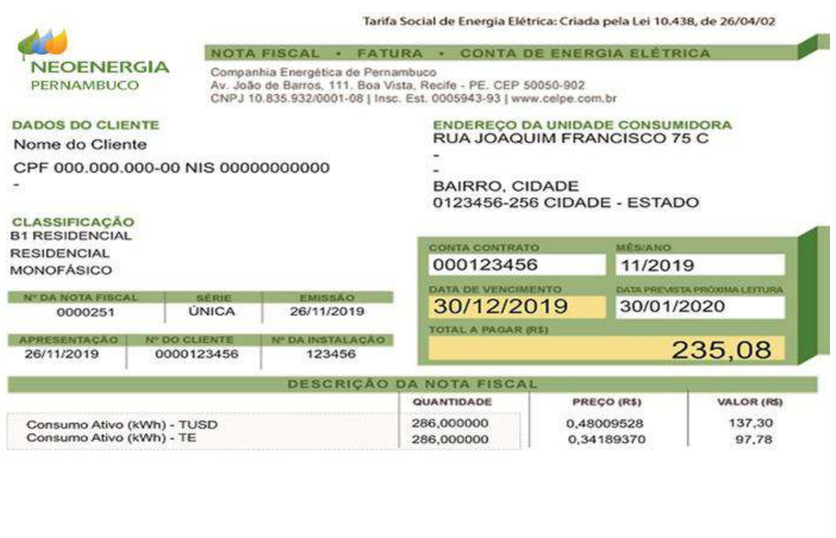
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Aposentado/Pensionista Pessoa Física - **Documentos**

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020

TOTAL A PAGAR (R$) 235,08

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos
RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Aposentado/Pensionista Pessoa Física - **Documentos**

3. Comprovante de renda

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [redacted] Ano-Calendário: [redacted]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[redacted]
CNPJ: [redacted]
[redacted]
CEP [redacted] tel ([redacted]) [redacted]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
Depósito Judicial	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- 03 últimos extratos bancários com valor do benefício acompanhado da imagem do cartão do INSS ou;
- Declaração de Imposto de Renda Atual junto com o recibo de entrega.

Lista de documentos **continua...**

Aposentado/Pensionista Pessoa Física - **Documentos**

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___/___/_____ Data de Nascimento ___/___/_____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

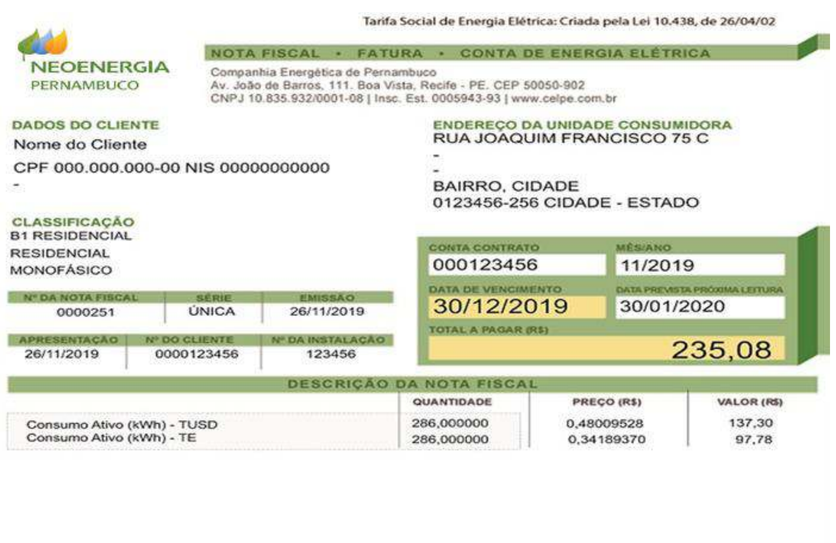
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Empresário - Pessoa Física
Documentos

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020
TOTAL A PAGAR (R$)	
235,08	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos
RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Empresário - Pessoa Física
Documentos

3. Comprovante de renda

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [illegible] Ano-Calendário: [illegible]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[illegible]
CNPJ: [illegible]
[illegible]
CEP [illegible] tel ([illegible]) [illegible]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

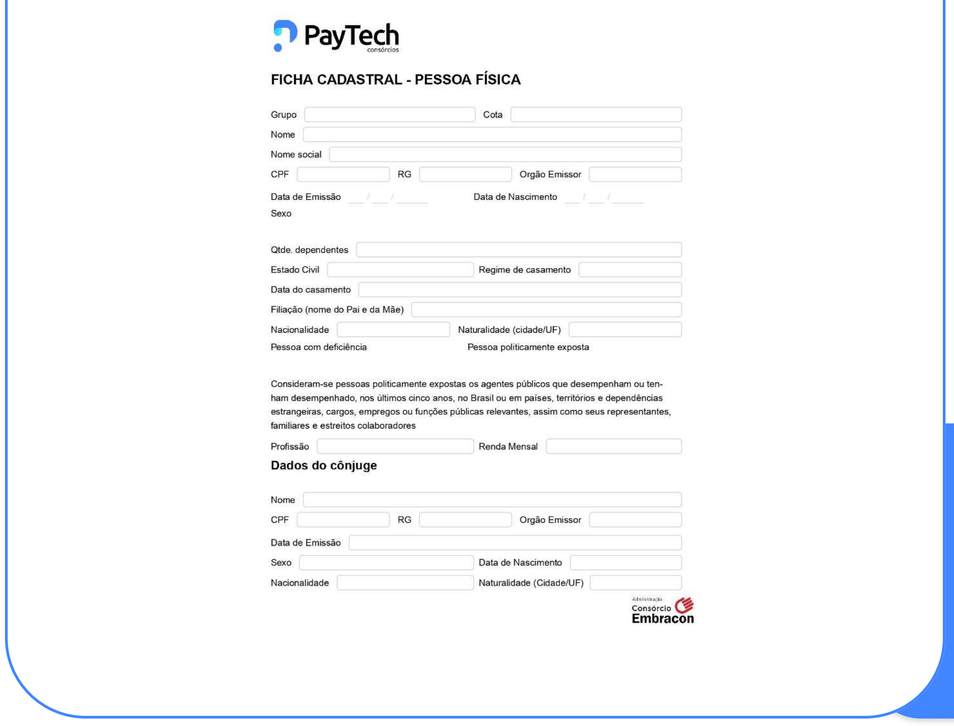
QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com recibo de entrega ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Empresário - Pessoa Física
Documentos

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

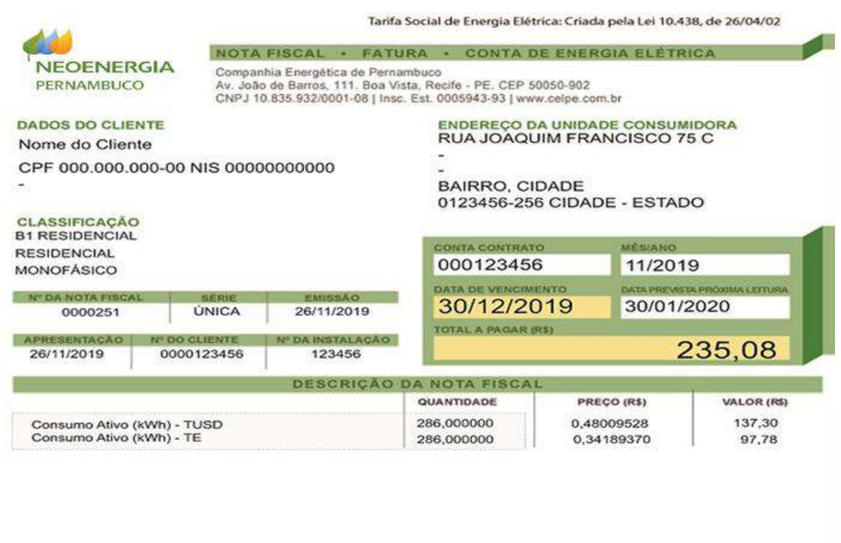
Administradora Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Funcionário Público - Pessoa Física
Documentos

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020
TOTAL A PAGAR (R$)	
235,08	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação

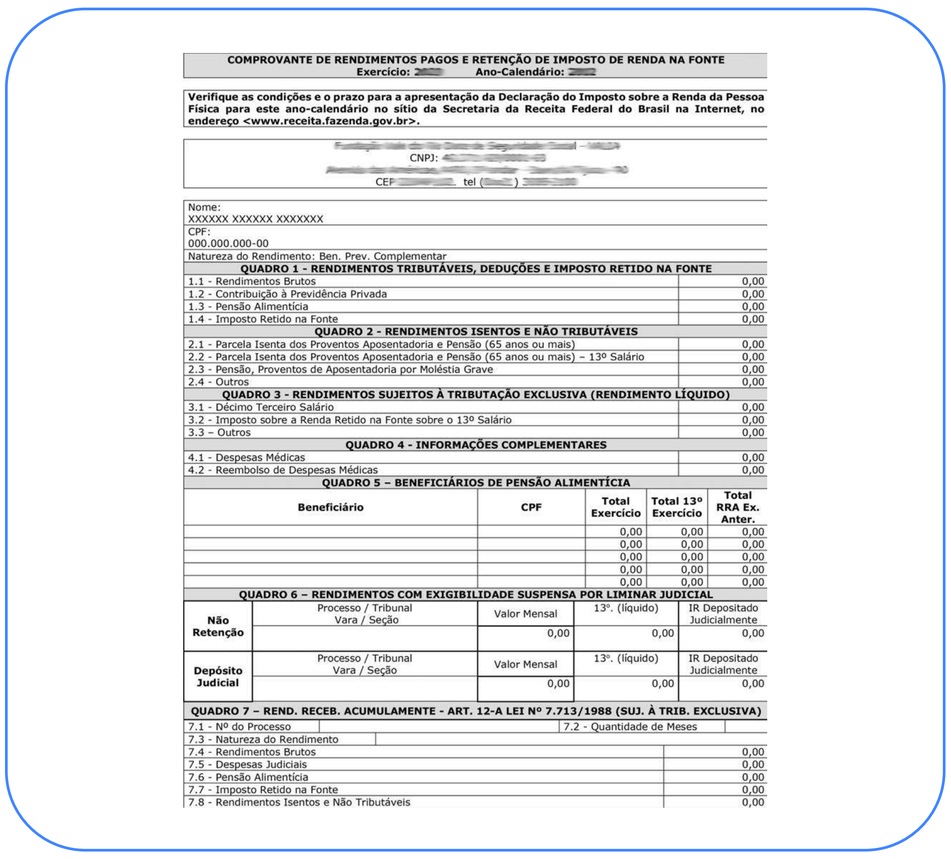


Aceitamos
RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Funcionário Público - Pessoa Física
Documentos

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [redacted] Ano-Calendário: [redacted]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[redacted]
CNPJ: [redacted]
[redacted]
CEP [redacted] tel ([redacted]) [redacted]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- 1 (um) holerite ou contracheque (o último desde que não seja o holerite de férias) e;
- Declaração de Imposto de Renda Atual junto com o recibo de entrega.

Funcionário Público - Pessoa Física
Documentos

4. Ficha cadastral



FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___/___/_____ Data de Nascimento ___/___/_____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

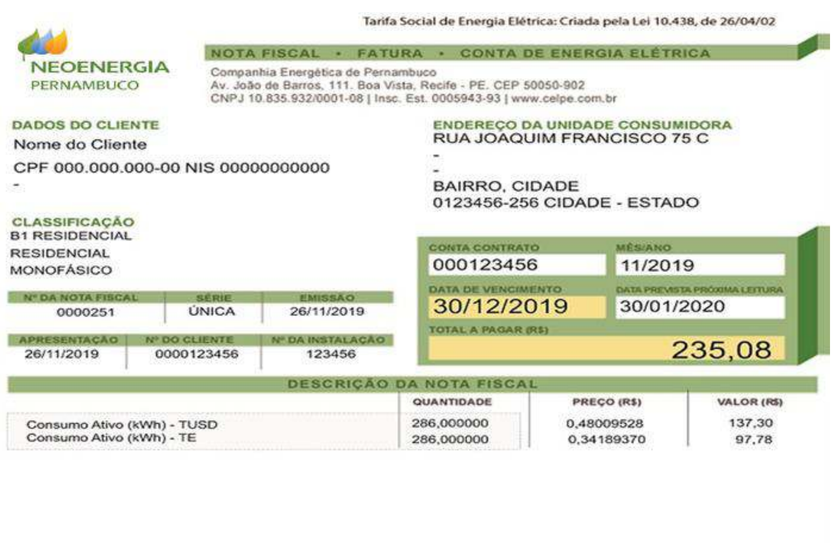
A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Lista de documentos **continua...**

Motorista de Caminhão
Pessoa Física - **Documentos**

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



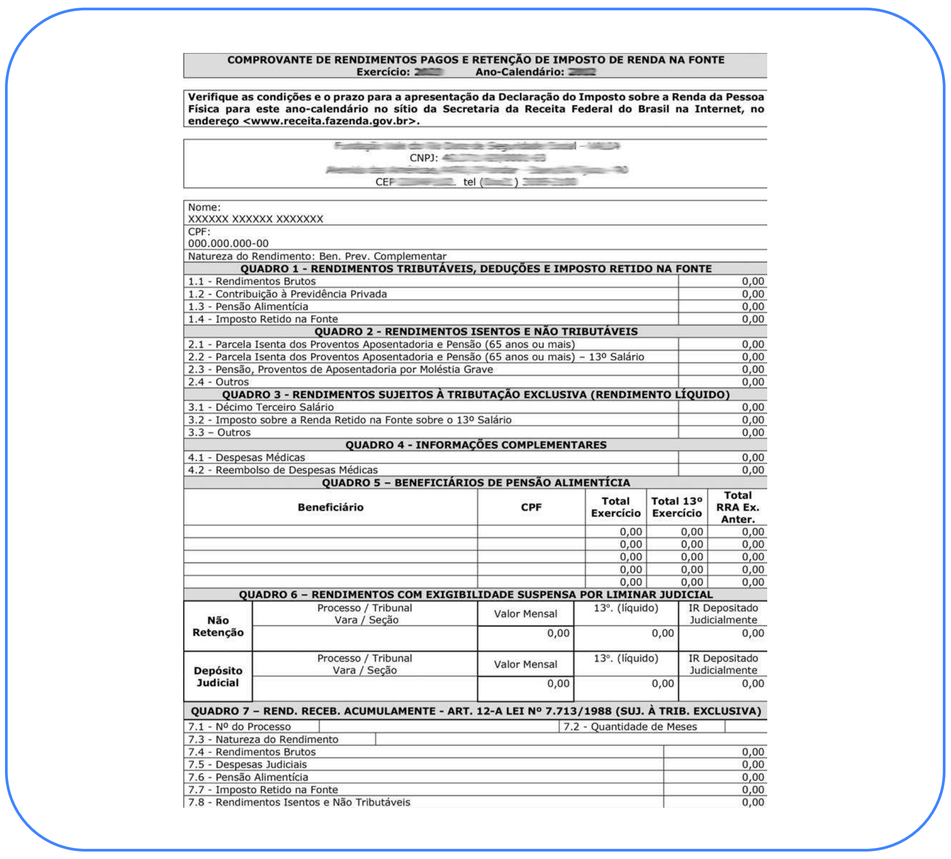
Aceitamos

- CNH da categoria "E";

Lista de documentos **continua...**

Motorista de Caminhão
Pessoa Física - **Documentos**

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [illegible] Ano-Calendário: [illegible]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[illegible]
CNPJ: [illegible]
[illegible]
CEP [illegible] tel ([illegible]) [illegible]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- CNH da categoria "E" e;
- Declaração de Imposto de Renda Atual, com recibo de entrega ou;
- Recibos de Fretes dos últimos 3 (três) meses ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Motorista de Caminhão
Pessoa Física - **Documentos**

4. Ficha cadastral



FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___/___/_____ Data de Nascimento ___/___/_____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

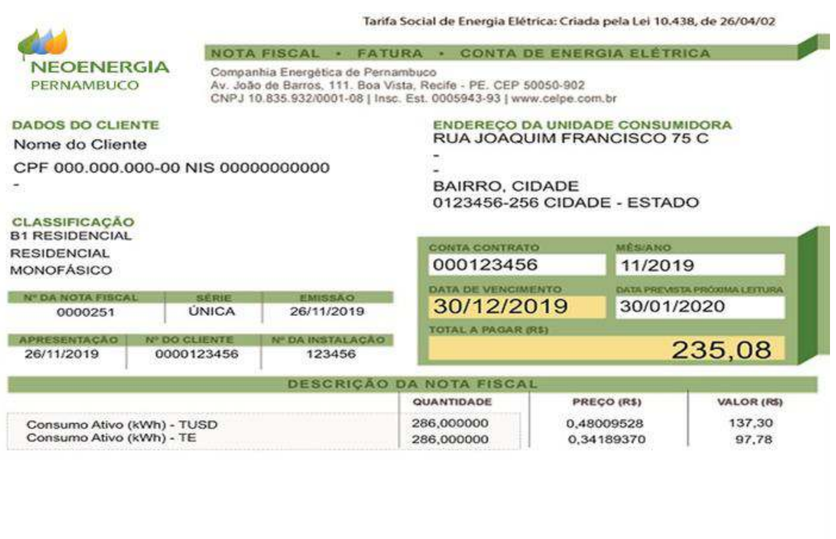
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Táxi/Transporte Escolar
Pessoa Física - **Documentos**

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020
TOTAL A PAGAR (R$)	
235,08	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos

- CNH da categoria

Lista de documentos **continua...**

Táxi/Transporte Escolar
Pessoa Física - **Documentos**

3. Comprovante de renda

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [illegible] Ano-Calendário: [illegible]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[illegible]
CNPJ: [illegible]
[illegible]
CEP [illegible] tel ([illegible]) [illegible]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
Depósito Judicial	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com recibo de entrega e;
- Licença da Prefeitura (alvará) e;
- CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo) e CNH da categoria e;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Táxi/Transporte Escolar
Pessoa Física - **Documentos**

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

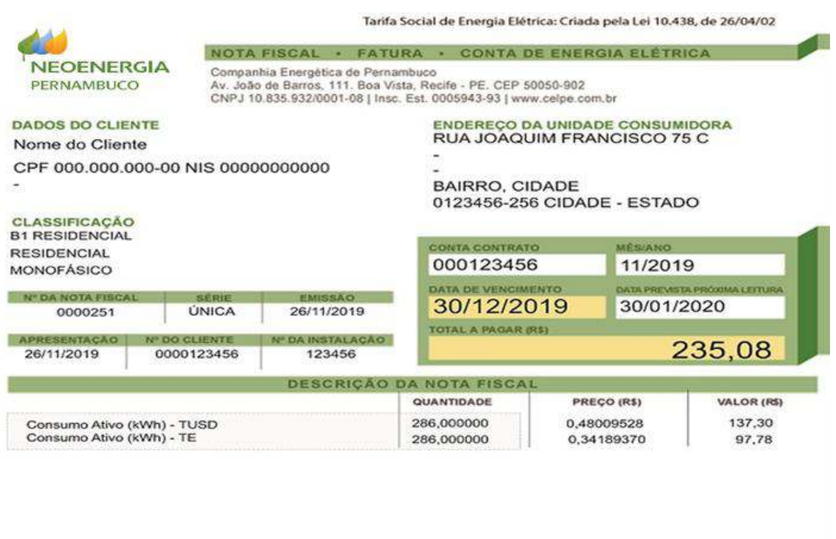
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Motorista de Aplicativo Pessoa Física - **Documentos**

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação

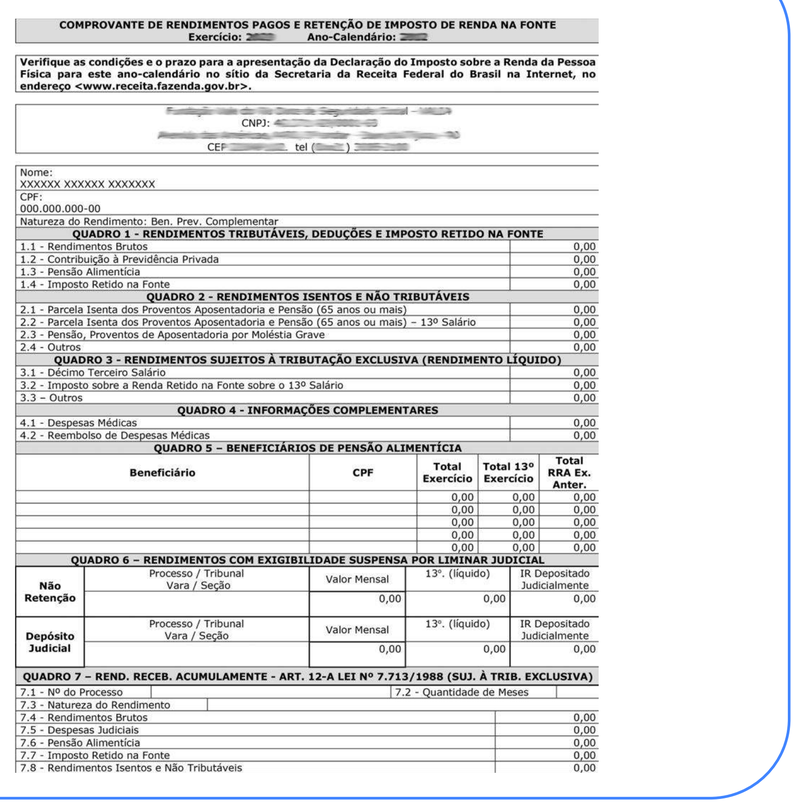


- CNH com observações "EAR (Exerce Atividade Remunerada

Lista de documentos **continua...**

Motorista de Aplicativo
Pessoa Física - **Documentos**

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [illegible] **Ano-Calendário:** [illegible]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[illegible]
CNPJ: [illegible]
[illegible]
CEP [illegible] tel ([illegible]) [illegible]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- CNH com observações "EAR (Exerce Atividade Remunerada)" e;
- Extratos dos aplicativos dos últimos 3 (três) meses ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Motorista de Aplicativo
Pessoa Física - **Documentos**

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

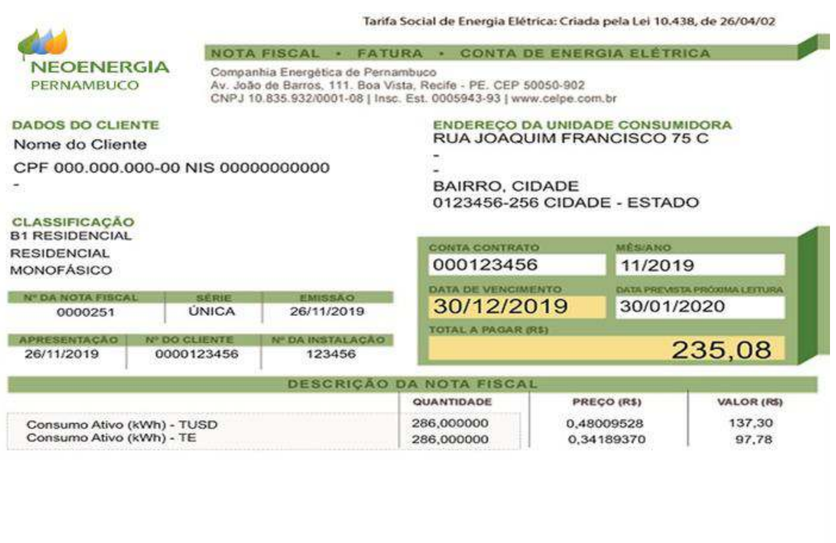
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Profissional Liberal - Pessoa Física
Documentos

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



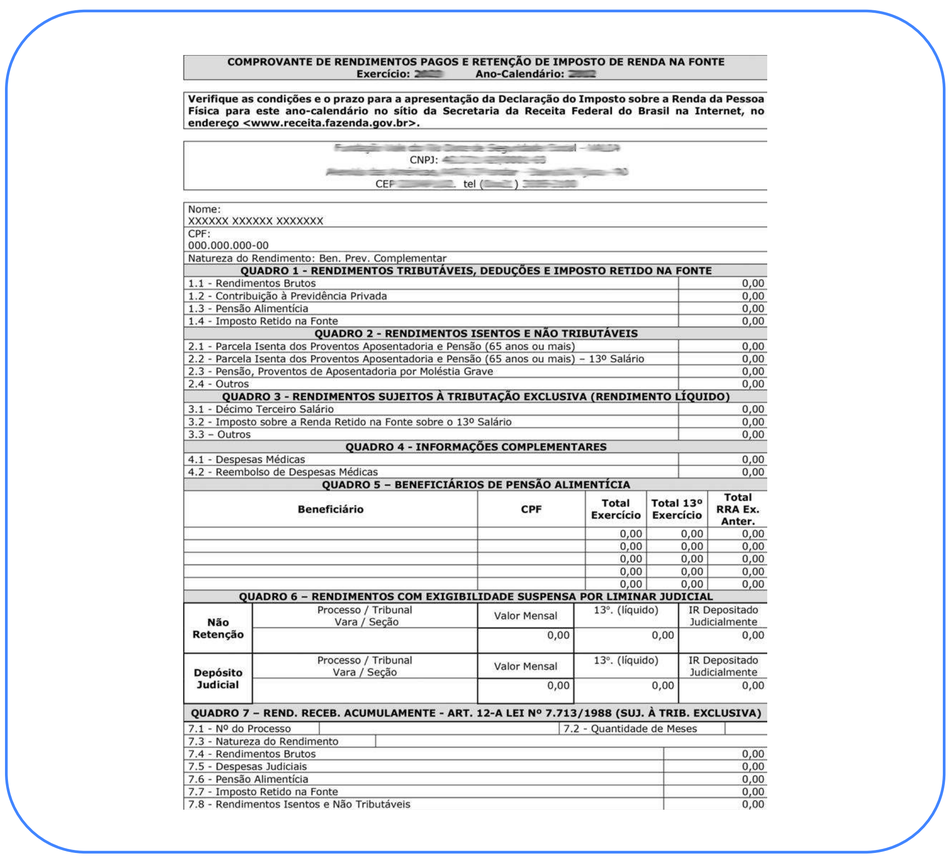
Aceitamos

RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Profissional Liberal - Pessoa Física
Documentos

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [redacted] Ano-Calendário: [redacted]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[redacted]
CNPJ: [redacted]
[redacted]
CEP [redacted] tel ([redacted]) [redacted]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com o recibo de entrega e Carteira do Conselho de Classe e/ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Profissional Liberal - Pessoa Física
Documentos

4. Ficha cadastral



PayTech
consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___/___/_____ Data de Nascimento ___/___/_____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

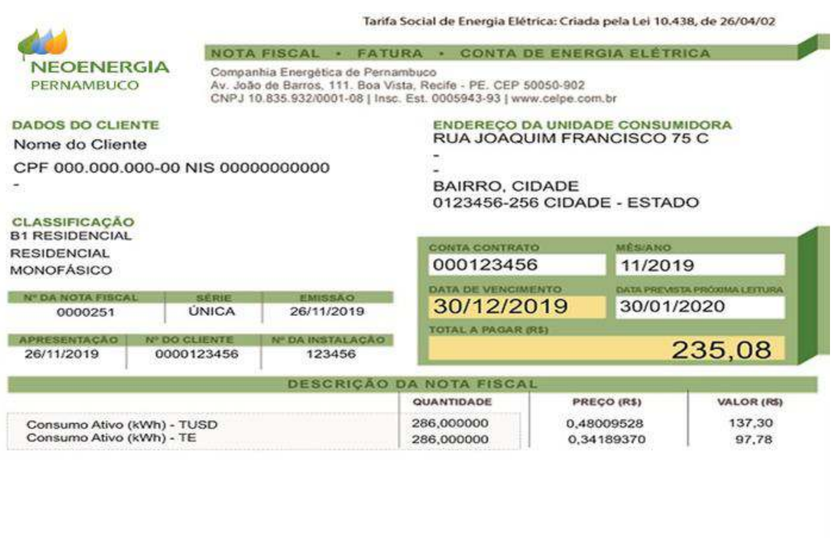
Administradora Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Proprietário de Imóveis ou Locador Pessoa Física - **Documentos**

1. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos

RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Proprietário de Imóveis ou Locador Pessoa Física - **Documentos**

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [redacted] Ano-Calendário: [redacted]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[redacted]
CNPJ: [redacted]
[redacted]
CEF [redacted] tel ([redacted]) [redacted]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
	Processo / Tribunal Vara / Seção	**Valor Mensal**	**13º. (líquido)**	**IR Depositado Judicialmente**
Depósito Judicial		0,00	0,00	0,00

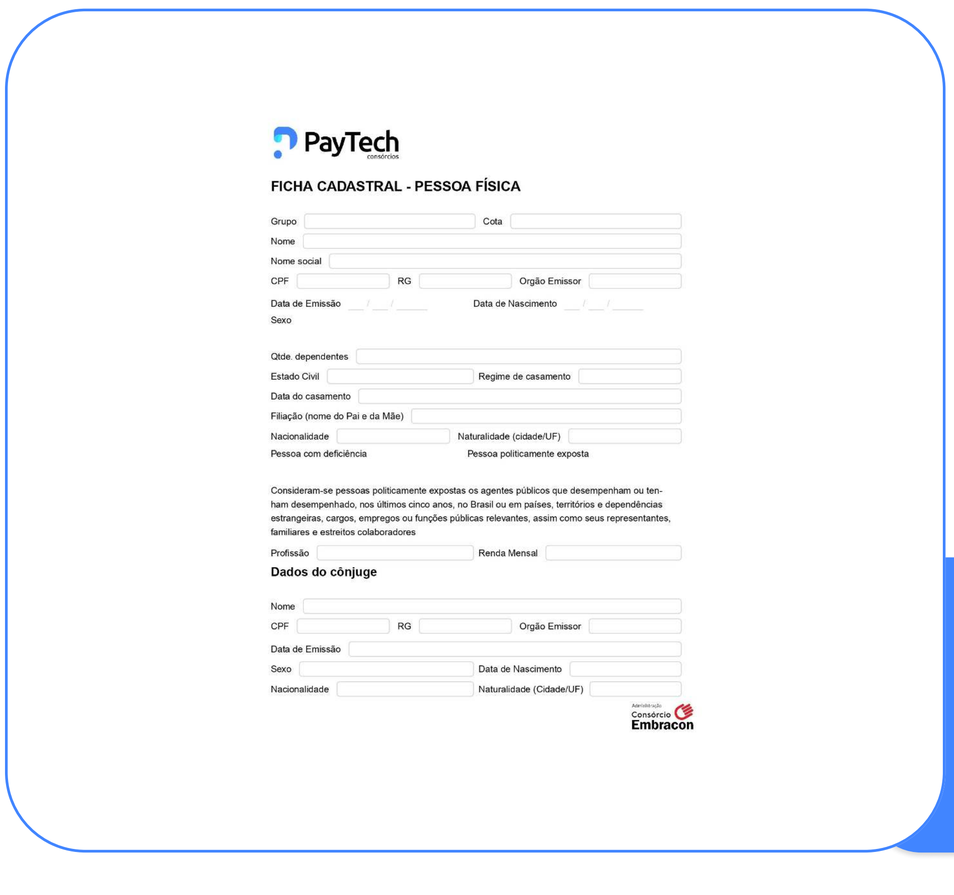
QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com o recibo de entrega ou;
- Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses ou;
- Contrato(s) de locação dentro do prazo de vigência, com assinaturas reconhecidas, acompanhado pelo(s) carnê(s) de IPTU do(s) imóvel(is).

Lista de documentos **continua...**

Proprietário de Imóveis ou Locador Pessoa Física - **Documentos**

4. Ficha cadastral



PayTech consórcios

FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___ / ___ / _____ Data de Nascimento ___ / ___ / _____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

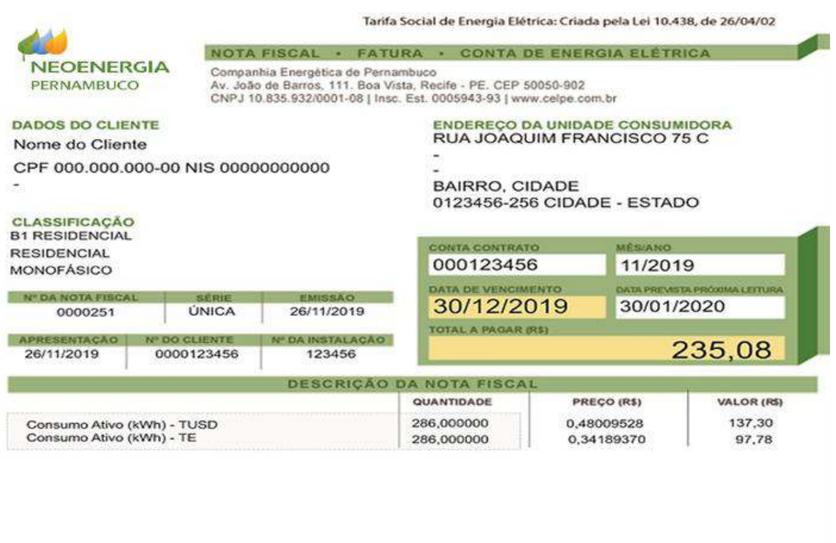
Administração Consórcio Embracon

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

Produtor Rural
Documentos

1. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020

TOTAL A PAGAR (R$) 235,08

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

2. Documento de identificação



Aceitamos
RG, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira das Forças Armadas, Carteira do Conselho dos Órgãos de Classe ou Registro Nacional do Estrangeiro (RNE).

Lista de documentos **continua...**

Produtor Rural
Documentos

3. Comprovante de renda



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS PAGOS E RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
Exercício: [illegible] Ano-Calendário: [illegible]

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

[illegible] - [illegible]
CNPJ: [illegible]
[illegible]
CEF [illegible] tel ([illegible]) [illegible]

Nome:
XXXXXX XXXXXX XXXXXXX
CPF:
000.000.000-00
Natureza do Rendimento: Ben. Prev. Complementar

QUADRO 1 - RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE	
1.1 - Rendimentos Brutos	0,00
1.2 - Contribuição à Previdência Privada	0,00
1.3 - Pensão Alimentícia	0,00
1.4 - Imposto Retido na Fonte	0,00
QUADRO 2 - RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	
2.1 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais)	0,00
2.2 - Parcela Isenta dos Proventos Aposentadoria e Pensão (65 anos ou mais) – 13º Salário	0,00
2.3 - Pensão, Proventos de Aposentadoria por Moléstia Grave	0,00
2.4 - Outros	0,00
QUADRO 3 - RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)	
3.1 - Décimo Terceiro Salário	0,00
3.2 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre o 13º Salário	0,00
3.3 – Outros	0,00
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
4.1 - Despesas Médicas	0,00
4.2 - Reembolso de Despesas Médicas	0,00

QUADRO 5 – BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Beneficiário	CPF	Total Exercício	Total 13º Exercício	Total RRA Ex. Anter.
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 6 – RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA POR LIMINAR JUDICIAL

	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
Não Retenção		0,00	0,00	0,00
Depósito Judicial	Processo / Tribunal Vara / Seção	Valor Mensal	13º. (líquido)	IR Depositado Judicialmente
		0,00	0,00	0,00

QUADRO 7 – REND. RECEB. ACUMULAMENTE - ART. 12-A LEI Nº 7.713/1988 (SUJ. À TRIB. EXCLUSIVA)			
7.1 - Nº do Processo		7.2 - Quantidade de Meses	
7.3 - Natureza do Rendimento			
7.4 - Rendimentos Brutos			0,00
7.5 - Despesas Judiciais			0,00
7.6 - Pensão Alimentícia			0,00
7.7 - Imposto Retido na Fonte			0,00
7.8 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis			0,00

- Declaração de Imposto de Renda Atual, com o recibo de entrega ou;
- Nota Fiscal de produtor rural dos 06 (seis) últimos meses ou;
- Cadastro do INCRA ou última declaração do ITR (Imposto Territorial Rural) ou Contrato de arrendamento da propriedade rural + Extratos Bancários dos 3 (três) últimos meses.

Lista de documentos **continua...**

Produtor Rural
Documentos

4. Ficha cadastral



FICHA CADASTRAL - PESSOA FÍSICA

Grupo Cota
Nome
Nome social
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão ___/___/_____ Data de Nascimento ___/___/_____
Sexo

Qtde. dependentes
Estado Civil Regime de casamento
Data do casamento
Filiação (nome do Pai e da Mãe)
Nacionalidade Naturalidade (cidade/UF)
Pessoa com deficiência Pessoa politicamente exposta

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores

Profissão Renda Mensal

Dados do cônjuge

Nome
CPF RG Orgão Emissor
Data de Emissão
Sexo Data de Nascimento
Nacionalidade Naturalidade (Cidade/UF)

A ficha cadastral pode ser baixada no link abaixo e deve ser enviada preenchida e assinada.

Clique aqui para baixar

PayTech consórcios

Ficha cadastral

Antes de prosseguir para os documentos do imóvel, é importante que você preencha a ficha cadastral e envie para sua agência.

A atualização dos dados de contato, como e-mail e telefone, é fundamental para a comunicação durante o processo. Mantenha-os atualizados.

No caso de Pessoa Jurídica, os dados cadastrados devem ser do sócio da empresa.

Use os botões abaixo para fazer o download:

Baixar ficha cadastral de pessoa física

Ou

Baixar ficha cadastral de pessoa jurídica

PayTech
consórcios

VOCÊ ESTÁ AQUI

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Análise do Crédito

PayTech consórcios

Análise de Crédito
Esclarecimentos



Documentos separados? Boa!
Então chegou a hora de enviá-los para a análise de crédito. A boa notícia é que dá para fazer isso de forma simples e rápida lá pela Central de Contemplação que tem um time especialista para te acompanhar nesse processo!

Então fique de olho em mais algumas informações importantes que separamos para você.

Análise de Crédito
Esclarecimentos

Não tenho como comprovar renda, e agora?

R: Você pode apresentar os documentos do cônjuge, de pai e mãe ou irmãos para junção de renda.

Qual tem que ser o valor da renda comprovada?

R: A soma de todas as rendas apresentadas deve ser maior que 3 vezes o valor da parcela. Por isso a junção de renda não anula a possibilidade de pedirmos um devedor solidário.

Meus proventos eventuais como férias e 13º salário entram na soma?

R: Não! Férias, 13º, gratificações ou bônus são desconsiderados para fins de composição de renda. O mesmo valor para pensão alimentícia e auxílio doença.

Boa Vista, SPC, Serasa ou outros bureaus influenciam no resultado?

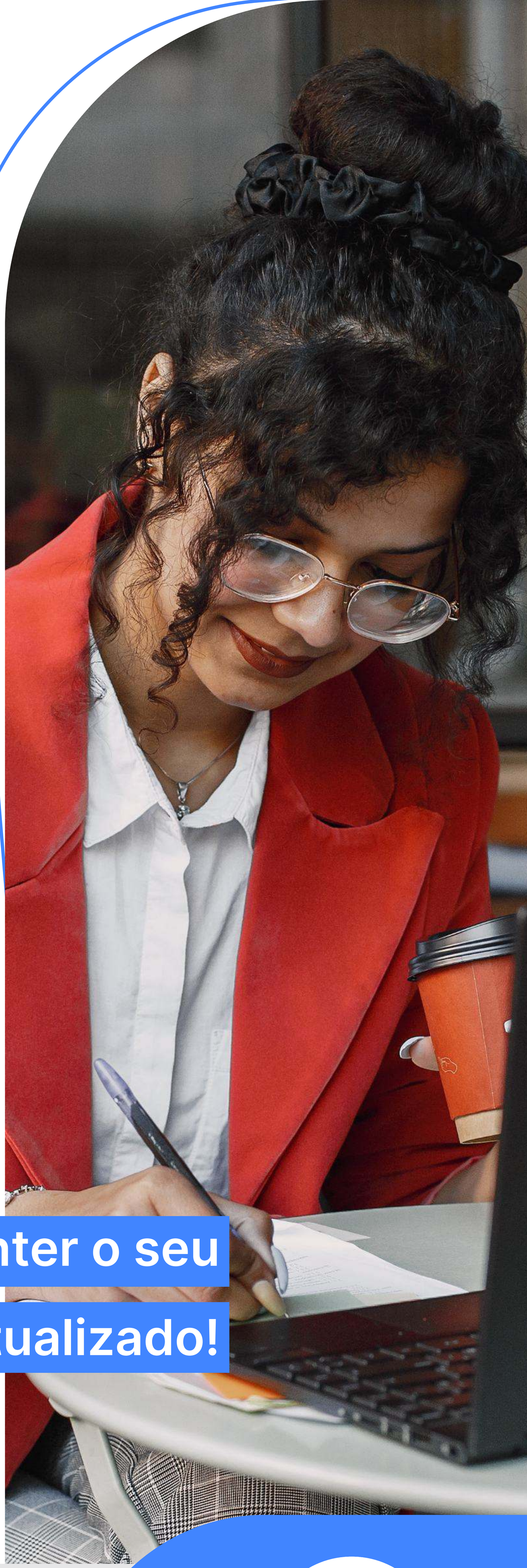
R: Sim! Pode acontecer do seu cadastro, ou de seu devedor solidário, não obter aprovação em função de consultas aos bureaus de crédito.

Análise de Crédito
Informações Gerais

Depois de enviar os documentos, é só esperar! Lembrando que o **prazo para a análise de crédito é de 2 a 4 dias úteis,** mas ele zera todas as vezes em que uma nova documentação é entregue.

Por isso, é de suma importância que a documentação seja enviada por completo desde o começo.

Após a aprovação do crédito, você tem até **120 dias** corridos para finalizar o processo de faturamento do seu imóvel. Depois desse período, é necessária a solicitação de uma reanálise.



Não esqueça de manter o seu cadastro sempre atualizado!

PayTech consórcios

Menu

Atendimento



Crédito Reprovado

Não se preocupe! Existem alternativas caso o seu crédito não seja aprovado e vamos tentar aplicar todas elas. Há dois caminhos possíveis que o setor de análise poderá seguir:

1. Análise pendente

Documentação incompleta ou divergente: a análise vai pedir documentação adicional ou correção na documentação enviada. É importante que você envie o quanto antes. Lembre-se que o prazo da análise começa de novo a cada nova entrega de documentos.

2. Devedor solidário

Procure um devedor solidário: pode ser um amigo ou um parente, o mais importante é que seja da sua confiança. O devedor solidário deve apresentar a mesma lista de documentos solicitada apresentadas aqui no guia do contemplado, seguindo o mesmo requisito de renda 3 (três) vezes superior à parcela, além da ausência de restrição de crédito.

Documentos de Pessoa Física

PayTech consórcios

Você deseja faturar a sua carta de crédito para...

- Aquisição de Imóvel
- Quitação de Financiamento
- Construção|Reforma Com Ampliação de Área
- Reforma Sem Ampliação de Área
- Imóvel na Planta
- Crédito em Espécie
- Substituição de Garantia
- Transferência com bem Entregue



O Imóvel é...

Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor da taxa de vistoria que será custeada pelo cliente. Seu imóvel será avaliado por uma empresa credenciada da Administradora. O valor base utilizado do imóvel será o valor de liquidez. Selecione abaixo a lista de documentos obrigatórios que deseja consultar. **Atenção**: não é permitida a transferência patrimonial em imóvel Rural, o valor de liquidez do imóvel rural deve suprir acima de 50% do saldo devedor da(s) cota(s).

Imóvel Urbano

Imóvel Rural

Menu

Atendimento

Construção | Reforma Com Ampliação de Área

Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor da taxa de vistoria que será custeada pelo cliente. Seu imóvel será avaliado por uma empresa credenciada da Administradora. O valor base utilizado do imóvel será o valor de liquidez.

Selecione abaixo a lista de documentos que deseja consultar:

Imóvel Urbano

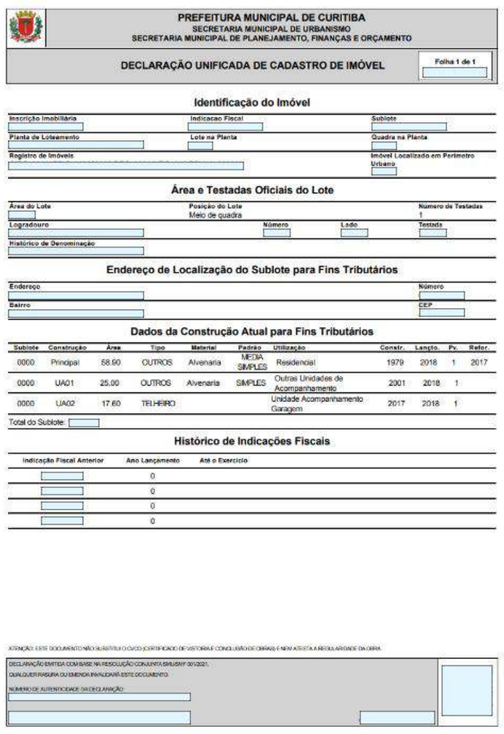
Imóvel Rural

Menu

Atendimento

Construção Urbana/Reforma com Ampliação - **Documentos**

1. Matrícula atualizada


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

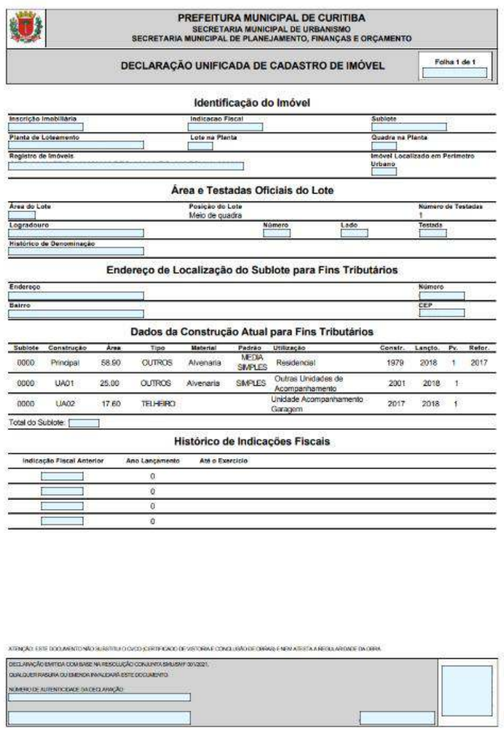
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Construção Urbana/Reforma com Ampliação - **Documentos**

3. CND - Certidão Negativa Débitos municipais



PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

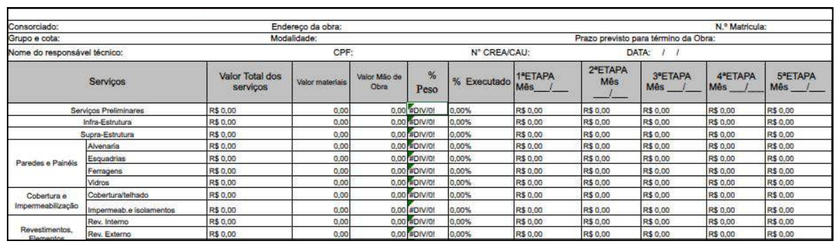
Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR**.

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

4. Cronograma



Consorciado:		Endereço da obra:									N.º Matrícula:
Grupo e cota:		Modalidade:						Prazo previsto para término da Obra:			
Nome do responsável técnico:		CPF:				N° CREA/CAU:		DATA: / /			
Serviços		Valor Total dos serviços	Valor materiais	Valor Mão de Obra	% Peso	% Executado	1ªETAPA Mês___/___	2ªETAPA Mês ___/___	3ªETAPA Mês ___/___	4ªETAPA Mês ___/___	5ªETAPA Mês ___/___
Serviços Preliminares		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Infra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Supra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Paredes e Painéis	Alvenaria	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Esquadrias	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Ferragens	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Vidros	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Cobertura e Impermeabilização	Cobertura/telhado	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Impermeab.e isolamentos	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Revestimentos, Elementos	Rev. Interno	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Rev. Externo	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

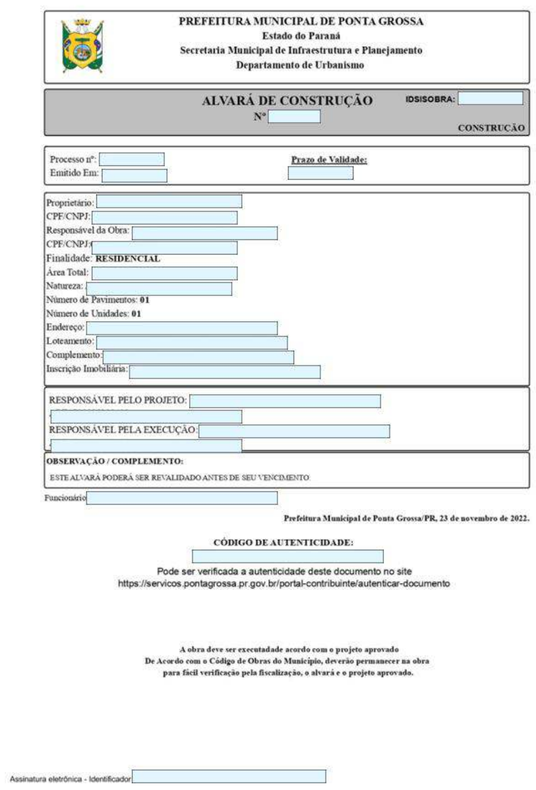
Cronograma físico-financeiro da obra, assinado por profissional habilitado, ou seja, engenheiro ou arquiteto com registro no CREA/CAU. E precisa de reconhecimento de firma por autenticidade da assinatura do engenheiro, ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura eletrônica ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign

Clique aqui para baixar

Lista de documentos **continua...**

Construção Urbana/Reforma com Ampliação - **Documentos**

5. Alvará



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento
Departamento de Urbanismo

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO IDSISOBRA:
Nº
CONSTRUÇÃO

Processo nº: Prazo de Validade:
Emitido Em:

Proprietário:
CPF/CNPJ:
Responsável da Obra:
CPF/CNPJ:
Finalidade: RESIDENCIAL
Área Total:
Natureza:
Número de Pavimentos: 01
Número de Unidades: 01
Endereço:
Loteamento:
Complemento:
Inscrição Imobiliária:

RESPONSÁVEL PELO PROJETO:
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:

OBSERVAÇÃO / COMPLEMENTO:
ESTE ALVARÁ PODERÁ SER REVALIDADO ANTES DE SEU VENCIMENTO

Funcionário:

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR, 23 de novembro de 2022.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:
Pode ser verificada a autenticidade deste documento no site
https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portal-contribuinte/autenticar-documento

A obra deve ser executadade acordo com o projeto aprovado
De Acordo com o Código de Obras do Município, deverão permanecer na obra
para fácil verificação pela fiscalização, o alvará e o projeto aprovado.

Assinatura eletrônica - Identificador:

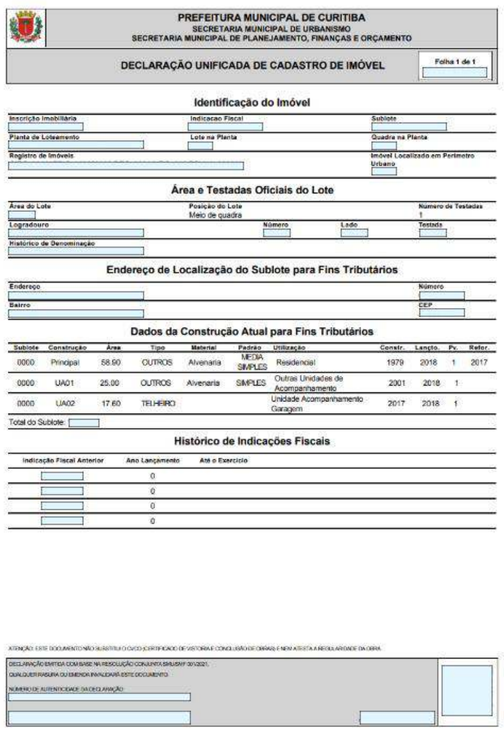
O alvará de construção é um documento expedido pelas prefeituras certificando que uma obra está dentro das normas e da legislação vigente do município, além de mostrar que existe a presença de um responsável técnico pela execução da obra.

6. Projeto

Projeto arquitetônico da construção

Construção Rural/Reforma com Ampliação - **Documentos**

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O HABITE-SE (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

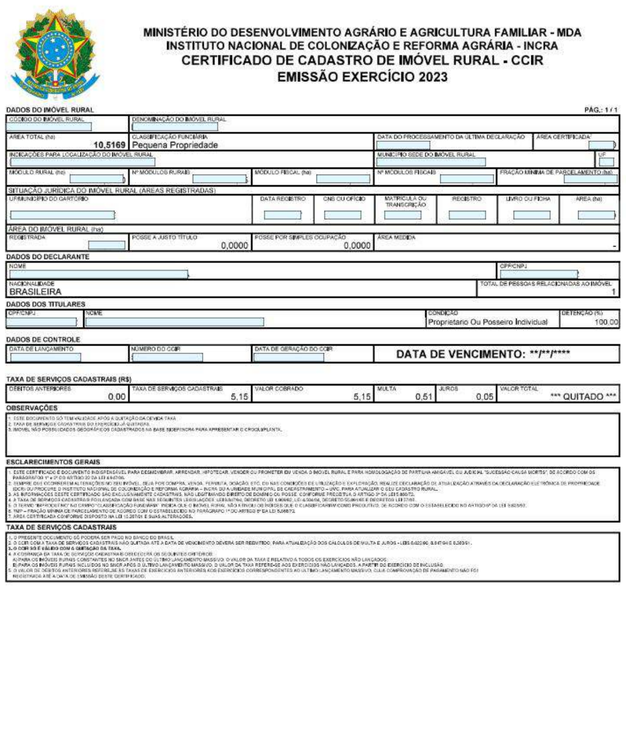
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Matrícula atualizada do Imóvel Rural

A metragem do imóvel, que consta no ITR , CCIR, e CAR deve ser a mesma que consta na matrícula do imóvel.

O valor de liquidez do laudo deve ser 50% superior ao saldo devedor da(s) cota(s).

2. CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSÃO EXERCÍCIO 2023

DADOS DO IMÓVEL RURAL — PÁG.: 1 / 1

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
ÁREA TOTAL (ha): 10,5169 | CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Pequena Propriedade | DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO | ÁREA CERTIFICADA
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL | MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL RURAL | UF
MÓDULO RURAL (ha) | Nº MÓDULOS RURAIS | MÓDULO FISCAL (ha) | Nº MÓDULOS FISCAIS | FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)

SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)

UF/MUNICÍPIO DO CARTÓRIO | DATA REGISTRO | CNS CUJ OFÍCIO | Nº MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO | REGISTRO | LIVRO OU FICHA | ÁREA (ha)

ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)

REGISTRADA | POSSE A JUSTO TÍTULO: 0,0000 | POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO: 0,0000 | ÁREA MEDIDA: -

DADOS DO DECLARANTE

NOME | CPF/CNPJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA | TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL: 1

DADOS DOS TITULARES

CPF/CNPJ	NOME	CONDIÇÃO	DETENÇÃO (%)
		Proprietario Ou Posseiro Individual	100,00

DADOS DE CONTROLE

DATA DE LANÇAMENTO | NÚMERO DO CCIR | DATA DE GERAÇÃO DO CCIR | DATA DE VENCIMENTO: **/**/****

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R$)

DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA	JUROS	VALOR TOTAL
0,00	5,15	5,15	0,51	0,05	*** QUITADO ***

OBSERVAÇÕES

1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. NÃO HÁ DÉBITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES PENDENTES.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE GEORREFERENCIADA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS

1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS" DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º, 2º E 3º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.947/66.
2. SEMPRE QUE OCORRER(EM) ALTERAÇÕES NO(S) IMÓVEL(EIS) RURAL(IS) POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. DEVE(M) COMUNICÁ-LA(S) À UTILIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ALTERANDO OU DECLARANDO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE (DOI) OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA (OU A UNIDADES MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO – UMC PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.
3. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI CALCULADA COM BASE NAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI 10.267/01, DECRETO 4.449/02, LEI 5.868/72, LEI 6.015/73, LEI 6.739/79, DECRETO 85.064/80, LEI 8.629/93, LEI 8.666/93, LEI 9.393/96, DECRETO 3.995/01, LEI 13.465/17, LEI 13.606/18, DECRETO 9.309/18 E DECRETOS LIGADOS.
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI CALCULADA COM BASE NAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI 10.267/01, DECRETO 4.449/02, LEI 5.868/72, LEI 6.015/73, LEI 6.739/79, DECRETO 85.064/80, LEI 8.629/93, LEI 8.666/93, LEI 9.393/96, DECRETO 3.995/01, LEI 13.465/17, LEI 13.606/18, DECRETO 9.309/18 E DECRETOS LIGADOS.
5. O TERMO "IMPRODUTIVO" AO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO Nº 06 DA LEI 8.629/93.
6. "NFI" – FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE FLORES COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72.
7. IMÓVEL CERTIFICADO CONFORME DISPOSTO NA LEI 13.465/17 E SUAS ALTERAÇÕES.

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

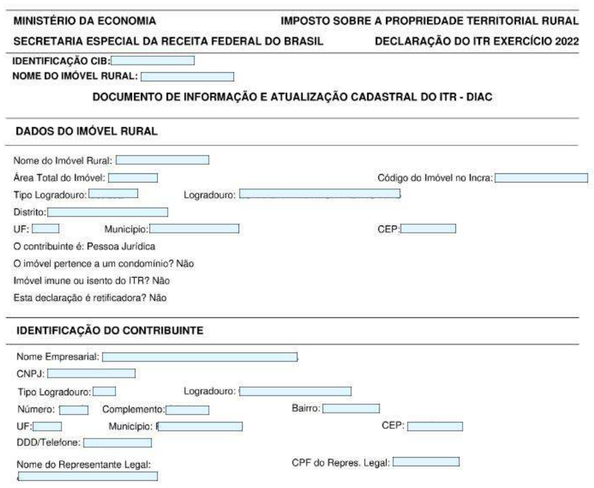
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS VAI ALÉM DA DATA E DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS - LEIS 6.605/96, 8.847/94 E 9.393/96.
3. O CCIR SÓ É VÁLIDO COM A QUITAÇÃO DA TAXA.
4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTES CRITÉRIOS:
ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SNCR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS NÃO CONSTANTES NO SNCR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É REFERENTE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO SEGUINTE.
5. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES REFERE-SE À TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO PAGA E/OU EMITIDA COM O VALOR DIVERGENTE DO ESTABELECIDO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE NA DATA DE EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

É o documento expedido pelo Incra que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Esse documento é indispensável para legalizar em cartório a transferência e alienação de qualquer imóvel rural. Devem-se comparar os dados do CCIR com os da matrícula e ITR, como: titularidade, área e localização.

Lista de documentos **continua...**

Construção Rural/Reforma com Ampliação - **Documentos**

3. Declaração e recibo de entrega de ITR (Imposto Territorial Rural)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA — IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2022

IDENTIFICAÇÃO CIB:
NOME DO IMÓVEL RURAL:

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

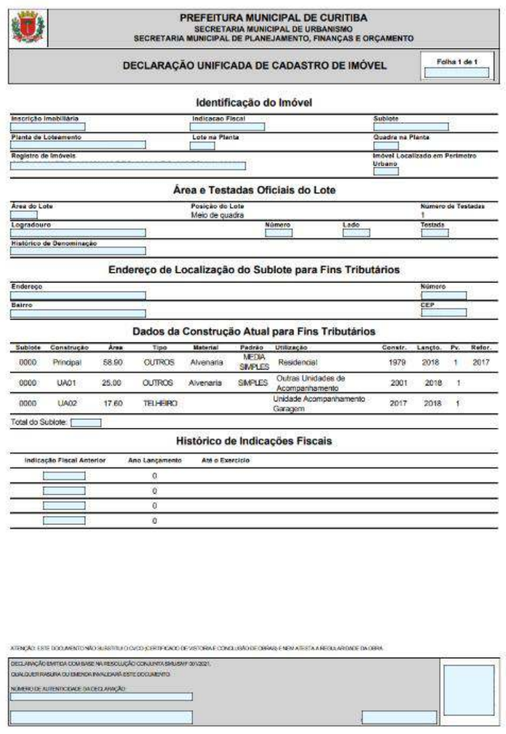
Nome do Imóvel Rural:
Área Total do Imóvel: — Código do Imóvel no Incra:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Distrito:
UF: — Município: — CEP:
O contribuinte é: Pessoa Jurídica
O imóvel pertence a um condomínio? Não
Imóvel imune ou isento do ITR? Não
Esta declaração é retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial:
CNPJ:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Número: — Complemento: — Bairro:
UF: — Município: — CEP:
DDD/Telefone:
Nome do Representante Legal: — CPF do Repres. Legal:

Cujos dados devem ser comparados com a matrícula, como: endereço, área do terreno, contribuinte, número do NIRF (se houver). A validade é sempre do ano vigente. A declaração é efetuada anualmente no mês Setembro.

4. CAR (Cadastro Ambiental Rural)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refor.
0000	Principal	58,90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25,00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17,60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA

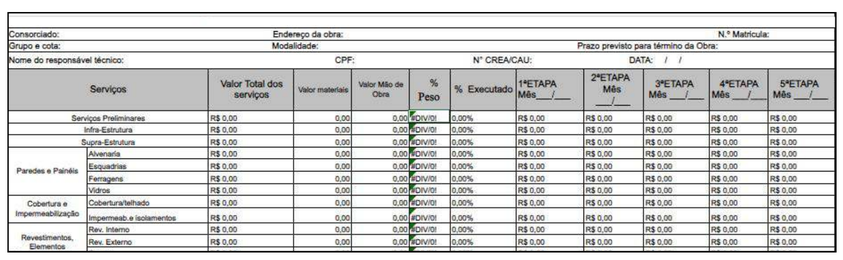
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 39/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Devem-se comparar os dados do CAR com os da matrícula, como: ITR e CCIR.

Lista de documentos **continua...**

Construção Rural/Reforma com Ampliação - **Documentos**

5. Cronograma



Consorciado:		Endereço da obra:									N.º Matrícula:
Grupo e cota:		Modalidade:						Prazo previsto para término da Obra:			
Nome do responsável técnico:		CPF:			N° CREA/CAU:			DATA: / /			
Serviços		Valor Total dos serviços	Valor materiais	Valor Mão de Obra	% Peso	% Executado	1ªETAPA Mês___/___	2ªETAPA Mês ___/___	3ªETAPA Mês ___/___	4ªETAPA Mês ___/___	5ªETAPA Mês ___/___
Serviços Preliminares		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Infra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Supra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Paredes e Painéis	Alvenaria	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Esquadrias	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Ferragens	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Vidros	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Cobertura e Impermeabilização	Cobertura/telhado	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Impermeab. e isolamentos	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Revestimentos, Elementos	Rev. Interno	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Rev. Externo	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Cronograma físico-financeiro da obra, assinado por profissional habilitado, ou seja, engenheiro ou arquiteto com registro no CREA/CAU. E precisa de reconhecimento de firma por autenticidade da assinatura do engenheiro, ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura eletronica ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign

Clique aqui para baixar

6. Projeto

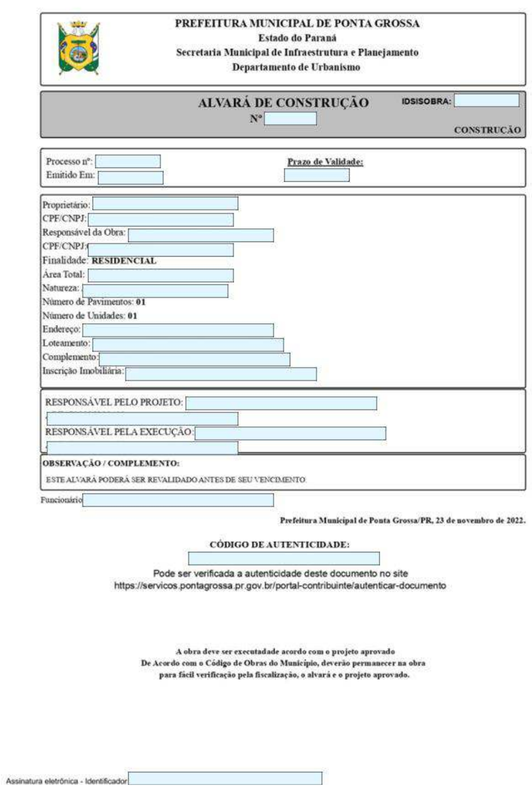


Projeto arquitetônico da construção

Lista de documentos **continua...**

Construção Rural/Reforma com Ampliação - **Documentos**

7. Alvará



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento
Departamento de Urbanismo

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO
Nº
IDSISOBRA:
CONSTRUÇÃO

Processo nº:
Emitido Em:
Prazo de Validade:

Proprietário:
CPF/CNPJ:
Responsável da Obra:
CPF/CNPJ:
Finalidade: RESIDENCIAL
Área Total:
Natureza:
Número de Pavimentos: 01
Número de Unidades: 01
Endereço:
Loteamento:
Complemento:
Inscrição Imobiliária:

RESPONSÁVEL PELO PROJETO:
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:

OBSERVAÇÃO / COMPLEMENTO:
ESTE ALVARÁ PODERÁ SER REVALIDADO ANTES DE SEU VENCIMENTO

Funcionário:

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR, 23 de novembro de 2022.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

Pode ser verificada a autenticidade deste documento no site
https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portal-contribuinte/autenticar-documento

A obra deve ser executadade acordo com o projeto aprovado
De Acordo com o Código de Obras do Município, deverão permanecer na obra
para fácil verificação pela fiscalização, o alvará e o projeto aprovado.

Assinatura eletrônica - Identificador:

O alvará de construção é um documento expedido pelas prefeituras certificando que uma obra está dentro das normas e da legislação vigente do município, além de mostrar que existe a presença de um responsável técnico pela execução da obra.

OBS: Caso a prefeitura não forneça o alvará entrar em contato com a sua assessoria.

Reforma sem Ampliação de Área

Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor da taxa de vistoria que será custeada pelo cliente. Seu imóvel será avaliado por uma empresa credenciada da Administradora. O valor base utilizado do imóvel será o valor de liquidez.

Selecione abaixo a lista de documentos que deseja consultar:

Imóvel Urbano

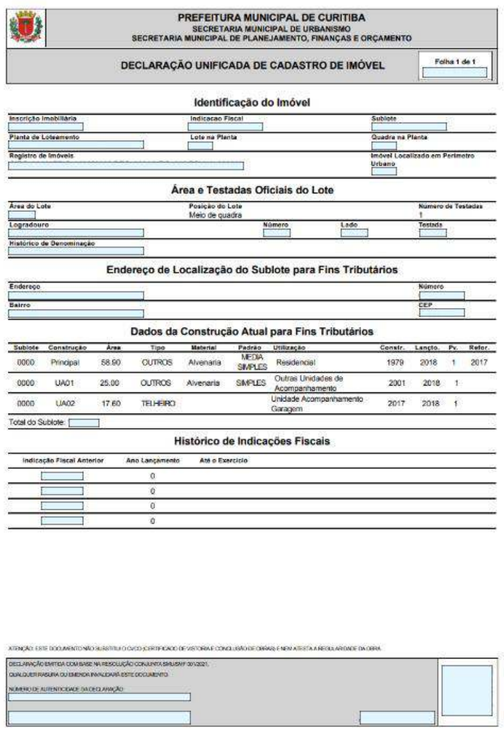
Imóvel Rural

Menu

Atendimento

Reforma Urbana sem Ampliação
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

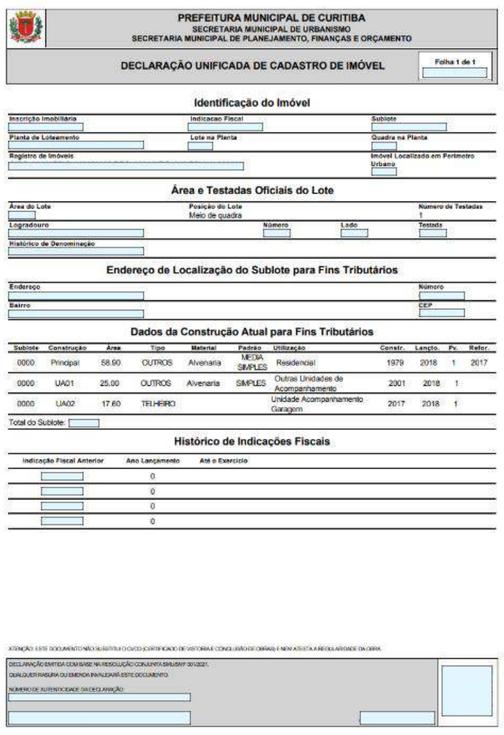
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Reforma Urbana sem Ampliação
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

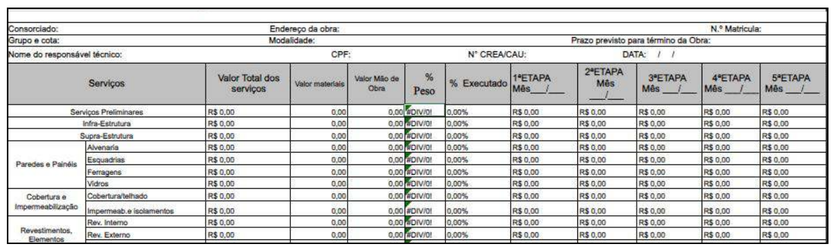
Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

4. Cronograma



Consorciado:		Endereço da obra:								N.º Matrícula:	
Grupo e cota:		Modalidade:								Prazo previsto para término da Obra:	
Nome do responsável técnico:		CPF:				N° CREA/CAU:			DATA: / /		
Serviços		Valor Total dos serviços	Valor materiais	Valor Mão de Obra	% Peso	% Executado	1ªETAPA Mês__/__	2ªETAPA Mês __/__	3ªETAPA Mês __/__	4ªETAPA Mês __/__	5ªETAPA Mês __/__
Serviços Preliminares		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Infra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Supra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Paredes e Painéis	Alvenaria	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Esquadrias	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Ferragens	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Vidros	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Cobertura e Impermeabilização	Cobertura/telhado	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Impermeab.e isolamentos	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Revestimentos, Elementos	Rev. Interno	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Rev. Externo	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Cronograma físico-financeiro da obra, assinado por profissional habilitado, ou seja, engenheiro ou arquiteto com registro no CREA/CAU. E precisa de reconhecimento de firma por autenticidade da assinatura do engenheiro, ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura eletrônica ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign

Clique aqui para baixar

PayTech consórcios

Imóvel Urbano
Qual é o tipo de imóvel?

Condomínio

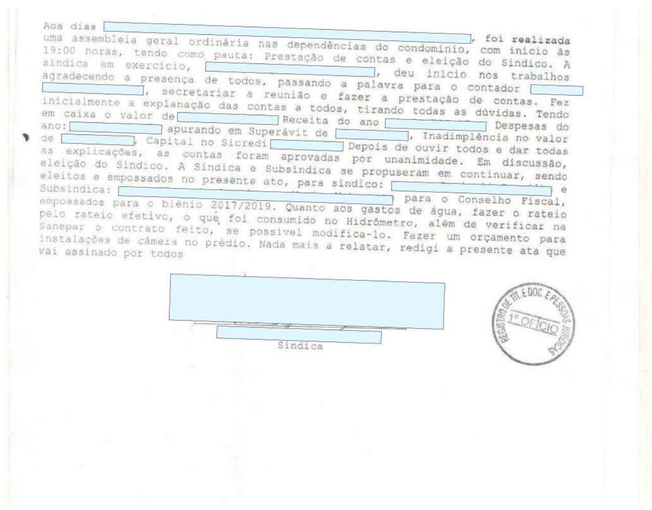
Não tenho essa informação!

Imóvel em Condomínio
Documentos para Pagamento

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted], Capital no Sicredi: [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted], para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

Síndica

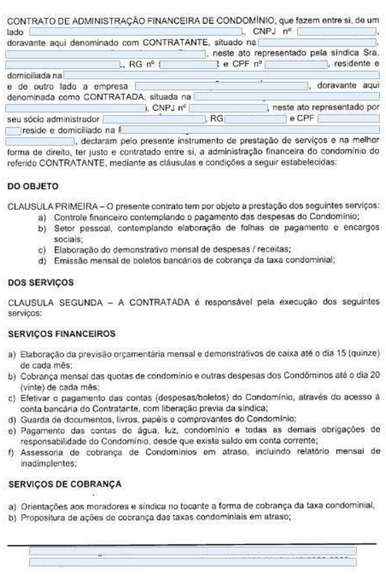
REGISTRO CIVIL E DOC. ESPECIAIS 1º OFÍCIO

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel em Condomínio
Documentos para Pagamento

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado [redacted], CNPJ nº [redacted], doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na [redacted], neste ato representado pela síndica Sra. [redacted], RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], residente e domiciliada na [redacted] e de outro lado a empresa [redacted], doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na [redacted], CNPJ nº [redacted], neste ato representado por seu sócio administrador [redacted], RG [redacted] e CPF [redacted] reside e domiciliado na [redacted], declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação prévia da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

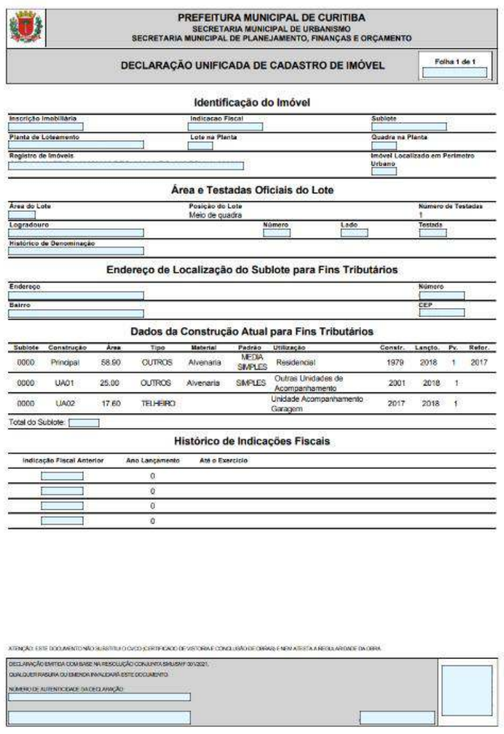
a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

[redacted]

Da administradora responsável pelo condomínio.

Reforma Rural sem Ampliação
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Area do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O HABITE-SE (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

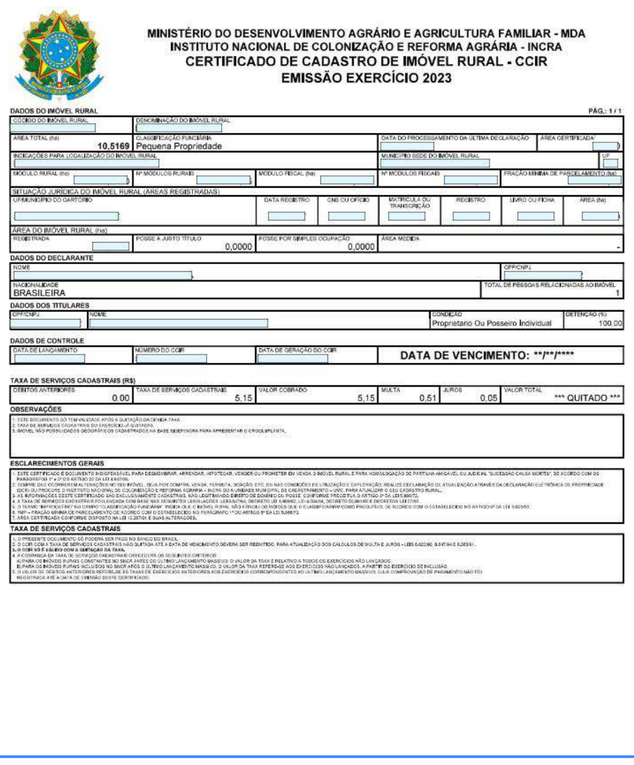
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Matrícula atualizada do Imóvel Rural

A metragem do imóvel, que consta no ITR , CCIR, e CAR deve ser a mesma que consta na matrícula do imóvel.

O valor de liquidez do laudo deve ser 50% superior ao saldo devedor da(s) cota(s).

2. CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSÃO EXERCÍCIO 2023

PÁG.: 1 / 1

DADOS DO IMÓVEL RURAL
CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
ÁREA TOTAL (ha): 10,5169 | CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Pequena Propriedade | DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO | ÁREA CERTIFICADA (ha)
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL | MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL RURAL | UF
MÓDULO RURAL (ha) | Nº MÓDULOS RURAIS | MÓDULO FISCAL (ha) | Nº MÓDULOS FISCAIS | FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)

SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)
CARTÓRIO DO REGISTRO | DATA REGISTRO | CNS OU OFÍCIO | MATRÍCULA (OU TRANSCRIÇÃO) | PROTOCOLO | LIVRO OU FICHA | ÁREA (ha)

ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)
REGISTRADA | POSSE A JUSTO TÍTULO: 0,0000 | POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO: 0,0000 | ÁREA MEDIDA: -

DADOS DO DECLARANTE
NOME | CPF/CNPJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA | TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS NO IMÓVEL: 1

DADOS DOS TITULARES
CPF/CNPJ | NOME | CONDIÇÃO: Proprietario Ou Posseiro Individual | DETENÇÃO (%): 100,00

DADOS DE CONTROLE
DATA DE LANÇAMENTO | NÚMERO DO DOAR | DATA DE GERAÇÃO DO DOAR | DATA DE VENCIMENTO: **/**/****

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R$)

DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA	JUROS	VALOR TOTAL
0,00	5,15	5,15	0,51	0,05	*** QUITADO ***

OBSERVAÇÕES
1. ESTE DOCUMENTO SÓ TERÁ VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DO EXERCÍCIO JÁ QUITADA.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEORREFERENCIADOS CADASTRADOS NA BASE GEOFONSNA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS
ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, APREENDER, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS" DE ACORDO COM AS PARÁGRAFOS 1º e 2º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.947/66.
1. EXEMPLO: QUALQUER NEGÓCIO JURÍDICO ENTRE VIVOS IMÓVEL, DE DOAÇÃO, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. EM NAS CONDIÇÕES E DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE.
2. SEDE: OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, OU A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO – UMC PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.
3. O NÃO CUMPRIMENTO DESTAS DISPOSIÇÕES SUJEITA O INFRATOR ÀS PENALIDADES PREVISTAS NO ARTIGO 46 DA LEI 4.947/66.
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI CALCULADA CONFORME NAS DISPOSITIVOS LEGISLADORES VIGENTES, DECRETO LEI 1.989/82, LEI ANUAL DECRETO SUBSEQUENTE E DECRETOS LEI 1.510.
5. O NOME "IMPROVEMENT" NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS INDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO 6º DA LEI 8.629/93.
6. PAP = FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72.
7. ÁREA CERTIFICADA CONFORME DISPOSTO NA LEI 13.267/01 E SUAS ALTERAÇÕES.

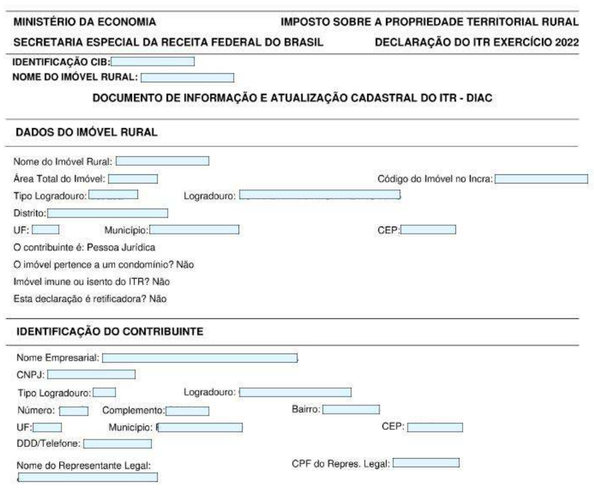
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O VALOR DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO QUITADA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS – LEIS 6.432/96, 9.476/96 E 9.065/91.
3. A QUITAÇÃO DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DEVE OCORRER ATÉ OS SEGUINTES CRITÉRIOS:
ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SIACR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
B) PARA OS IMÓVEIS RURAIS INCLUÍDOS NO SIACR APÓS O ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA REFERE-SE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE INCLUSÃO.
4. NÃO É NECESSÁRIO O PAGAMENTO DE TAXAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AOS EXERCÍCIOS CORRESPONDENTES AO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, CUJA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADO ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

É o documento expedido pelo Incra que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Esse documento é indispensável para legalizar em cartório a transferência e alienação de qualquer imóvel rural. Devem-se comparar os dados do CCIR com os da matrícula e ITR, como: titularidade, área e localização.

Lista de documentos **continua...**

Reforma Rural sem Ampliação
Documentos

3. Declaração e recibo de entrega de ITR (Imposto Territorial Rural)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA — IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2022

IDENTIFICAÇÃO CIB:
NOME DO IMÓVEL RURAL:

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

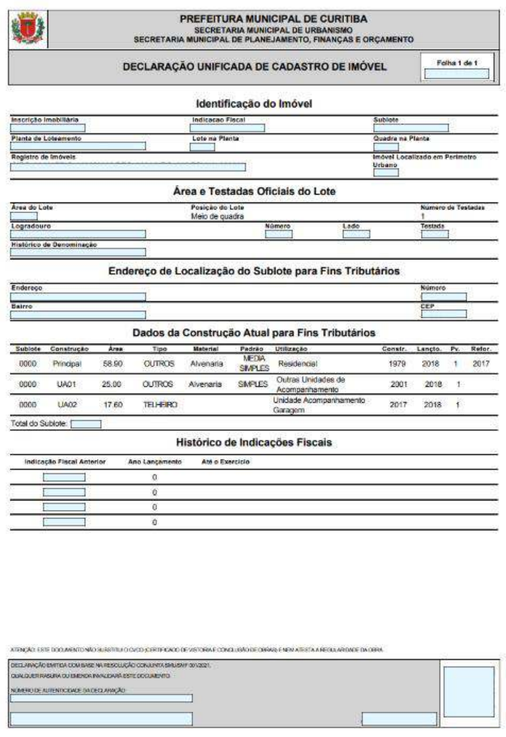
Nome do Imóvel Rural:
Área Total do Imóvel: — Código do Imóvel no Incra:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Distrito:
UF: — Município: — CEP:
O contribuinte é: Pessoa Jurídica
O imóvel pertence a um condomínio? Não
Imóvel imune ou isento do ITR? Não
Esta declaração é retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial:
CNPJ:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Número: — Complemento: — Bairro:
UF: — Município: — CEP:
DDD/Telefone:
Nome do Representante Legal: — CPF do Repres. Legal:

Cujos dados devem ser comparados com a matrícula, como: endereço, área do terreno, contribuinte, número do NIRF (se houver). A validade é sempre do ano vigente. A declaração é efetuada anualmente no mês Setembro.

4. CAR (Cadastro Ambiental Rural)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Devem-se comparar os dados do CAR com os da matrícula, como: ITR e CCIR.

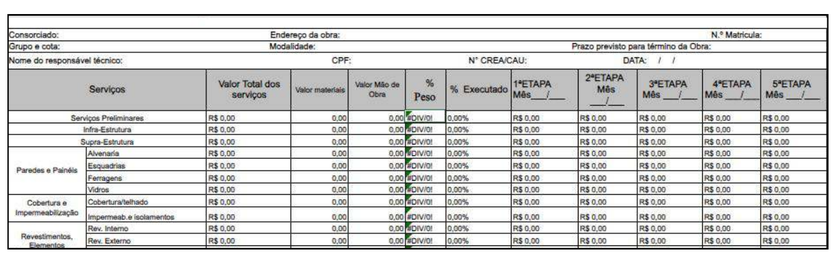
ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Lista de documentos **continua...**

Reforma Rural sem Ampliação
Documentos

5. Cronograma



Consorciado:		Endereço da obra:									N.º Matrícula:
Grupo e cota:		Modalidade:						Prazo previsto para término da Obra:			
Nome do responsável técnico:		CPF:				N° CREA/CAU:		DATA: / /			
Serviços		Valor Total dos serviços	Valor materiais	Valor Mão de Obra	% Peso	% Executado	1ªETAPA Mês___/___	2ªETAPA Mês ___/___	3ªETAPA Mês ___/___	4ªETAPA Mês ___/___	5ªETAPA Mês ___/___
Serviços Preliminares		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Infra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Supra-Estrutura		R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Paredes e Painéis	Alvenaria	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Esquadrias	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Ferragens	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Vidros	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Cobertura e Impermeabilização	Cobertura/telhado	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Impermeab.e isolamentos	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Revestimentos, Elementos	Rev. Interno	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Rev. Externo	R$ 0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Cronograma físico-financeiro da obra, assinado por profissional habilitado, ou seja, engenheiro ou arquiteto com registro no CREA/CAU. E precisa de reconhecimento de firma por autenticidade da assinatura do engenheiro, ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura eletronica ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign

Clique aqui para baixar

Menu Atendimento

PayTech consórcios

Imóvel Rural
Qual é o tipo de imóvel?

Condomínio

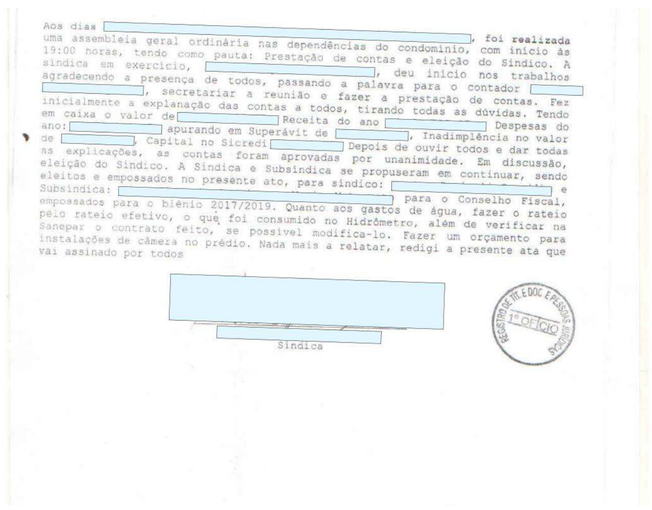
Não tenho essa informação!

Imóvel em Condomínio
Documentos para Pagamento

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted], Capital no Sicredi: [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted], para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

Síndica

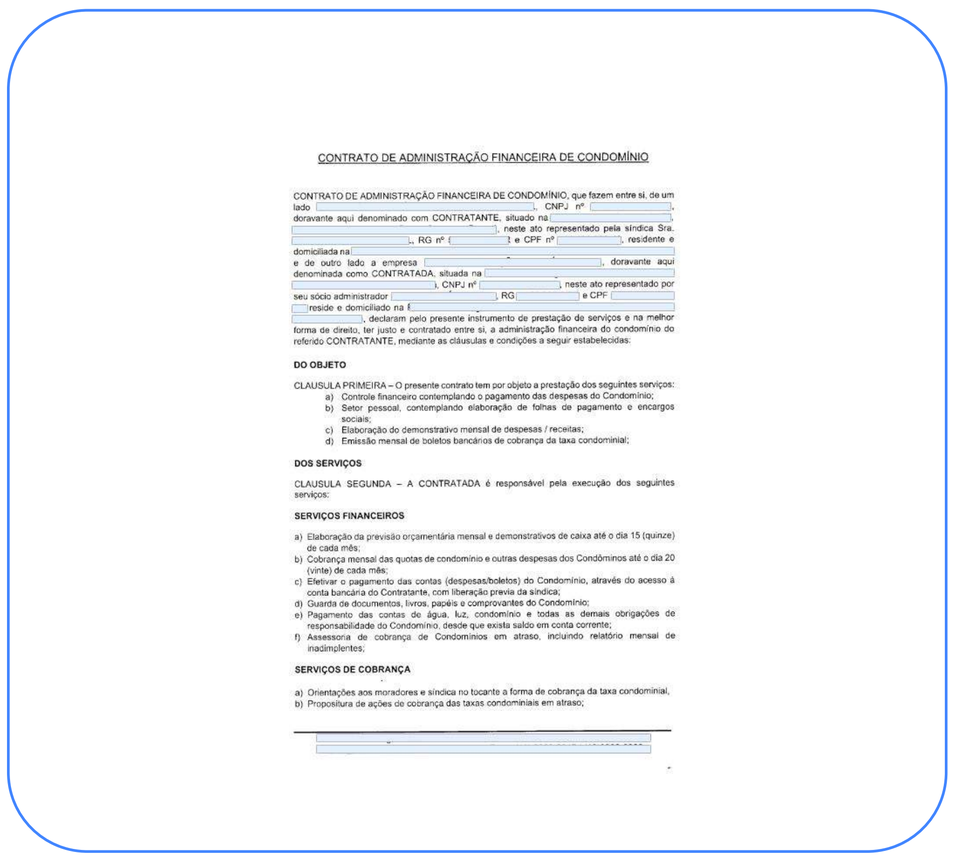
REGISTRO CIVIL E DOC. E TÍTULOS 1º OFÍCIO

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel em Condomínio
Documentos para Pagamento

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado [redacted], CNPJ nº [redacted], doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na [redacted], neste ato representado pela síndica Sra. [redacted], RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], residente e domiciliada na [redacted] e de outro lado a empresa [redacted], doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na [redacted], CNPJ nº [redacted], neste ato representado por seu sócio administrador [redacted], RG [redacted] e CPF [redacted] reside e domiciliado na [redacted], declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação previa da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

[redacted]

Da administradora responsável pelo condomínio.

PayTech consórcios

VOCÊ ESTÁ AQUI

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Documentos do Imóvel

- Aquisição de Imóvel
- Quitação de Financiamento
- Construção | Reforma Ampliada
- Reforma não Ampliada
- Imóvel na Planta
- Crédito em Espécie
- Substituição de garantia
- Transferência com bem entregue

Formulário de inicialização do processo imobiliário

Depois de contemplado, o primeiro passo para começar o faturamento do seu imóvel é preencher o formulário de inicialização do processo imobiliário.

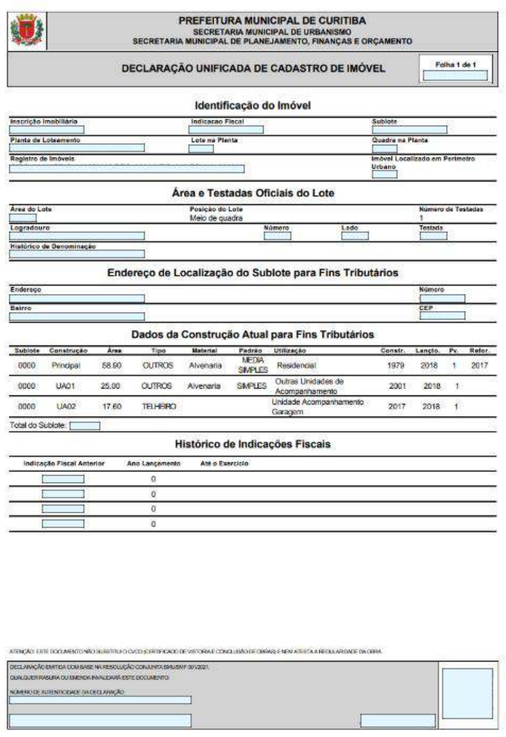
Para saber como preencher o **formulário** adequadamente, entre em contato comcontemplado@Paytechconsorcios.coop.br . Por lá vamos orientar certinho como o documento deve ser enviado 😁

Depois do envio do formulário, uma das **assessorias** da Administradora entrará em contato com você. Não se preocupe, ela estará presente para te ajudar!

Baixar formulário de inicialização

Aquisição de Imóvel Urbano
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária	Indicacao Fiscal	Sublote
Planta de Loteamento	Lote na Planta	Quadra na Planta
Registro de Imóveis		Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote	Posição do Lote	Número de Testadas
	Meio de quadra	1

Logradouro	Número	Lado	Testada

Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço	Número
Bairro	CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

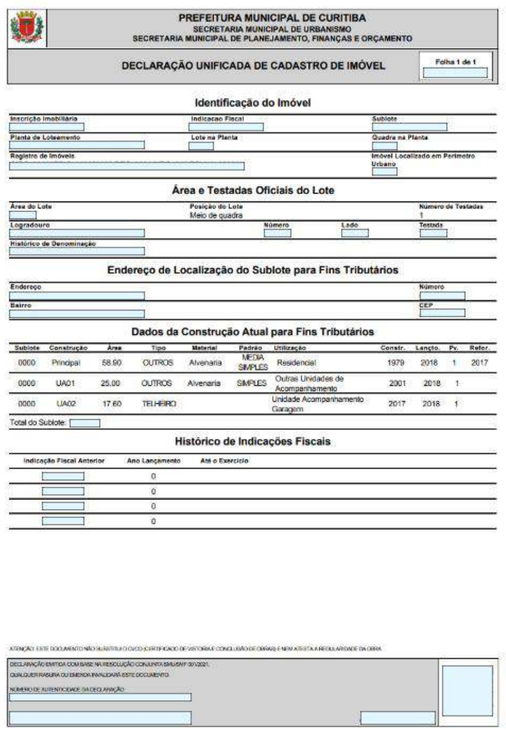
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária	Indicacao Fiscal	Sublote
Planta de Loteamento	Lote na Planta	Quadra na Planta
Registro de Imóveis		Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote	Posição do Lote	Número de Testadas
	Meio de quadra	1

Logradouro	Número	Lado	Testada

Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço	Número
Bairro	CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Aquisição de Imóvel Urbano
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos Municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:
REGULAR.

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

PayTech consórcios

Imóvel Urbano
Qual é o tipo de imóvel?

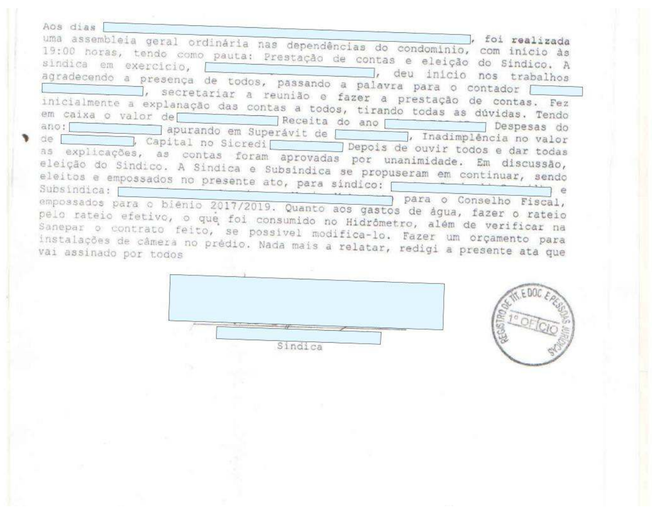
- Condomínio
- Locado
- Marinha/Foreiro
- Não tenho essa informação!

Imóvel Urbano em Condomínio
Documentos

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted], Capital no Sicredi [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted] para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

Síndica

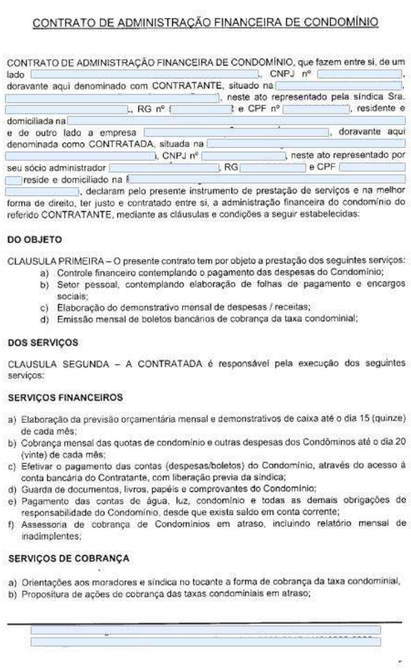
REGISTRO DE TIT. E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS 1º OFÍCIO

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel Urbano em Condomínio
Documentos

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado [ ], CNPJ nº [ ], doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na [ ], neste ato representado pela síndica Sra. [ ], RG nº [ ] e CPF nº [ ], residente e domiciliada na [ ] e de outro lado a empresa [ ], doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na [ ], CNPJ nº [ ], neste ato representado por seu sócio administrador [ ], RG [ ] e CPF [ ] reside e domiciliado na [ ], declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação previa da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

[ ]

Da administradora responsável pelo condomínio.

PayTech consórcios

Imóvel Urbano
Deseja ver mais tipos de imóveis?

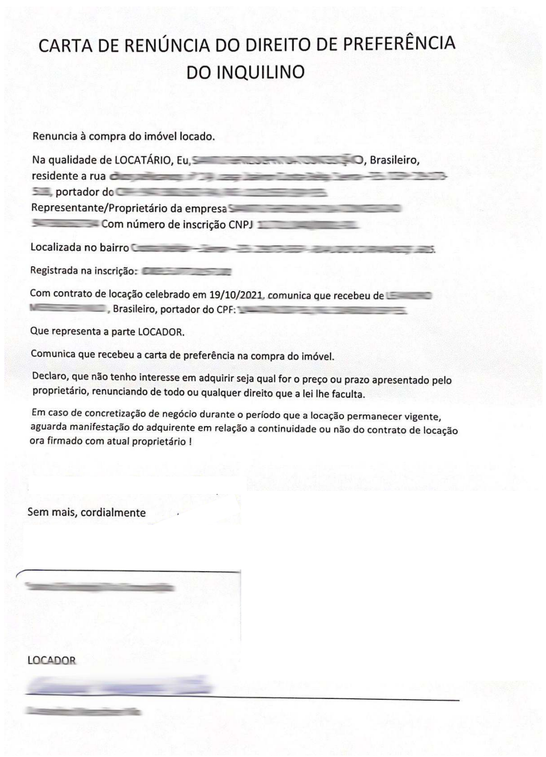
Locado

Marinha/Foreiro

Nenhum outro tipo de imóvel

Imóvel Urbano Locado
Documentos

1. Carta de renúncia do direito de preferência do inquilino



CARTA DE RENÚNCIA DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO INQUILINO

Renuncia à compra do imóvel locado.

Na qualidade de LOCATÁRIO, Eu, [redacted], Brasileiro, residente a rua [redacted], portador do [redacted]
Representante/Proprietário da empresa [redacted] Com número de inscrição CNPJ [redacted]

Localizada no bairro [redacted]

Registrada na inscrição: [redacted]

Com contrato de locação celebrado em 19/10/2021, comunica que recebeu de [redacted], Brasileiro, portador do CPF: [redacted]

Que representa a parte LOCADOR.

Comunica que recebeu a carta de preferência na compra do imóvel.

Declaro, que não tenho interesse em adquirir seja qual for o preço ou prazo apresentado pelo proprietário, renunciando de todo ou qualquer direito que a lei lhe faculta.

Em caso de concretização de negócio durante o período que a locação permanecer vigente, aguarda manifestação do adquirente em relação a continuidade ou não do contrato de locação ora firmado com atual proprietário !

Sem mais, cordialmente

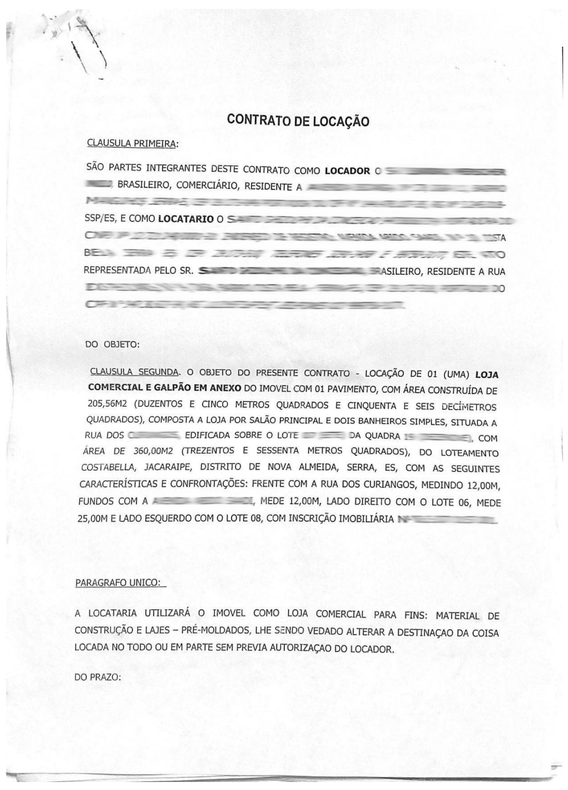
[redacted]

LOCADOR

[redacted]

Assinada e com reconhecimento de firma por autenticidade ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura, ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign (declaração assinada pelo locatário abrindo mão do direito de preferência a venda do imóvel).

2. Contrato de locação



CONTRATO DE LOCAÇÃO

CLAUSULA PRIMEIRA:

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE CONTRATO COMO **LOCADOR** O [redacted] BRASILEIRO, COMERCIÁRIO, RESIDENTE A [redacted] SSP/ES, E COMO **LOCATARIO** O [redacted] REPRESENTADA PELO SR. [redacted] BRASILEIRO, RESIDENTE A RUA [redacted]

DO OBJETO:

CLAUSULA SEGUNDA. O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO - LOCAÇÃO DE 01 (UMA) ***LOJA COMERCIAL E GALPÃO EM ANEXO*** DO IMOVEL COM 01 PAVIMENTO, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 205,56M2 (DUZENTOS E CINCO METROS QUADRADOS E CINQUENTA E SEIS DECÍMETROS QUADRADOS), COMPOSTA A LOJA POR SALÃO PRINCIPAL E DOIS BANHEIROS SIMPLES, SITUADA A *RUA DOS* [redacted] EDIFICADA SOBRE O LOTE [redacted] DA QUADRA [redacted], COM *ÁREA DE 360,00M2 (TREZENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS)*, DO LOTEAMENTO *COSTABELLA, JACARAIPE*, DISTRITO DE NOVA ALMEIDA, SERRA, ES, COM AS SEGUINTES *CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES*: FRENTE COM A RUA DOS CURIANGOS, MEDINDO 12,00M, FUNDOS COM A [redacted], MEDE 12,00M, LADO DIREITO COM O LOTE 06, MEDE 25,00M E LADO ESQUERDO COM O LOTE 08, COM INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA [redacted]

PARAGRAFO UNICO:

A LOCATARIA UTILIZARÁ O IMOVEL COMO LOJA COMERCIAL PARA FINS: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E LAJES – PRÉ-MOLDADOS, LHE SENDO VEDADO ALTERAR A DESTINAÇAO DA COISA LOCADA NO TODO OU EM PARTE SEM PREVIA AUTORIZAÇAO DO LOCADOR.

DO PRAZO:

Cópia simples.

PayTech consórcios

Imóvel Urbano
Deseja ver mais tipos de imóveis?

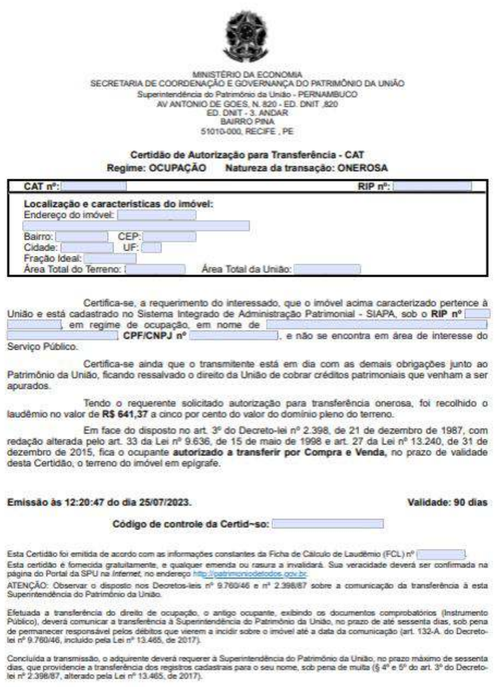
Condomínio

Marinha/Foreiro

Nenhum outro tipo de imóvel

Imóvel Urbano Marinha/Foreiro
Documentos

1. Certidão de autorização de transferência (CAT)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
Superintendência do Patrimônio da União - PERNAMBUCO
AV ANTONIO DE GOES, N. 820 - ED. DNIT ,820
ED. DNIT - 3. ANDAR
BAIRRO PINA
51010-000, RECIFE , PE

Certidão de Autorização para Transferência - CAT
Regime: OCUPAÇÃO Natureza da transação: ONEROSA

CAT nº: **RIP nº:**

Localização e características do imóvel:
Endereço do imóvel:
Bairro: CEP:
Cidade: UF:
Fração Ideal:
Área Total do Terreno: Área Total da União:

Certifica-se, a requerimento do interessado, que o imóvel acima caracterizado pertence à União e está cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA, sob o **RIP nº** , em regime de ocupação, em nome de **CPF/CNPJ nº** , e não se encontra em área de interesse do Serviço Público.

Certifica-se ainda que o transmitente está em dia com as demais obrigações junto ao Patrimônio da União, ficando ressalvado o direito da União de cobrar créditos patrimoniais que venham a ser apurados.

Tendo o requerente solicitado autorização para transferência onerosa, foi recolhido o laudêmio no valor de **R$ 641,37** a cinco por cento do valor do domínio pleno do terreno.

Em face do disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com redação alterada pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 27 da Lei nº 13.240, de 31 de dezembro de 2015, fica o ocupante **autorizado a transferir por Compra e Venda,** no prazo de validade desta Certidão, o terreno do imóvel em epígrafe.

Emissão às 12:20:47 do dia 25/07/2023. **Validade: 90 dias**

Código de controle da Certid~so:

Esta Certidão foi emitida de acordo com as informações constantes da Ficha de Cálculo de Laudêmio (FCL) nº .
Esta certidão é fornecida gratuitamente, e qualquer emenda ou rasura a invalidará. Sua veracidade deverá ser confirmada na página do Portal da SPU na *Internet*, no endereço http://patrimoniodetodos.gov.br.
ATENÇÃO: Observar o disposto nos Decretos-leis nº 9.760/46 e nº 2.398/87 sobre a comunicação da transferência à esta Superintendência do Patrimônio da União.

Efetuada a transferência do direito de ocupação, o antigo ocupante, exibindo os documentos comprobatórios (Instrumento Público), deverá comunicar a transferência à Superintendência do Patrimônio da União, no prazo de até sessenta dias, sob pena de permanecer responsável pelos débitos que vierem a incidir sobre o imóvel até a data da comunicação (art. 132-A, do Decreto-lei nº 9.760/46, incluído pela Lei nº 13.465, de 2017).

Concluída a transmissão, o adquirente deverá requerer à Superintendência do Patrimônio da União, no prazo máximo de sessenta dias, que providencie a transferência dos registros cadastrais para o seu nome, sob pena de multa (§ 4º e 5º do art. 3º do Decreto-lei nº 2.398/87, alterado pela Lei nº 13.465, de 2017).

Cópia simples expedida pela Secretaria de patrimônio da União (SPU).

2. Laudêmio



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria do Patrimônio da União

Certidão Negativa de Débitos Patrimoniais
(Imóvel)

Nº do RIP:
Regime de Utilização: Ocupação

Endereço do imóvel:
Complemento:
Bairro: CEP :
Cidade : UF :

Certificamos que **não constam débitos em aberto** registrados em nome de , **portador do CNPJ nº** , atual ocupante em relação ao imóvel acima identificado, ficando comprovados os pagamentos relativos às receitas patrimoniais no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União devidas até a presente data.

Fica ressalvado o direito da Secretaria do Patrimônio da União de promover o lançamento, realizar a cobrança e, eventualmente, encaminhar para inscrição em Dívida Ativa da União quaisquer dívidas de responsabilidade do atual ocupante que vierem a ser apuradas.

Data da Emissão : 04/04/2024 Hora da Emissao : 15:39:52

Código de controle da Certidão:

Último recibo do foro e laudêmio (que deve ser apresentado pelo proprietário do imóvel);

PayTech consórcios

Imóvel Urbano
Deseja ver mais tipos de imóveis?

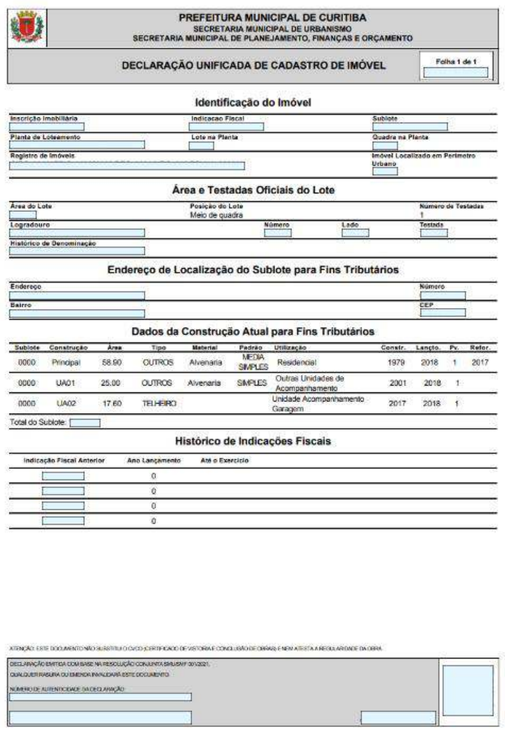
Condomínio

Locado

Nenhum outro tipo de imóvel

Aquisição de Imóvel Rural
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Número de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.60	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

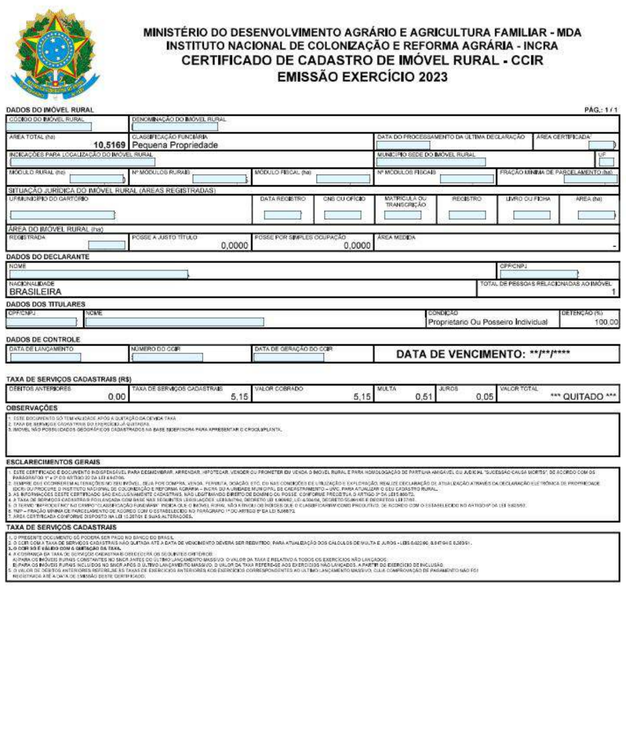
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

A metragem do imóvel, que consta no ITR , CCIR, e CAR deve ser a mesma que consta na matrícula do imóvel.

O valor de liquidez do laudo deve ser 50% superior ao saldo devedor da(s) cota(s).

Atenção! Não fazemos transferência patrimonial (compra e venda entre parentes) em casos de imóvel rural.

2. CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSÃO EXERCÍCIO 2023

PÁG.: 1 / 1

DADOS DO IMÓVEL RURAL
CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
ÁREA TOTAL (ha): 10,5169 | CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Pequena Propriedade | DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO | ÁREA CERTIFICADA
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL | NÚMERO SEDE DO IMÓVEL RURAL | UF
MÓDULO RURAL (ha) | Nº MÓDULOS RURAIS | MÓDULO FISCAL (ha) | Nº MÓDULOS FISCAIS | FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)
SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)
UF/MUNICÍPIO DO CARTÓRIO | DATA REGISTRO | CNS OU OFÍCIO | MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO | REGISTRO | LIVRO OU FICHA | ÁREA (ha)
ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)
REGISTRADA | POSSE A JUSTO TÍTULO: 0,0000 | POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO: 0,0000 | ÁREA MEDIDA: -
DADOS DO DECLARANTE
NOME | CPF/CNPJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA | TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL: 1
DADOS DOS TITULARES

CPF/CNPJ	NOME	CONDIÇÃO	DETENÇÃO (%)
		Proprietario Ou Posseiro Individual	100,00

DADOS DE CONTROLE
DATA DE LANÇAMENTO | NÚMERO DO CCIR | DATA DE GERAÇÃO DO CCIR | DATA DE VENCIMENTO: **/**/****
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R$)

DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA	JUROS	VALOR TOTAL
0,00	5,15	5,15	0,51	0,05	*** QUITADO ***

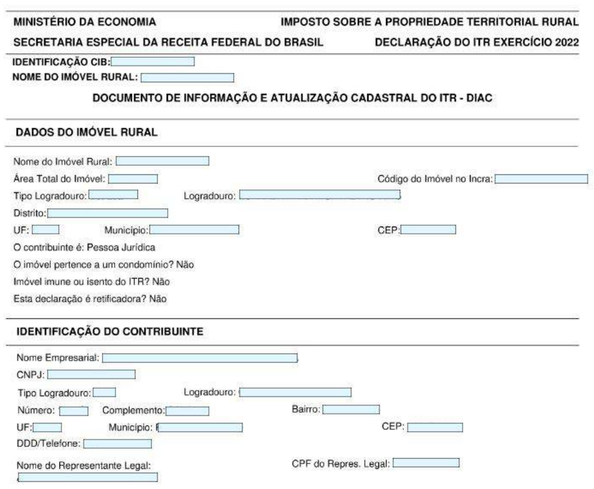
OBSERVAÇÕES
1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. ESTE IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS PARA GEORREFERENCIAMENTO.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE GEORREFERENCIADA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.
ESCLARECIMENTOS GERAIS
1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS" DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º e 2º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.947/66.
2. SEMPRE QUE OCORRAM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, (SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC.) DEVE SER COMUNICADO E ATUALIZADO O CADASTRO. (DECRETO Nº 55.891/65, ART. 46, § 1º, ALÍNEA "A").
3. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS É CALCULADA COM BASE NAS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS VIGENTES.
4. O TERMO "IMPRODUTIVO" NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO Nº DA LEI 8.629/93.
5. "NPF" = FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO "1º DO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72.
6. IMÓVEL CERTIFICADO CONFORME DISPOSTO NA LEI 13.465/17 E SUAS ALTERAÇÕES.
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS VAI ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS - LEIS 6.830/80, 8.847/94 E 9.065/95.
3. O CCIR SÓ É VÁLIDO COM A QUITAÇÃO DA TAXA.
4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTES CRITÉRIOS:
ALÍNEA (A) IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SACR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
ALÍNEA (B) IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SACR APÓS O ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É REFERENTE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO SEGUINTE AO DA INCLUSÃO.
5. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES SOMENTE SERÁ EXIGIDO NA EMISSÃO DOS EXERCÍCIOS COMPREENDIDOS ENTRE O ANO DA INCLUSÃO NO SACR E O ANO ANTERIOR AO DO LANÇAMENTO MASSIVO, QUE COMPREENDA O PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADO ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

É o documento expedido pelo Incra que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Esse documento é indispensável para legalizar em cartório a transferência e alienação de qualquer imóvel rural. Devem-se comparar os dados do CCIR com os da matrícula e ITR, como: titularidade, área e localização.

Lista de documentos **continua...**

Aquisição de Imóvel Rural
Documentos

3. Declaração e recibo de entrega de ITR (Imposto Territorial Rural)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA — IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2022

IDENTIFICAÇÃO CIB:
NOME DO IMÓVEL RURAL:

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

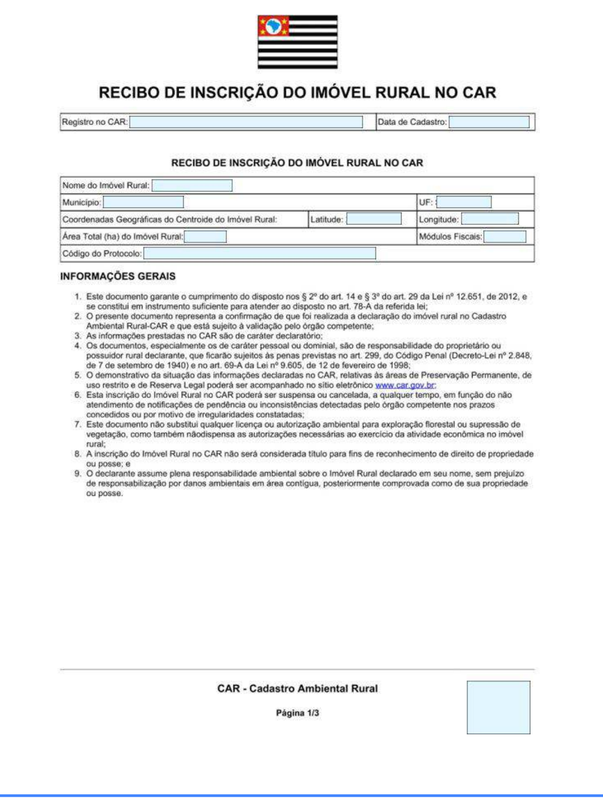
Nome do Imóvel Rural:
Área Total do Imóvel: — Código do Imóvel no Incra:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Distrito:
UF: — Município: — CEP:
O contribuinte é: Pessoa Jurídica
O imóvel pertence a um condomínio? Não
Imóvel imune ou isento do ITR? Não
Esta declaração é retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial:
CNPJ:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Número: — Complemento: — Bairro:
UF: — Município: — CEP:
DDD/Telefone:
Nome do Representante Legal: — CPF do Repres. Legal:

Cujos dados devem ser comparados com a matrícula, como: endereço, área do terreno, contribuinte, número do NIRF (se houver). A validade é sempre do ano vigente. A declaração é efetuada anualmente no mês Setembro.

4. CAR (Cadastro Ambiental Rural)



RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR:	Data de Cadastro:

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural:		
Município:		UF:
Coordenadas Geográficas do Centroide do Imóvel Rural:	Latitude:	Longitude:
Área Total (ha) do Imóvel Rural:		Módulos Fiscais:
Código do Protocolo:		

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico www.car.gov.br;
6. Esta inscrição do Imóvel Rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também nãodispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do Imóvel Rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o Imóvel Rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.

CAR - Cadastro Ambiental Rural
Página 1/3

CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Devem-se comparar os dados do CAR com os da matrícula, como: ITR e CCIR.

Imóvel na Planta

Para usar a sua carta de crédito na compra de um imóvel na planta, será necessário apresentar um imóvel próprio (livre de ônus) como garantia,

O bem de garantia **não** pode ser o próprio imóvel na planta que está sendo adquirido. Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor da taxa de vistoria, será custeada pelo cliente. Seu imóvel será avaliado por uma empresa credenciada da Administradora. O valor base utilizado do imóvel será o valor de liquidez.

Selecione nas opções abaixo qual lista de documentos deseja verificar:

Imóvel na Planta

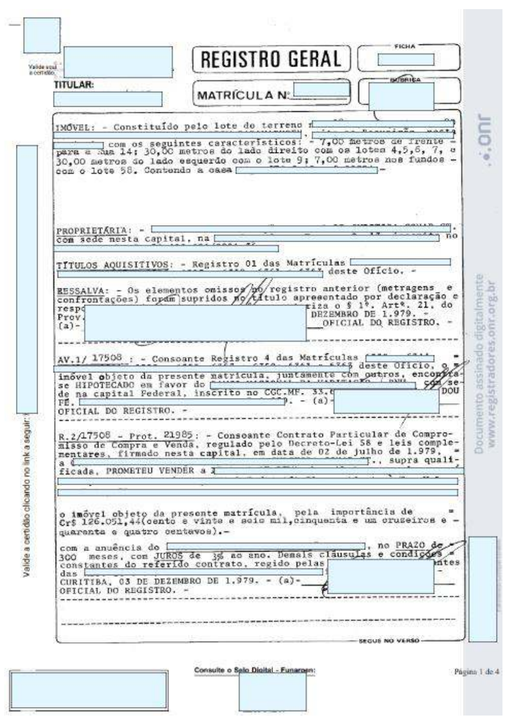
Imóvel da Garantia

Menu

Atendimento

Imóvel na Planta
Documentos

1. Matrícula atualizada



REGISTRO GERAL

MATRÍCULA Nº

TITULAR:

IMÓVEL: - Constituído pelo lote do terreno

com os seguintes caracteristicos: - 7,00 metros de frente - para a Rua 24; 30,00 metros do lado direito com os lotes 4,5,6, 7; e 30,00 metros do lado esquerdo com o lote 9; 7,00 metros nos fundos - com o lote 58. Contendo a casa

PROPRIETÁRIA: -

com sede nesta capital, na

TÍTULOS AQUISITIVOS: - Registro 01 das Matrículas

deste Ofício. -

RESSALVA: - Os elementos omissos do registro anterior (metragens e confrontações) foram supridos no título apresentado por declaração e responsabilidade, nos termos do § 1º, Art. 21, do Prov. DEZEMBRO DE 1.979. - (a)- OFICIAL DO REGISTRO. -

AV.1/ 17508 : - Consoante Registro 4 das Matrículas deste Ofício. o imóvel objeto da presente matrícula, juntamente com outros, encontra-se HIPOTECADO em favor do de na capital Federal, inscrito no CGC.MF. 33. DOU PE. . - (a)- OFICIAL DO REGISTRO. -

R.2/17508 - Prot. 21985: - Consoante Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, regulado pelo Decreto-Lei 58 e leis complementares, firmado nesta capital, em data de 02 de julho de 1.979, a , supra qualificada, PROMETEU VENDER a o imóvel objeto da presente matrícula, pela importância de Cr$ 126.051,44(cento e vinte e seis mil,cinquenta e um cruzeiros e quarenta e quatro centavos).- com a anuência do , no PRAZO de 300 meses, com JUROS de % ao ano. Demais cláusulas e condições constantes do referido contrato, regido pelas das CURITIBA, 03 DE DEZEMBRO DE 1.979. - (a)- OFICIAL DO REGISTRO. -

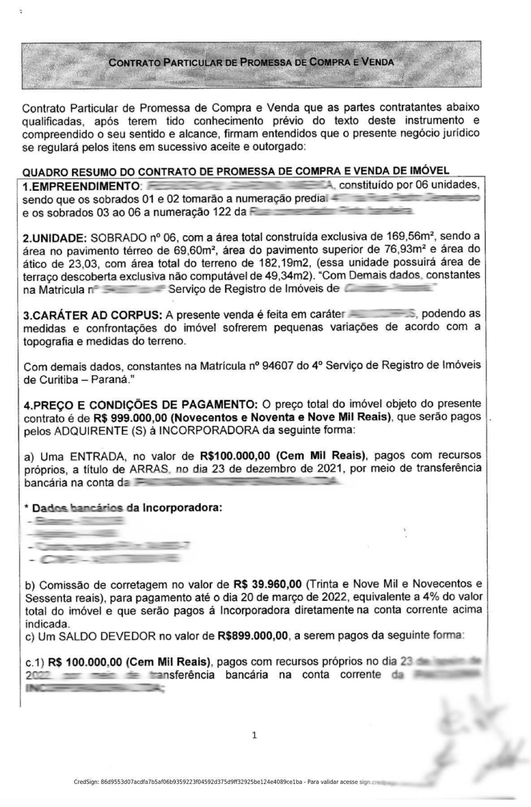
SEGUE NO VERSO

Consulte o Selo Digital - Funarpen:

Página 1 de 4

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Contrato particular de compra e venda



CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA

Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda que as partes contratantes abaixo qualificadas, após terem tido conhecimento prévio do texto deste instrumento e compreendido o seu sentido e alcance, firmam entendidos que o presente negócio jurídico se regulará pelos itens em sucessivo aceite e outorgado:

QUADRO RESUMO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

1.EMPREENDIMENTO: , constituído por 06 unidades, sendo que os sobrados 01 e 02 tomarão a numeração predial e os sobrados 03 ao 06 a numeração 122 da

2.UNIDADE: SOBRADO nº 06, com a área total construída exclusiva de 169,56m², sendo a área no pavimento térreo de 69,60m², área do pavimento superior de 76,93m² e área do ático de 23,03, com área total do terreno de 182,19m2, (essa unidade possuirá área de terraço descoberta exclusiva não computável de 49,34m2). "Com Demais dados, constantes na Matrícula nº Serviço de Registro de Imóveis de

3.CARÁTER AD CORPUS: A presente venda é feita em caráter , podendo as medidas e confrontações do imóvel sofrerem pequenas variações de acordo com a topografia e medidas do terreno.

Com demais dados, constantes na Matrícula nº 94607 do 4º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba – Paraná."

4.PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço total do imóvel objeto do presente contrato é de **R$ 999.000,00 (Novecentos e Noventa e Nove Mil Reais)**, que serão pagos pelos ADQUIRENTE (S) à INCORPORADORA da seguinte forma:

a) Uma ENTRADA, no valor de **R$100.000,00 (Cem Mil Reais)**, pagos com recursos próprios, a título de ARRAS, no dia 23 de dezembro de 2021, por meio de transferência bancária na conta da

*** Dados bancários da Incorporadora:**

b) Comissão de corretagem no valor de **R$ 39.960,00** (Trinta e Nove Mil e Novecentos e Sessenta reais), para pagamento até o dia 20 de março de 2022, equivalente a 4% do valor total do imóvel e que serão pagos à Incorporadora diretamente na conta corrente acima indicada.
c) Um SALDO DEVEDOR no valor de **R$899.000,00**, a serem pagos da seguinte forma:

c.1) **R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)**, pagos com recursos próprios no dia 23 de transferência bancária na conta corrente da

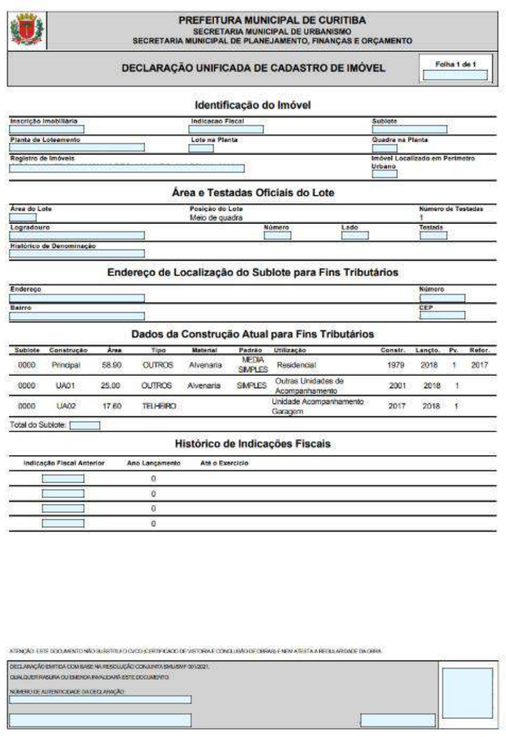
1

CredSign: 86d9553d07acdfa7b5af066b9359223f04592d375d9ff32925be124e4089ce1ba - Para validar acesse sign.cred

É um contrato assinado por ambas as partes (comprador e construtora) e duas testemunhas, através do qual há promessa de compra/venda

Imóvel da Garantia
Documentos

1. Matrícula atualizada


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

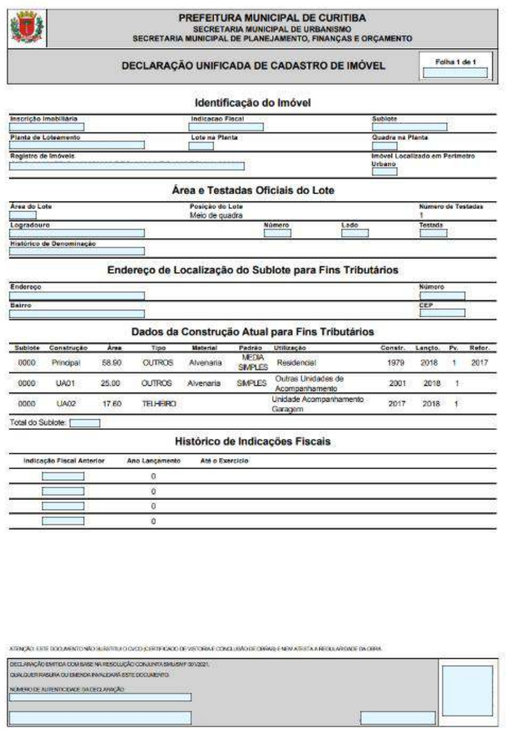
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O HABITE-SE/CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O HABITE-SE/CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel da Garantia
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos Municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:
REGULAR.

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

Imóvel da Garantia
Qual é o tipo de imóvel?

Condomínio

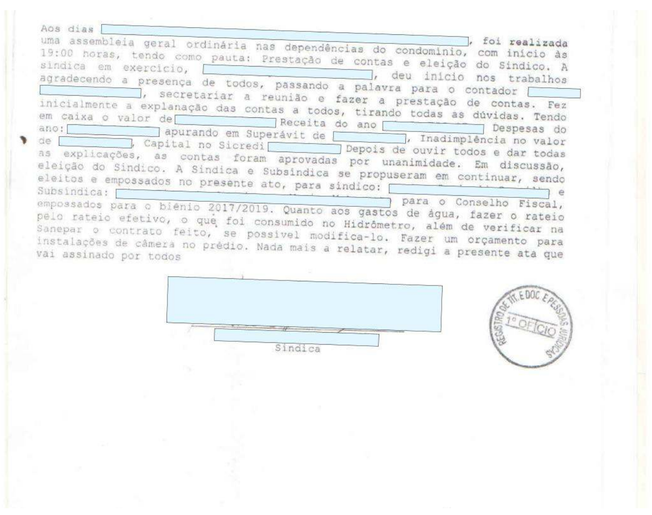
Não tenho essa informação!

Imóvel em Condomínio
Documentos

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted], Capital no Sicredi [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted] para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

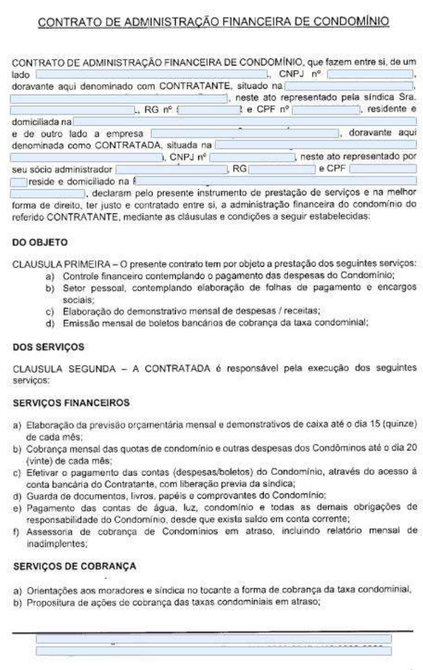
Síndica

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel em Condomínio
Documentos

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado , CNPJ nº , doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na , neste ato representado pela síndica Sra. , RG nº e CPF nº , residente e domiciliada na e de outro lado a empresa , doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na , CNPJ nº , neste ato representado por seu sócio administrador , RG e CPF reside e domiciliado na , declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação previa da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

Da administradora responsável pelo condomínio.

A quitação de financiamento é para...

Não é permitido usar a modalidade de amortização ou cotas não contempladas na quitação do financiamento. Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor da taxa de vistoria que será custeada pelo cliente. Seu imóvel será avaliado por uma empresa credenciada da Administradora e o valor base utilizado do imóvel será o valor de liquidez. O valor de liquidez do imóvel Rural deve suprir 50% acima do saldo devedor da(s) cota(s).

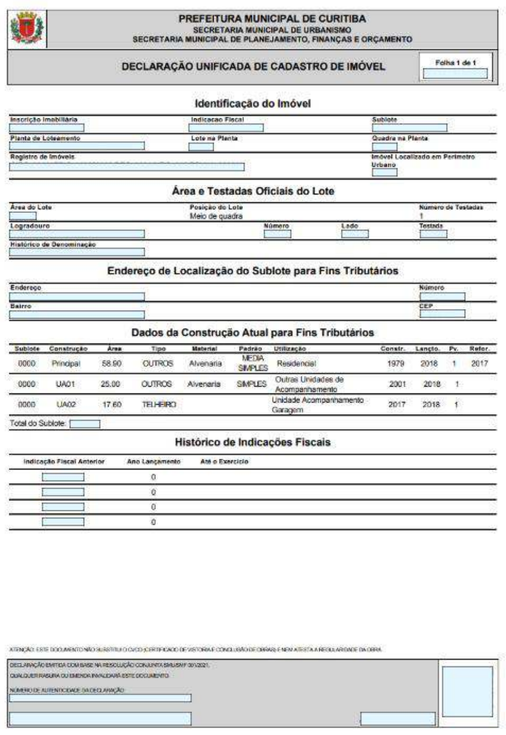
Selecione abaixo os documentos que deseja consultar:

Imóvel Urbano

Imóvel Rural

Quitação de financiamento urbano **Documentos**

1. Matrícula atualizada


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

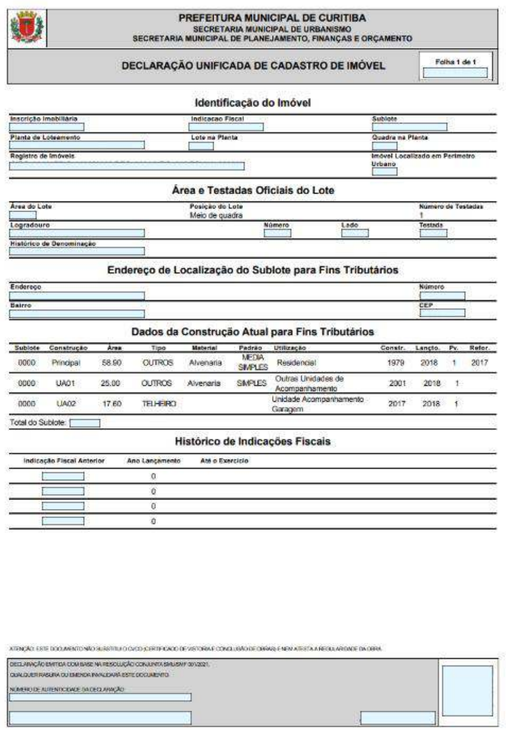
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Quitação de financiamento urbano
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos Municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR**.

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

Quitação de Financiamento
Qual é o tipo de imóvel?

Condomínio

Não tenho essa informação!

Menu

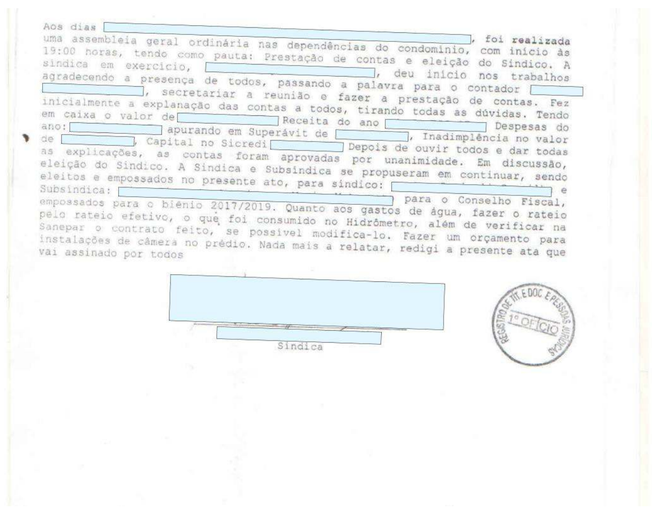
Atendimento

Imóvel em Condomínio
Documentos

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted]. Capital no Sicredi [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted] para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

Síndica

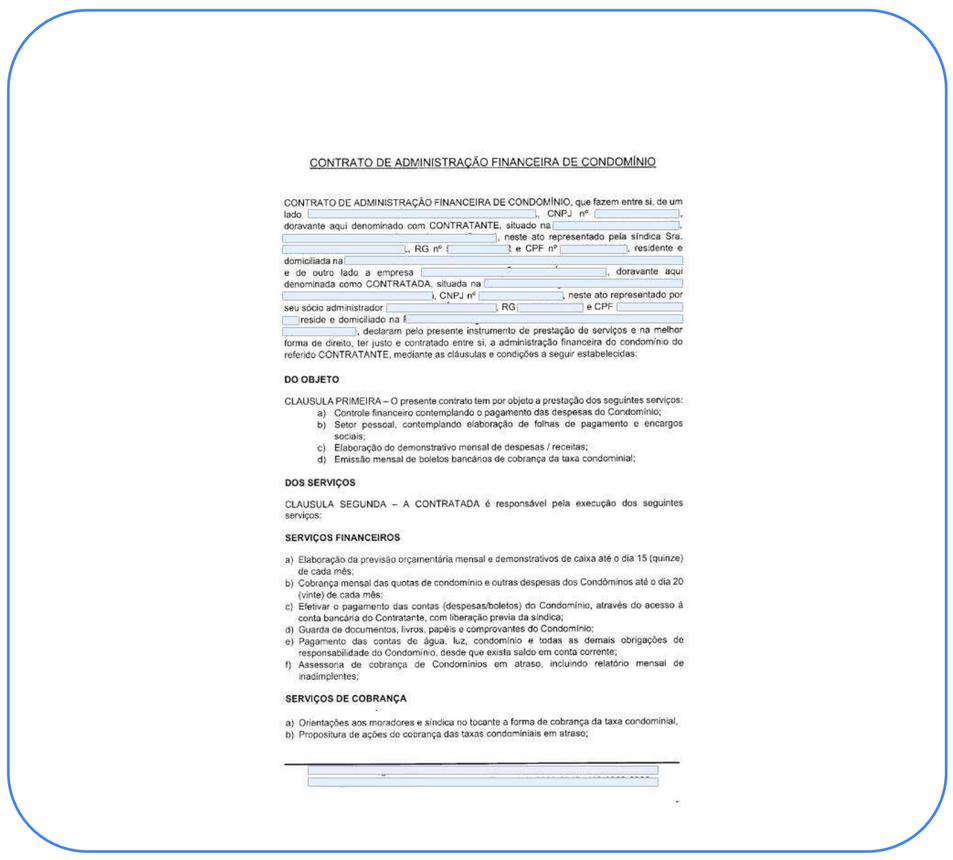
REGISTRO DE IMÓVEIS E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS 1º OFÍCIO

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Imóvel em Condomínio
Documentos

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado [redacted], CNPJ nº [redacted], doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na [redacted], neste ato representado pela síndica Sra. [redacted], RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], residente e domiciliada na [redacted] e de outro lado a empresa [redacted], doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na [redacted], CNPJ nº [redacted], neste ato representado por seu sócio administrador [redacted], RG [redacted] e CPF [redacted] reside e domiciliado na [redacted], declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação previa da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

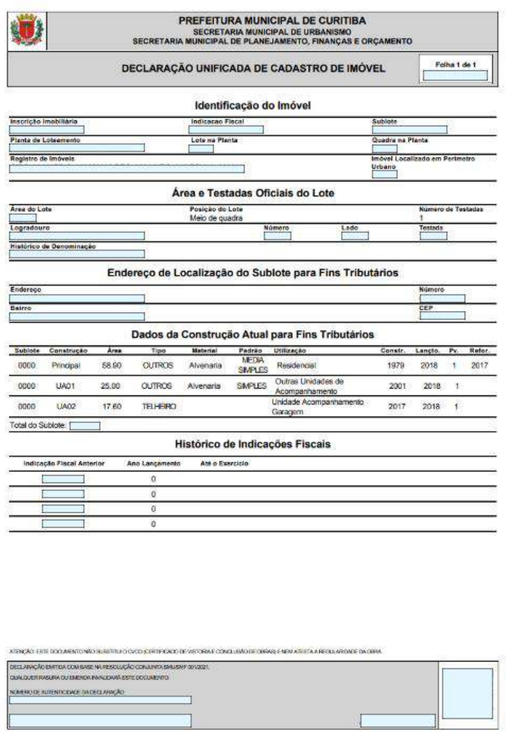
a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

[redacted]

Da administradora responsável pelo condomínio.

Quitação de financiamento rural
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

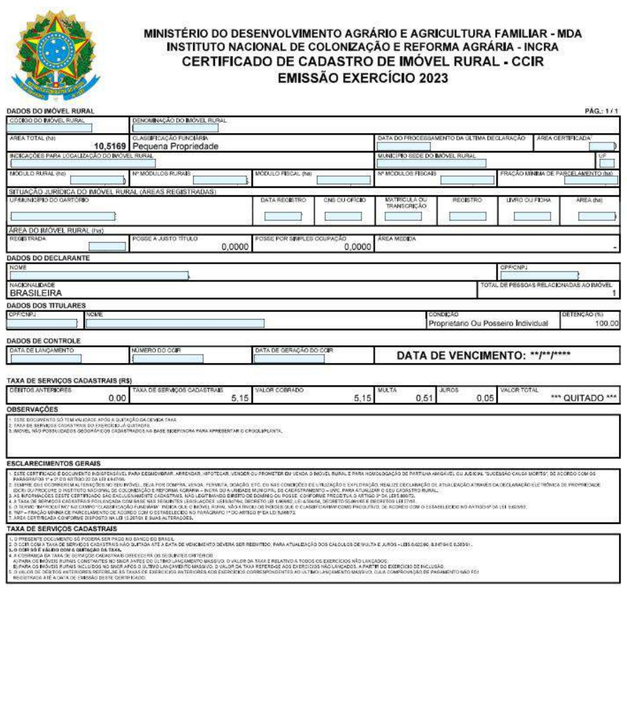
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 39/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Matrícula atualizada do Imóvel Rural

A metragem do imóvel, que consta no ITR , CCIR, e CAR deve ser a mesma que consta na matrícula do imóvel.

O valor de liquidez do laudo deve ser 50% superior ao saldo devedor da(s) cota(s).

2. CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSÃO EXERCÍCIO 2023

DADOS DO IMÓVEL RURAL — PÁG.: 1 / 1

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
ÁREA TOTAL (ha): 10,5169 | CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Pequena Propriedade | DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO | ÁREA CERTIFICADA
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL | NUMERO SEDE DO IMÓVEL RURAL | UF
MÓDULO RURAL (ha) | Nº MÓDULOS RURAIS | MÓDULO FISCAL (ha) | Nº MÓDULOS FISCAIS | FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)
SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)
NOME/MUNICÍPIO DO CARTÓRIO | DATA REGISTRO | CNS OU OFÍCIO | MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO | REGISTRO | LIVRO OU FICHA | ÁREA (ha)
ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)
REGISTRADA | POSSE A JUSTO TÍTULO: 0,0000 | POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO: 0,0000 | ÁREA MEDIDA: -

DADOS DO DECLARANTE
NOME | CPF/CNPJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA | TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL: 1

DADOS DOS TITULARES
CPF/CNPJ | NOME | CONDIÇÃO: Proprietario Ou Posseiro Individual | DETENÇÃO (%): 100,00

DADOS DE CONTROLE
DATA DE LANÇAMENTO | NÚMERO DO CCIR | DATA DE GERAÇÃO DO CCIR | DATA DE VENCIMENTO: **/**/****

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R$)

DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA	JUROS	VALOR TOTAL
0,00	5,15	5,15	0,51	0,05	*** QUITADO ***

OBSERVAÇÕES
1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DO EXERCÍCIO DE QUITAÇÃO.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI LIMITES GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE GEORREFERENCIADA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS
1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS". DE ACORDO COM OS
2. COMPRE OU ACOMPROVE MUDANÇAS NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO ETC. EM NAS CONDIÇÕES E/OU LIMITAÇÕES CARACTERÍSTICAS. REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE
SOCIO DO PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA DO A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO – UMC PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.
3. AS INFORMAÇÕES DESTE CERTIFICADO SÃO EXCLUSIVAMENTE CADASTRAIS, NÃO LEGITIMANDO DIREITOS DE DOMÍNIO OU POSSE, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 3º DA LEI 5.868/1972.
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI LANÇADA COM BASE NAS DISPOSITIVOS LEGISLAÇÕES: LEI RURAL DECRETO LEI 1.989/82, LEI 6.746/79, DECRETO 83.064/79 E DECRETO 84.685/80.
5. PUP = PENALIDADE POR UTILIZAÇÃO PARCIAL DO IMÓVEL RURAL, NÃO APROVEITAMENTO DE ÁREAS PRODUTIVAS, E CLASSIFICADAS COMO PRODUTIVAS, DE ACORDO COM OS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 6º DA LEI 8.629/93.
6. PAP = PENALIDADE POR ABANDONO DE IMÓVEL RURAL.
7. ÁREA CERTIFICADA CONFORME DISPOSTO NA LEI 12.651/12 E SUAS ALTERAÇÕES.

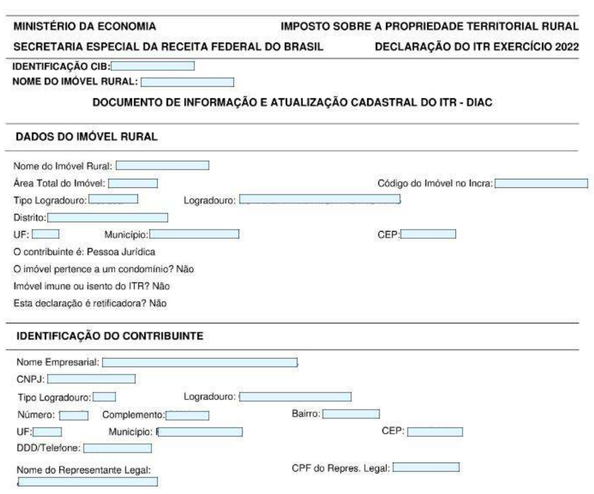
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO QUITADA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO SERÁ EMITIDO PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS – LEIS 8.022/90, 8.847/94 E 9.065/95.
3. A COBRANÇA DA TAXA DE QUITAÇÃO CADASTRAL OBEDECERÁ AO DISPOSTO ABAIXO:
A) PARA OS IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SAGIR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
B) PARA OS IMÓVEIS RURAIS INCLUÍDOS NO SAGIR APÓS O ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA REFERIDA AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE INCLUSÃO.
4. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES REFERIDOS AS TAXAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AOS EXERCÍCIOS CORRESPONDENTES AO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVOS, OU A COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADO ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

É o documento expedido pelo Incra que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Esse documento é indispensável para legalizar em cartório a transferência e alienação de qualquer imóvel rural. Devem-se comparar os dados do CCIR com os da matrícula e ITR, como: titularidade, área e localização.

Lista de documentos **continua...**

Quitação de financiamento rural
Documentos

3. Declaração e recibo de entrega de ITR (Imposto Territorial Rural)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA — IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2022
IDENTIFICAÇÃO CIB:
NOME DO IMÓVEL RURAL:

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

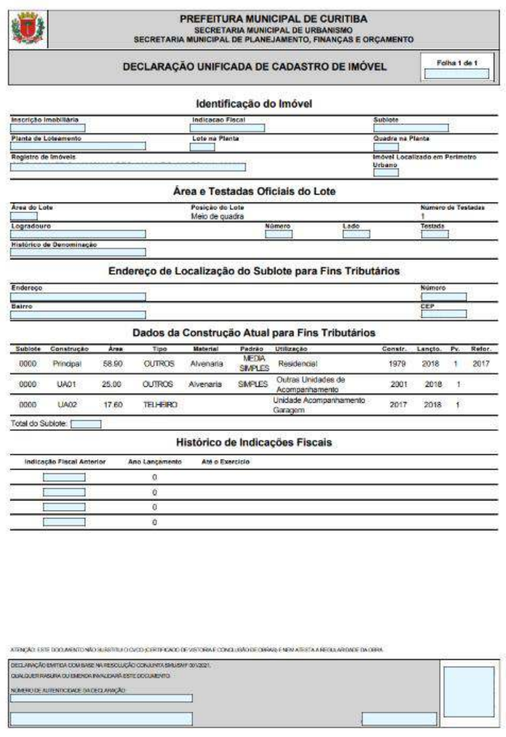
Nome do Imóvel Rural:
Área Total do Imóvel: Código do Imóvel no Incra:
Tipo Logradouro: Logradouro:
Distrito:
UF: Município: CEP:
O contribuinte é: Pessoa Jurídica
O imóvel pertence a um condomínio? Não
Imóvel imune ou isento do ITR? Não
Esta declaração é retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial:
CNPJ:
Tipo Logradouro: Logradouro:
Número: Complemento: Bairro:
UF: Município: CEP:
DDD/Telefone:
Nome do Representante Legal: CPF do Repres. Legal:

Cujos dados devem ser comparados com a matrícula, como: endereço, área do terreno, contribuinte, número do NIRF (se houver). A validade é sempre do ano vigente. A declaração é efetuada anualmente no mês Setembro.

4. CAR (Cadastro Ambiental Rural)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento - Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

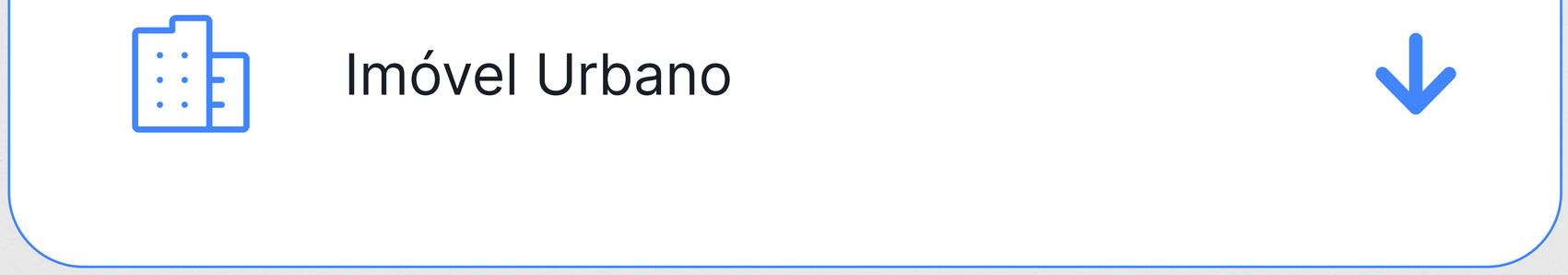
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Devem-se comparar os dados do CAR com os da matrícula, como: ITR e CCIR.

A Substituição de Garantia é em um...

O bem de garantia não pode ser substituído por imóvel rural. Você precisa pagar a taxa de substituição de garantia e a taxa de vistoria **antes de iniciar o processo.** Entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor das taxas.

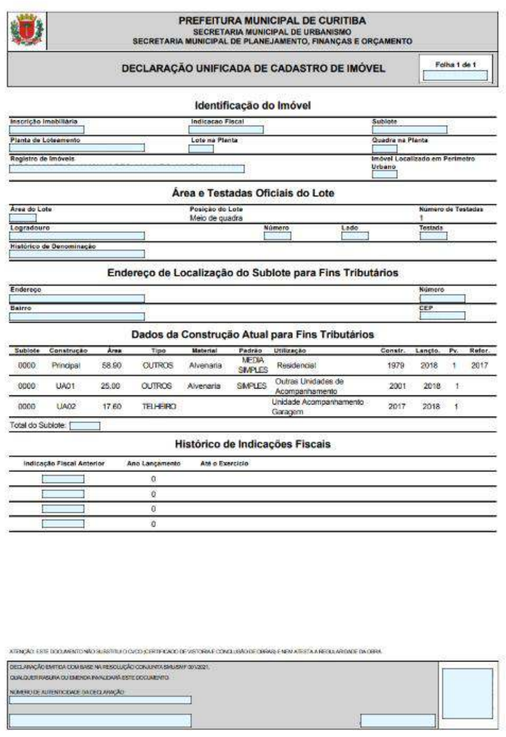
O valor de avaliação do imóvel (liquidez) deverá suprir acima de 20% do saldo devedor.





Substituição de Garantia
Documentos

1. Matrícula atualizada


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Número de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

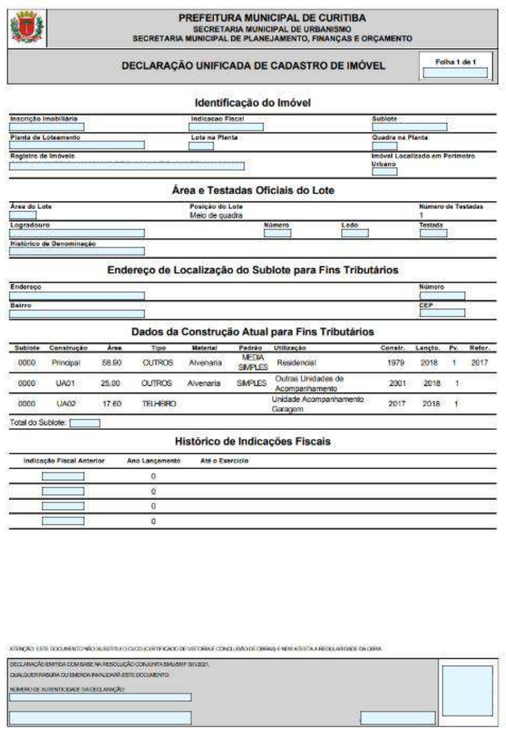
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Número de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Substituição de Garantia
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos Municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

Substituição de Garantia
Qual é o tipo de imóvel?

Condomínio

Não tenho essa informação!

Menu

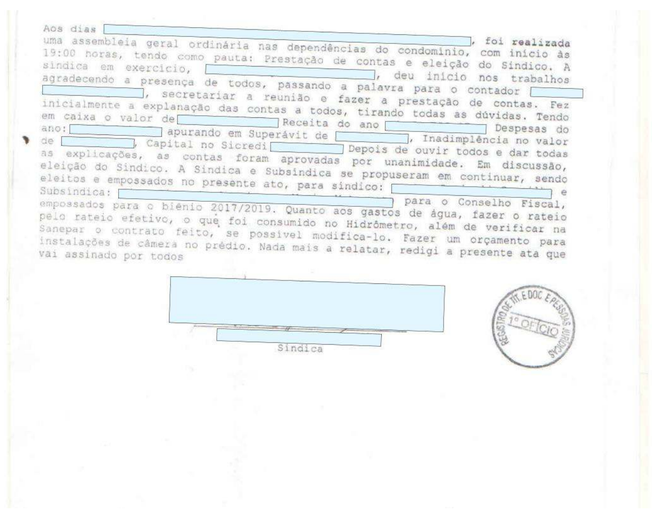
Atendimento

Substituição em Condomínio
Documentos

1. Declaração de quitação das despesas condominiais

Assinada pelo síndico, subsíndico ou administradora de condomínio com firma reconhecida por semelhança ou assinado com certificado digital ou ainda assinado eletronicamente através de plataforma de assinatura ex: DocuSign, ZohoSign, HelloSign, para comprovar que o imóvel está em dia com as despesas condominiais. O documento também deve conter os dados do imóvel, para comparar com os dados da matrícula (validade de 60 dias a contar da data de emissão). Nos casos da declaração ser emitida pela administradora do condomínio, o documento deve ser em papel timbrado.

2. Ata de eleição do síndico atual



Aos dias [redacted], foi realizada uma assembleia geral ordinária nas dependências do condomínio, com início às 19:00 horas, tendo como pauta: Prestação de contas e eleição do Síndico. A síndica em exercício, [redacted], deu início nos trabalhos agradecendo a presença de todos, passando a palavra para o contador [redacted], secretariar a reunião e fazer a prestação de contas. Fez inicialmente a explanação das contas a todos, tirando todas as dúvidas. Tendo em caixa o valor de [redacted] Receita do ano [redacted] Despesas do ano: [redacted] apurando em Superávit de [redacted], Inadimplência no valor de [redacted]. Capital no Sicredi [redacted] Depois de ouvir todos e dar todas as explicações, as contas foram aprovadas por unanimidade. Em discussão, eleição do Síndico. A Síndica e Subsíndica se propuseram em continuar, sendo eleitos e empossados no presente ato, para síndico: [redacted] e Subsíndica: [redacted] para o Conselho Fiscal, empossados para o biênio 2017/2019. Quanto aos gastos de água, fazer o rateio pelo rateio efetivo, o que foi consumido no Hidrômetro, além de verificar na Sanepar o contrato feito, se possível modifica-lo. Fazer um orçamento para instalações de câmera no prédio. Nada mais a relatar, redigi a presente ata que vai assinado por todos

[redacted]

Síndica

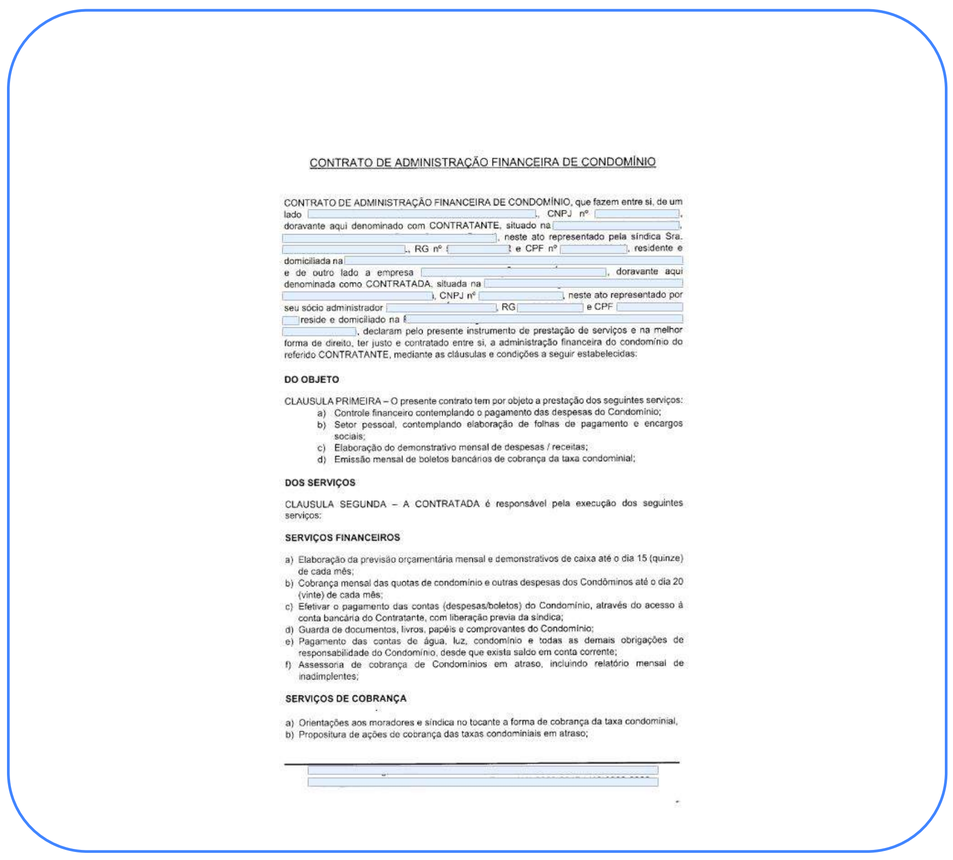
REGISTRO DE IMÓVEIS E DOC. E PESSOAS JURÍDICAS 1º OFÍCIO

Deve-se analisar se o documento é realmente do imóvel objeto da operação, considerando-se as seguintes particularidades: Ata de eleição, o síndico ou subsíndico podem assinar a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais. Contrato da administradora de condomínio, se a Declaração de Quitação das Despesas Condominiais vir em papel timbrado e com reconhecimento de firma, pode ser aceito, independente de quem assinou.

Lista de documentos **continua...**

Substituição em Condomínio
Documentos

3. Contrato de prestação de serviço



CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CONDOMÍNIO, que fazem entre si, de um lado [redacted], CNPJ nº [redacted], doravante aqui denominado com CONTRATANTE, situado na [redacted], neste ato representado pela síndica Sra. [redacted], RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], residente e domiciliada na [redacted] e de outro lado a empresa [redacted], doravante aqui denominada como CONTRATADA, situada na [redacted], CNPJ nº [redacted], neste ato representado por seu sócio administrador [redacted], RG [redacted] e CPF [redacted] reside e domiciliado na [redacted], declaram pelo presente instrumento de prestação de serviços e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si, a administração financeira do condomínio do referido CONTRATANTE, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços:

a) Controle financeiro contemplando o pagamento das despesas do Condomínio;
b) Setor pessoal, contemplando elaboração de folhas de pagamento e encargos sociais;
c) Elaboração do demonstrativo mensal de despesas / receitas;
d) Emissão mensal de boletos bancários de cobrança da taxa condominial;

DOS SERVIÇOS

CLAUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA é responsável pela execução dos seguintes serviços:

SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Elaboração da previsão orçamentária mensal e demonstrativos de caixa até o dia 15 (quinze) de cada mês;
b) Cobrança mensal das quotas de condomínio e outras despesas dos Condôminos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
c) Efetivar o pagamento das contas (despesas/boletos) do Condomínio, através do acesso à conta bancária do Contratante, com liberação previa da síndica;
d) Guarda de documentos, livros, papéis e comprovantes do Condomínio;
e) Pagamento das contas de água, luz, condomínio e todas as demais obrigações de responsabilidade do Condomínio, desde que exista saldo em conta corrente;
f) Assessoria de cobrança de Condomínios em atraso, incluindo relatório mensal de inadimplentes;

SERVIÇOS DE COBRANÇA

a) Orientações aos moradores e síndica no tocante a forma de cobrança da taxa condominial,
b) Propositura de ações de cobrança das taxas condominiais em atraso;

[redacted]

Da administradora responsável pelo condomínio.

A transferência com bem entregue é de um imóvel...

Antes de iniciar o processo, entre em contato com os **Canais de Atendimento** da Paytech para saber o valor das taxas de cadastro e de transferência. O cessionário passará por uma análise de cadastro.

Imóvel Urbano

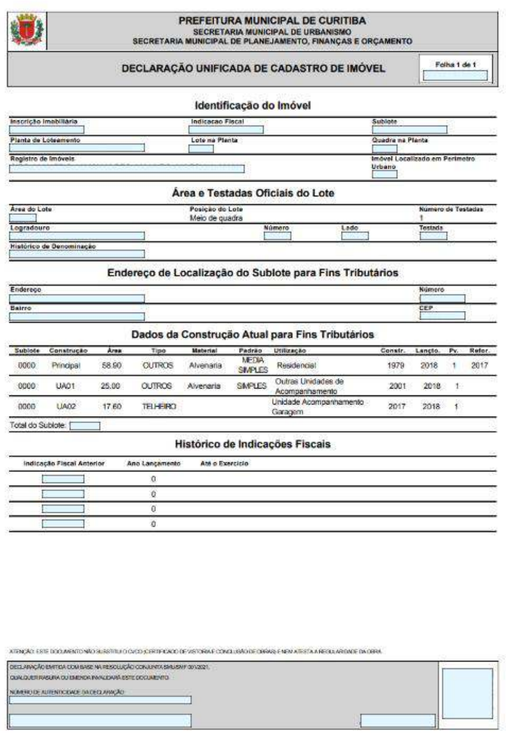
Imóvel Rural

Menu

Atendimento

Transferência de Imóvel Urbano
Documentos

1. Matrícula atualizada


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

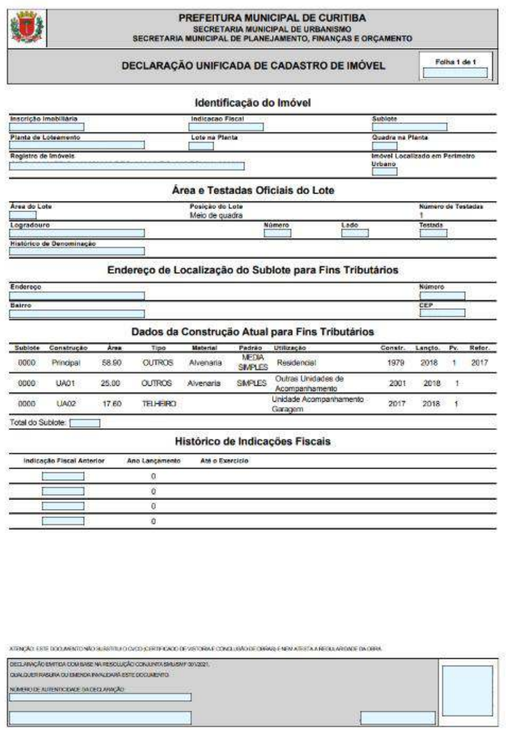
Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

2. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

Lista de documentos **continua...**

Transferência de Imóvel Urbano
Documentos

3. CND - Certidão Negativa Débitos Municipais



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

CPF/CNPJ Raiz:
Contribuinte:

Liberação: 30/06/2021
Validade: 28/09/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

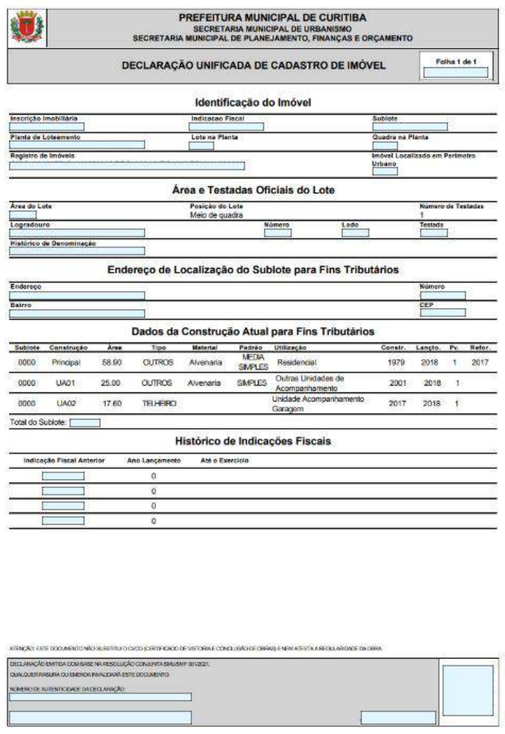
Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:
REGULAR.

SITUAÇÃO REGULAR

Referentes a impostos e taxas municipais com validade de 30 dias a partir da data de emissão, quando não estiver declarado prazo no documento.

Transferência de Imóvel Rural
Documentos

1. Matrícula atualizada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL — Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Número de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refer.
0000	Principal	58.60	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O CVCO (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

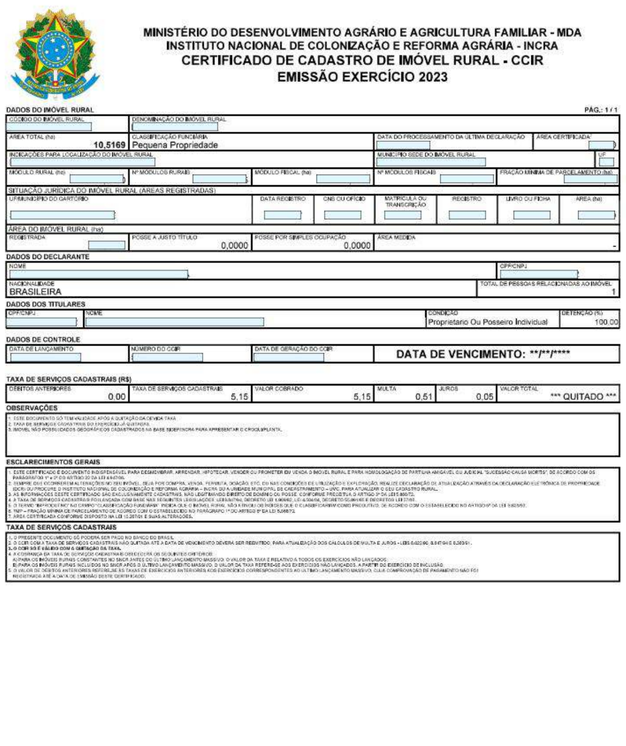
DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SMF 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

A metragem do imóvel, que consta no ITR , CCIR, e CAR deve ser a mesma que consta na matrícula do imóvel.

O valor de liquidez do laudo deve ser 50% superior ao saldo devedor da(s) cota(s).

Atenção! Não fazemos transferência patrimonial (compra e venda entre parentes) em casos de imóvel rural.

2. CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR
EMISSÃO EXERCÍCIO 2023

PÁG.: 1 / 1

DADOS DO IMÓVEL RURAL

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL
ÁREA TOTAL (ha): 10,5169 | CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Pequena Propriedade | DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO | ÁREA CERTIFICADA
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL | NÚMERO SEDE DO IMÓVEL RURAL | UF
MÓDULO RURAL (ha) | Nº MÓDULOS RURAIS | MÓDULO FISCAL (ha) | Nº MÓDULOS FISCAIS | FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha)

SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)

UF/MUNICÍPIO DO CARTÓRIO | DATA REGISTRO | CNS OU CÓDIGO | MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO | REGISTRO | LIVRO OU FICHA | ÁREA (ha)

ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)

REGISTRADA | POSSE A JUSTO TÍTULO: 0,0000 | POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO: 0,0000 | ÁREA MEDIDA: -

DADOS DO DECLARANTE

NOME | CPF/CNPJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA | TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL: 1

DADOS DOS TITULARES

CPF/CNPJ	NOME	CONDIÇÃO	DETENÇÃO (%)
		Proprietario Ou Posseiro Individual	100,00

DADOS DE CONTROLE

DATA DE LANÇAMENTO | NÚMERO DO CCIR | DATA DE GERAÇÃO DO CCIR | DATA DE VENCIMENTO: **/**/****

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R$)

DÉBITOS ANTERIORES	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	VALOR COBRADO	MULTA	JUROS	VALOR TOTAL
0,00	5,15	5,15	0,51	0,05	*** QUITADO ***

OBSERVAÇÕES

1. ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.
2. ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.
3. IMÓVEL NÃO POSSUI DADOS GEOGRÁFICOS CADASTRADOS NA BASE GEORREFERENCIADA PARA APRESENTAR O CROQUI/PLANTA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS

1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INSUSCETÍVEL PARA DESMEMBRAR, APREENDER, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS" DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º e 2º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.947/66.
2. SEMPRE QUE OCORRAM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. OU NAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ALTERAÇÕES OU DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE (DCR) OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA (SR (X) UNIDADES MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO – UMC) PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.
3. O NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI 5.868/72 E LEI 6.746/79 SUJEITARÁ O PROPRIETÁRIO À MULTA DE 0,1% A 1% SOBRE O VALOR DA TERRA NUA.
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI CALCULADA COM BASE NAS DISPOSIÇÕES LEGISLADAS, LEGISLATIVA, DECRETO DE 5 ANOS, LEI ANUAL, LEI ANUAL DECRETO QUE ANO E DECRETOS LEGAIS.
5. O TERMO "IMPRODUTIVO" AO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO Nº DA LEI 5.868/72.
6. "NFI" – FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO "1º DO ARTIGO 8º DA LEI 5.868/72.
7. IMÓVEL CERTIFICADO CONFORME DISPOSTO NA LEI 13.465/17 E SUAS ALTERAÇÕES.

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

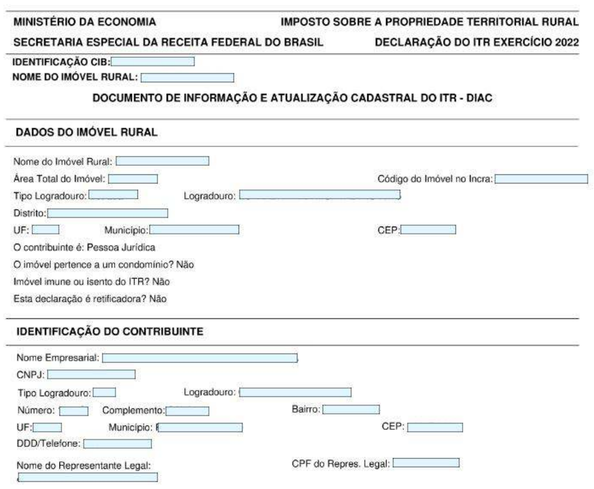
1. O PRESENTE DOCUMENTO SÓ PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.
2. O NÃO PAGAMENTO DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS ATÉ A DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ NA COBRANÇA DE MULTA E JUROS – LEIS 6.605/90, 8.847/94 E 9.065/95.
3. O NÃO PAGAMENTO DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS ATÉ A DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ NA COBRANÇA DE MULTA E JUROS – LEIS 6.605/90, 8.847/94 E 9.065/95.
4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTES CRITÉRIOS:
ALÍNEA (A) IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SNCR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS.
ALÍNEA (B) IMÓVEIS RURAIS NÃO CONSTANTES NO SNCR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO: O VALOR DA TAXA É REFERENTE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE INCLUSÃO.
5. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES SOMENTE SERÁ EXIGÍVEL SE A TAXA DE SERVIÇOS DA DATA DOS EXERCÍCIOS CORRESPONDENTES AO DO LANÇAMENTO ANEXOS OU A COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADA ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

É o documento expedido pelo Incra que comprova a regularidade cadastral do imóvel rural. Esse documento é indispensável para legalizar em cartório a transferência e alienação de qualquer imóvel rural. Devem-se comparar os dados do CCIR com os da matrícula e ITR, como: titularidade, área e localização.

Lista de documentos **continua...**

Transferência de Imóvel Rural
Documentos

3. Declaração e recibo de entrega de ITR (Imposto Territorial Rural)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA — IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2022

IDENTIFICAÇÃO CIB:
NOME DO IMÓVEL RURAL:

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

DADOS DO IMÓVEL RURAL

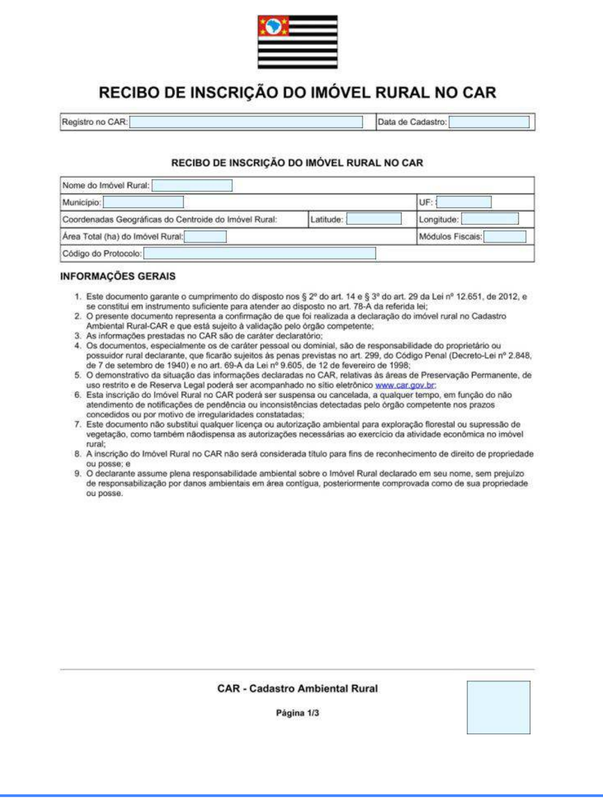
Nome do Imóvel Rural:
Área Total do Imóvel: — Código do Imóvel no Incra:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Distrito:
UF: — Município: — CEP:
O contribuinte é: Pessoa Jurídica
O imóvel pertence a um condomínio? Não
Imóvel imune ou isento do ITR? Não
Esta declaração é retificadora? Não

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial:
CNPJ:
Tipo Logradouro: — Logradouro:
Número: — Complemento: — Bairro:
UF: — Município: — CEP:
DDD/Telefone:
Nome do Representante Legal: — CPF do Repres. Legal:

Cujos dados devem ser comparados com a matrícula, como: endereço, área do terreno, contribuinte, número do NIRF (se houver). A validade é sempre do ano vigente. A declaração é efetuada anualmente no mês Setembro.

4. CAR (Cadastro Ambiental Rural)



RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR:	Data de Cadastro:

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural:		
Município:		UF:
Coordenadas Geográficas do Centroide do Imóvel Rural:	Latitude:	Longitude:
Área Total (ha) do Imóvel Rural:		Módulos Fiscais:
Código do Protocolo:		

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico www.car.gov.br;
6. Esta inscrição do Imóvel Rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também nãodispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do Imóvel Rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o Imóvel Rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.

CAR - Cadastro Ambiental Rural
Página 1/3

CAR é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Devem-se comparar os dados do CAR com os da matrícula, como: ITR e CCIR.

Crédito em Espécie
Documentação

Para receber o valor da sua carta de crédito em espécie, a sua cota precisa:

1. Estar quitada e ativa contemplada há mais de 180 dias e/ou grupos que encerraram há mais de 60 dias.

2. Não pode estar em processo de transferência

1. Documento pessoal



RG/CPF ou CNH

Lista de documentos **continua...**

Crédito em Espécie
Documentos

2. Carta de autorização de crédito em espécie



_____, ____ de _____ de 20__.

SOLICITAÇÃO PARA PAGAMENTO / RESTITUIÇÃO

Eu _____, portador do CPF/CNPJ _____, participante do grupo _____ , cota _____, solicito expressamente, a Embracon Administradora de Consórcio LTDA., a efetuar o pagamento referente a_____ no valor de R$_____, (_____), a meu favor em função de efetuar o pagamento com recursos próprios e em conformidade com a Cláusula 29, Parágrafo Único, do contrato de consórcio, e a Circular 3.432, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 03/02/2009, cujo texto encontra-se transcrito da seguinte forma:

CAPÍTULO V – DA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO – Art. 12 e Parágrafo Primeiro: A administradora deve realizar o pagamento do bem, conjunto de bens, serviço ou conjunto de serviços a que o contrato esteja referenciado, em prazo compatível com aquele praticado no mercado para vendas a vista ou na forma acordada entre o consorciado contemplado e o vendedor ou fornecedor do bem, observadas as demais, condições estabelecidas neste artigo.

1º Na hipóstese de o consorciado, após a respectiva contemplação, haver pago com recursos próprios, algum valor para aquisição do bem, conjunto de bens, serviço, ou conjunto de serviços, a ele é facultado receber o valor desse crédito em espécie, até o montante do mesmo, observadas as disposições contratuais.

Banco _____

Agência com dígito _____

Conta com dígito _____

( ) CONTA CORRENTE ( ) CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

_____

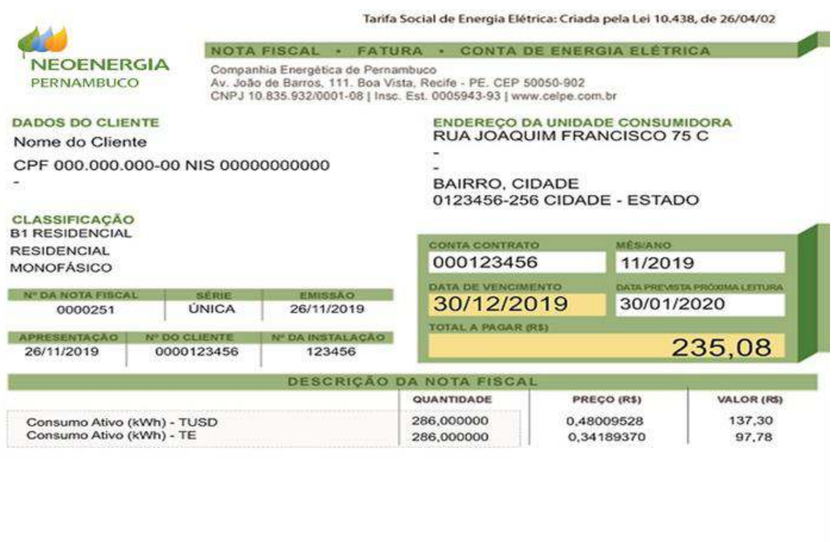
Nome do Consorciado / Assinatura

Para casos de crédito em espécie, pedimos uma carta de autorização cujo modelo deve ser solicitado para sua agência.

Lista de documentos **continua...**

Crédito em Espécie
Documentação

3. Comprovante de endereço


Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NEOENERGIA PERNAMBUCO

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
Nome do Cliente
CPF 000.000.000-00 NIS 00000000000
-

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA JOAQUIM FRANCISCO 75 C
-
-
BAIRRO, CIDADE
0123456-256 CIDADE - ESTADO

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MONOFÁSICO

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
0000251	ÚNICA	26/11/2019

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/11/2019	0000123456	123456

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
000123456	11/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
30/12/2019	30/01/2020

TOTAL A PAGAR (R$)
235,08

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R$)	VALOR (R$)
Consumo Ativo (kWh) - TUSD	286,000000	0,48009528	137,30
Consumo Ativo (kWh) - TE	286,000000	0,34189370	97,78

Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise.

Observação: o comprovante de endereço só precisa ser enviado para créditos acima de R$100.000,00 ou quando a agência bancária estiver em uma UF diferente da de residência.

Reembolso de Reforma

O Reembolso de Reforma é uma nova modalidade de faturamento para cotas de imóvel. Permite que você solicite o reembolso de uma reforma que você já fez em seu imóvel, não sendo necessário apresentar projeto, alvará ou cronograma de obras.

O reembolso de reforma é um processo rápido e simples!



PayTech consórcios

Menu Atendimento



Reembolso de Reforma

Atenção às regras de aceite:

✅ Imóvel urbano quitado em nome do cliente;
✅ A construção tem que estar 100% averbada;
✅ Não pode ser "terreno" e nem imóvel "rural";
✅ No caso de PJ, o imóvel não pode ser de atividade essencial para o funcionamento da empresa;
✅ Não pode ser feito com cota quitada.
✅ A cota não pode estar contemplada com lance de FGTS;
✅ O saldo devedor da cota tem que ser igual ou menor que o valor de liquidez do laudo de avaliação;
✅ O crédito a ser liberado será no máximo correspondente ao valor de liquidez do laudo de avaliação.
✅ Caso tenha sobra de crédito na carta, este valor será amortizado no saldo devedor, não sendo possível a liberação em espécie.

Importante: Você **NÃO** pode fazer a junção de modalidades de faturamentos, por exemplo: Compra e venda + reembolso de reforma / Quitação de financiamento + reembolso de reforma.

Você pode incluir cotas não contempladas no processo de faturamento, porém o valor correspondente a esse crédito será liberado **somente quando esta cota for contemplada**. Lembrando que as cotas não contempladas também precisam ser mencionadas no momento da aprovação do cadastro.



Reembolso de Reforma

Assim que é liberado o laudo de avaliação, mesmo que seu cadastro foi aprovado no momento da contemplação, nesta modalidade, **precisará de uma nova análise de crédito para ver se o bem atende as regras de aceite.** Estando tudo certo, seu faturamento será direcionado para uma assessoria parceira da Embracon. A assessoria lhe dará o suporte com emissão e análise e certidões e a elaboração do contrato de alienação fiduciária.

Após recebimento do contrato registrado e da matrícula constando a alienação fiduciária, o pagamento do crédito será realizado **em até 5 dias uteis** em sua conta bancária.

✓ O QUE PODE	✕ O QUE NÃO PODE
Utilizar cotas contempladas por sorteio, lance livre ou lance fixo	Utilizar cotas contempladas por lance com FGTS (por regra o FGTS é aceito apenas para compra ou construção de imóvel).
Fazer o processo tanto para cotas novas quanto para cotas antigas.	Inserir ou excluir cotas após o início do processo.
Incluir todas as cotas contempladas e não contempladas no início de um único processo.	Fazer o processo com imóvel alienado e no caso de PJ, o imóvel não pode ser de atividade essencial para o funcionamento da empresa.
Usar imóvel urbano com construção regularizada e averbada.	Usar imóvel rural ou imóvel com construção irregular
Processos separados para cotas distintas	Utilizar cota quitada
Receber o crédito aprovado a partir da primeira cota contemplada	Utilizar a diferença de crédito para abrir outro processo e sacar a sobra de crédito

Reembolso de Reforma
Documentos

1. Formulário de Inicialização



PayTech consórcios

FORMULÁRIO DE INICIALIZAÇÃO DO PROCESSO IMOBILIÁRIO

1. Indique os grupos e cotas a serem utilizados nesse processo
IMPORTANTE: Informar todas as cotas contempladas e não contempladas.

Quantidade de cotas
Grupos Cotas

2. Assinale a modalidade de uso do seu crédito de Consórcio Imobiliário

- ✘ Aquisição de Imóvel (compra e venda)
- ✘ Quitação de financiamento Imobiliário
- ✘ Construção em terreno próprio
- ✘ Compra de terreno e Construção
- ✘ Reembolso de reforma
- ✘ Reforma interna de Imóvel (sem aumento de área construída)
- ✘ Reforma (Ampliação da área construída do imóvel)
- ✘ Substituição de garantia
- ✘ Garantia substitutiva
- ✘ Transferência de cota com bem entregue

3. Com o seu crédito disponível pretende adquirir quantos imóveis?

4. Pretende utilizar o FGTS?

Importante: Para viabilizar o uso do FGTS para aquisição/construção de imóvel residencial para fins de moradia você deverá entrar em contato com Agente Financeiro do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), conforme página 14 – Cláusula 7.2 do Manual de Moradia da Caixa Econômica Federal. Como apoio e para mais informações, o Manual de Moradia (CEF) contempla todas as exigências e regras desses processos e está disponível para consulta aqui.

5. Dados do(s) Consorciado(s)

Nome completo

Administração: Consórcio Embracon

Formulário de Inicialização do processo imobiliário.

Para saber como preencher o formulário adequadamente, entre em contato com **contemplado@paytechconsorcio.com.br**

Clique aqui para baixar

2. Termo de Reembolso de Reforma



PayTech consórcios

Termo de Uso do Crédito Para Reembolso de Reforma

CONSORCIADO CPF/CNPJ

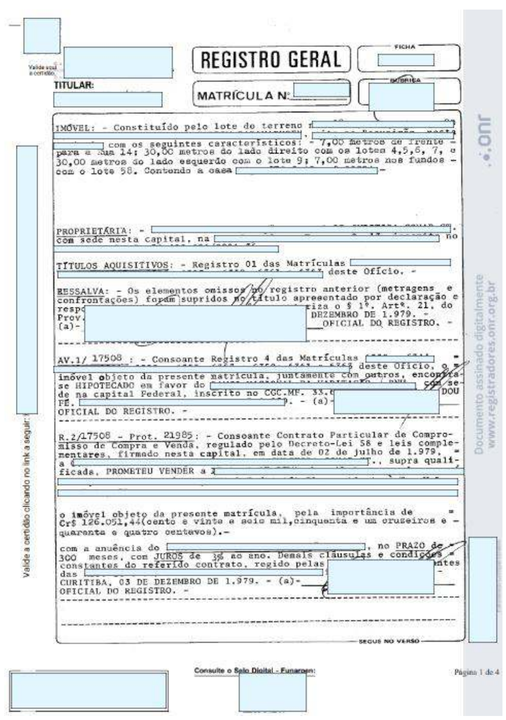
O CONSORCIADO acima referenciado DECLARA ciência e obrigações à Embracon Administradora de Consórcio Ltda. , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.113.812/0001-23, denominada **ADMINISTRADORA** , as condições conforme abaixo indicadas.

O CONSORCIADO é titular da(s) seguinte(s) cota(s) de consórcio:

Grupo Cota
Grupo Cota
Grupo Cota

Reembolso de Reforma
Documentos

3. Matrícula atualizada


REGISTRO GERAL

FICHA

TITULAR:

MATRÍCULA Nº

IMÓVEL: - Constituído pelo lote de terreno

com os seguintes característicos: - 7,00 metros de frente - para a Rua 14; 30,00 metros do lado direito com os lotes 4,5,6, 7, e 30,00 metros do lado esquerdo com o lote 9; 7,00 metros nos fundos - com o lote 90. Contendo a casa

PROPRIETÁRIA: -

com sede nesta capital, na

TÍTULOS AQUISITIVOS: - Registro 01 das Matrículas

deste Ofício. -

RESSALVA: - Os elementos omissos do registro anterior (metragens e confrontações) foram supridos pelo título apresentado por declaração e respo

riza o § 1º, Artº. 21, do Prov.

DEZEMBRO DE 1.979. -

(a)-

OFICIAL DO REGISTRO. -

AV.1/ 17508 : - Consoante Registro 4 das Matrículas

deste Ofício. o imóvel objeto da presente matrícula, juntamente com outros, encontra-se HIPOTECADO em favor do

de na capital Federal, inscrito no CGC.MF. 33.

DOU

PE.

). - (a)-

OFICIAL DO REGISTRO. -

R.2/17508 - Prot. 21985: - Consoante Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, regulado pelo Decreto-Lei 58 e leis complementares, firmado nesta capital, em data de 02 de julho de 1.979, a

, supra qualificada, PROMETEU VENDER a

o imóvel objeto da presente matrícula, pela importância de Cr$ 126.051,44(cento e vinte e seis mil,cinquenta e um cruzeiros e quarenta e quatro centavos).-

com a anuência do

, no PRAZO de 300 meses, com JUROS de 1% ao ano. Demais cláusulas e condições constantes do referido contrato, regido pelas

artes das

CURITIBA, 03 DE DEZEMBRO DE 1.979. - (a)-

OFICIAL DO REGISTRO. -

SEGUE NO VERSO

Consulte o Selo Digital - Funarpen:

Página 1 de 4

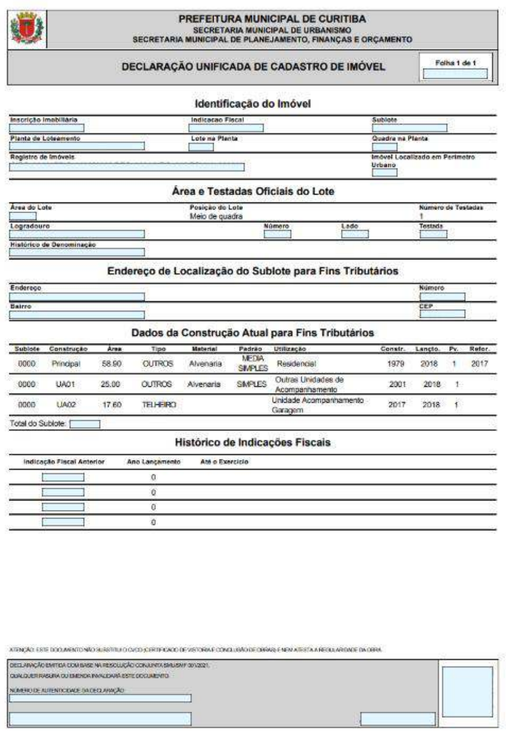
Valide a certidão clicando no link a seguir.

Documento assinado digitalmente www.registradores.onr.org.br

.e.onr

Certidão de inteiro teor de propriedade do registro de imóveis completa, com negativa de ônus, alienações e ações reais com validade de 30 dias. Deverá estar atualizada e conter: Todas as averbações relativas ao estado civil dos atuais proprietários; Construções existentes; Alterações do endereço ou de numeração; Razão social atualizada, se pessoa jurídica.
Importante: Caso não esteja atualizada com as informações acima ou com alguma regularização necessária, a análise ficará prejudicada e poderá impactar no prazo de seu processo.

4. Espelho do IPTU do ano vigente


PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CADASTRO DE IMÓVEL

Folha 1 de 1

Identificação do Imóvel

Inscrição Imobiliária | Indicacao Fiscal | Sublote
Planta de Loteamento | Lote na Planta | Quadra na Planta
Registro de Imóveis | Imóvel Localizado em Perímetro Urbano

Área e Testadas Oficiais do Lote

Área do Lote | Posição do Lote: Meio de quadra | Numero de Testadas: 1
Logradouro | Número | Lado | Testada
Histórico de Denominação

Endereço de Localização do Sublote para Fins Tributários

Endereço | Número
Bairro | CEP

Dados da Construção Atual para Fins Tributários

Sublote	Construção	Área	Tipo	Material	Padrão	Utilização	Constr.	Lançto.	Pv.	Refor.
0000	Principal	58.90	OUTROS	Alvenaria	MEDIA SIMPLES	Residencial	1979	2018	1	2017
0000	UA01	25.00	OUTROS	Alvenaria	SIMPLES	Outras Unidades de Acompanhamento	2001	2018	1	
0000	UA02	17.60	TELHEIRO			Unidade Acompanhamento Garagem	2017	2018	1	

Total do Sublote:

Histórico de Indicações Fiscais

Indicação Fiscal Anterior	Ano Lançamento	Até o Exercício
	0	
	0	
	0	
	0	

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O HABITE-SE (CERTIFICADO DE VISTORIA E CONCLUSÃO DE OBRAS) E NEM ATESTA A REGULARIDADE DA OBRA.

DECLARAÇÃO EMITIDA COM BASE NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/SEFIN 30/2021.
QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.
NÚMERO DE AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO:

Página na qual consta o endereço, a metragem e o valor venal do imóvel ou certidão de dados cadastrais.

OBS: Em caso de não ter o espelho do IPTU poderá ser apresentado ficha cadastral do imóvel.

ENVIE AS DOCUMENTAÇÕES PARA:
contemplado@paytechconsorcios.com.br

PayTech
consórcios

VOCÊ ESTÁ AQUI

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos Pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Documentos Pessoais

Pessoa Física

Pessoa Juridica

Você quer ver o envio de documentos pessoais de...

Pessoa Física

Pessoa Jurídica

Menu

Atendimento

Pessoa Física
Documentos

1. Documento pessoal



RG ou CPF. Em caso de Pessoa Jurídica, o sócio responsável também deve enviar esses documentos.

Para estrangeiros, cópia simples do RNE, ou passaporte e CPF.

No caso das partes serem **representadas por procurador**, enviar: Cópia simples do CPF e RG Original da procuração atualizada, com prazo de validade de 90 dias. Se esse prazo foi ultrapassado, além da procuração, enviar também o original da certidão atualizada da procuração.

2. Certidão de nascimento e/ou casamento



Solteiros: certidão de nascimento atualizada (atualização pode ser solicitada em qualquer cartório).

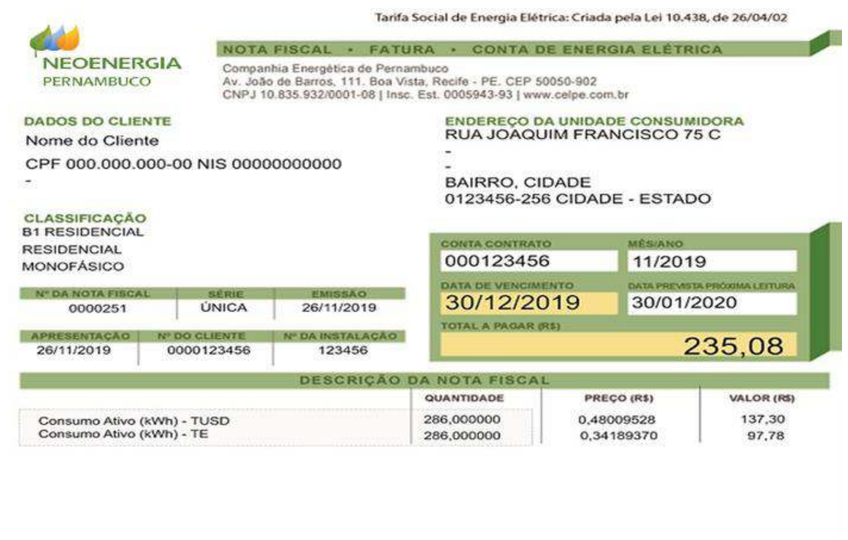
Casados: certidão de casamento atualizada. Se casado no regime de comunhão universal ou separação total de bens após dezembro de 1977, apresente também a cópia da escritura do pacto antenupcial e seu registro (de acordo com o regime de bens adotado).

Separados/divorciados ou viúvos: certidão de casamento com averbação do atual estado civil (caso não conste a averbação, envie a certidão de casamento acompanhada do atestado de óbito).

Lista de documentos **continua...**

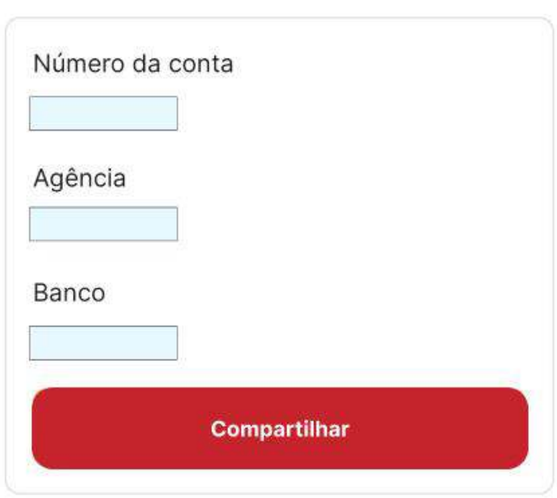
Pessoa Física
Documentos

3. Comprovante de endereço



Conta de consumo, como: água, luz, TV por assinatura ou telefone fixo, desde que esteja no seu nome ou no nome de um parente de primeiro grau que resida no mesmo endereço que você (pai, mãe, irmão ou cônjuge). O comprovante deve ser do mês atual ou anterior à data da solicitação da análise; Fatura de cartão de crédito que tenha bandeira; Extrato atual do FGTS; Boleto bancário do consórcio, desde que tenha pago 6 (seis) ou mais parcelas.

4. Dados bancários



Os dados bancários devem conter banco, agência e conta. Certifique-se de que os números estão corretos. Os dados são do atual proprietário do bem, que está realizando a venda.

Pessoa Jurídica
Documentos

1. Contrato Social



MODELO DE CONTRATO SOCIAL

CONTRATO SOCIAL
CTB CONTABILIDADE S/S LTDA.

FULANO, brasileiro, casado no regime ..., técnico em contabilidade, CRCPR 60.001/0-4, Identidade nº 2.700-SSP/PR, CPF-MF 111.222.333-44, residente na Rua Francisco da Silva, 10 – Centro – Curitiba - PR, natural de Londrina (PR);
BELTRANO, brasileiro, casado no regime ..., contador, CRCPR 65554/0-1, Identidade nº 2.800-SSP/PR, CPF-MF 222.333.444-55, residente na Rua Francisco da Silva, 20 – Centro – Curitiba - PR, natural de Bela Vista (PR);
SICRANO, brasileiro, solteiro, economista (CORECON-PR nº 1.211), Identidade nº 1.707-SSP/PR, CPF-MF 123.456.789-10, residente na Rua José Francisco, 50, Centro, Curitiba - PR, natural de Bauru (SP), resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade simples limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Pessoa Jurídica (PJ): deve entregar a cópia do Contrato Social, considerando-se:

- Micro empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP): deve entregar a cópia do Requerimento de Empresário.

2. Documento pessoal

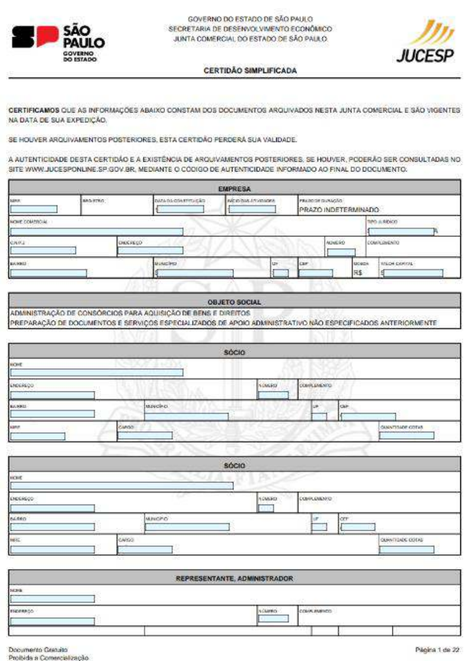


No caso das partes serem **representadas por procurador**, enviar: CPF, RG e procuração atualizada, com prazo de validade de 90 dias. Se esse prazo foi ultrapassado, além da procuração, enviar também o original da certidão atualizada da procuração.

Lista de documentos **continua...**

Pessoa Jurídica
Documentos

3. Cópia da Certidão Específica



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA

PRAZO INDETERMINADO

OBJETO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS
PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

SÓCIO

SÓCIO

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Página 1 de 22

Cópia da Certidão Específica, ou Ficha Cadastral completa, emitida pela Junta Comercial do Estado, com validade de 90 dias após a emissão, contendo os dados da empresa, objeto social e histórico dos últimos arquivamentos.

4. Dados bancários



Os dados bancários devem conter banco, agência e conta. Certifique-se de que os números estão corretos. Os dados são do atual proprietário do bem, que está realizando a venda.

Certidões
Esclarecimentos

A assessoria responsável vai emitir, sem custo para o contemplado, uma série de certidões sobre a pessoa física ou jurídica que está vendendo o bem. Caso ocorra algum problema, a assessoria entrará em contato para regularizar as pendências.

Confira abaixo todas as certidões que serão emitidas:

Pessoa Física

- Justiça Federal
- Ações Cíveis
- Executivos Fiscais
- Dívida Ativa

Pessoa Jurídica

- Justiça Federal
- Falência e Concordata
- Ações Trabalhistas
- Dívida Ativa

PayTech
consórcios

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura do contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

VOCÊ ESTÁ AQUI

Assinatura do Contrato

Assine digitalmente!

Para a sua comodidade, hoje o nosso processo de assinatura de contrato é feito de forma digital no cartório. Mas você deve seguir alguns passos para que nada dê errado, vamos deixar tudo explicadinho aqui embaixo:

1. A Administradora envia o contrato para o cartório parceiro.
2. O cartório entra em contato com todas as partes que precisam assinar o contrato.
3. Se você não tiver assinatura digital no e-notariado, não se preocupe! O cartório vai criar uma com você.
4. Com tudo pronto, enviamos o contrato contendo todas as assinaturas para o seu e-mail.
5. Verifique como o cartório do município do seu imóvel deseja que você envie o contrato para eles. E preste atenção que o cartório vai te cobrar algumas taxas!
6. Se tudo estiver certo, o cartório vai te entregar uma versão atualizada da matrícula.
7. Por fim, basta enviar uma imagem da matrícula pra gente pelo canal da assessoria. Tudo pronto!

Preste atenção nas taxas!

Há uma série de taxas e impostos que são cobrados durante o processo de compra e venda, como o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e as custas de cartório. É importante ressaltar **que essas cobranças não são realizadas pela Administradora**.

ITBI

Imposto municipal cujo valor é referente a um percentual do bem adquirido.

Custas de Cartório

As despesas cartoriais variam de acordo com o cartório da sua cidade.



PayTech consórcios

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato

VOCÊ ESTÁ AQUI

7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

Pagamento do Bem

PayTech
consórcios

Pagamento do Bem

Oba! Já estamos quase lá!

Após finalizar todas as etapas de cartório e enviar a matrícula atualizada para a Administradora, o pagamento será programado em até 5 dias úteis. Depois é só comemorar! 🤩

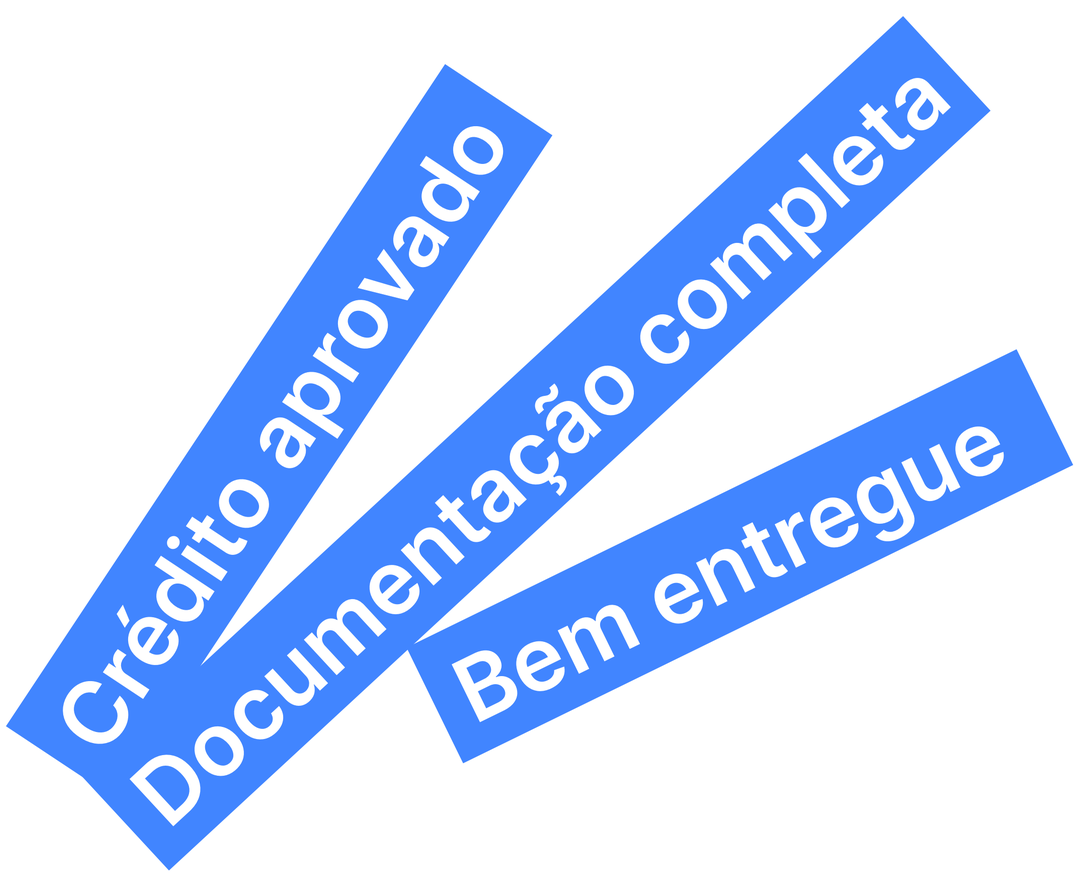
PayTech
consórcios

1. Contemplação
2. Documentos de Crédito
3. Análise do Crédito
4. Documentos do imóvel
5. Documentos pessoais
6. Assinatura de Contrato
7. Pagamento do Bem
8. Entrega do Bem

VOCÊ ESTÁ AQUI

Entrega do Bem

Entrega do Bem



Depois de tanto planejamento, chegou a hora de comemorar e de realizar o seu sonho!

Documentação completa, crédito aprovado, imóvel escolhido: pode deixar que daqui pra frente é com a gente! O pagamento será realizado e você vai ter novas histórias para contar.

Esse processo leva em torno de 5 dias úteis desde que todas as documentações estejam corretas. Ah, e a sua cota deve estar com os pagamentos das parcelas em dia, de olho!

A gente também está feliz demais com esse momento, sabemos o tamanho da sua conquista e sentimos orgulho de ser parte disso.

Canais de atendimento

SAC:

4004-6567 ou 0800 889 0999

DEFICIÊNCIA AUDITIVA OU DE FALA

0800 886 0006

E-MAIL

contemplado@paytechconsorcios.com.br

